

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Eduarda Brendler Nosvitz

**SER OU ESTAR:
REVISITANDO A CONCEPÇÃO DE MULHER EM MOVIMENTOS
FEMINISTAS BRASILEIROS**

Santa Maria, RS
2023

Maria Eduarda Brendler Nosvitz

**SER OU ESTAR:
REVISITANDO A CONCEPÇÃO DE MULHER EM MOVIMENTOS FEMINISTAS
BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Selister Gomes

Santa Maria, RS
2023

Nosvitz, Maria Eduarda Brendler
SER OU ESTAR: REVISITANDO A CONCEPÇÃO DE MULHER EM
MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS / Maria Eduarda
Brendler Nosvitz.- 2023.
113 p.; 30 cm

Orientadora: Mariana Selister Gomes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023

1. Mulher 2. Feminismo 3. Gênero 4. Sexo 5.
Patriarcado I. Selister Gomes, Mariana II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MARIA EDUARDA BRENLER NOSVITZ, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Maria Eduarda Brendler Nosvitz

SER OU ESTAR:
REVISITANDO A CONCEPÇÃO DE MULHER EM MOVIMENTOS FEMINISTAS
BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Ciências Sociais**.

Aprovada em 30 de novembro de 2023:

Zulmira Newlands Borges, Dr.^a (UFSM)
(Presidente)

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

Mirla Cisne Álvaro, Dr.^a (UERN)

Santa Maria, RS
2023

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres que ousaram e ousam desobedecer.

Felizmente, nasci de uma delas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem, sem nem mesmo saber, me fez feminista: Fátima Raquel Brendler, minha mãe. Que com sua teimosia e autenticidade, sempre lutou por autonomia e liberdade.

Agradeço à minha avó, Maria Célia Nosvitz, da qual tenho a honra de carregar também o nome, que aos 83 anos é consciente de que nada mais valioso do que a nossa independência e que projeta em mim os estudos que não pôde ter.

Agradeço às minhas irmãs, Camila Scarlet Brendler Shiba e Marcela Brendler Martins, assim como à minha sobrinha, Giovana Brendler Shiba, por serem fonte constante de força e admiração. Agradeço também ao meu irmão, Leonardo Brendler Nosvitz, por me ensinar que sempre é tempo de recomeçar e se divertir.

Agradeço ao meu pai, Diarno Nosvitz Júnior, por estar presente, ainda que de longe.

Agradeço ao meu companheiro, Vicente Handte, o qual dividiu os anos de pesquisa comigo, concluindo a graduação no mesmo dia que eu e iniciando o mestrado da mesma forma. Por me ensinar a persistir e por ser o meu sonho que se sonha junto e assim, se realiza.

Agradeço às minhas amigas, Vanessa Oliveira, Ana Carolina Virginelli, Camila Linn, Ohana Santos, Letícia Valença, Júlia Halberstadt, Elisa Baumhardt e Marina Calgato. Pelos debates, pelas cervejas, pelos cigarros, pela paciência, pelos dias que não me chamaram pois eu precisava estudar e sabiam que dificilmente recusaria um convite delas.

Agradeço aos meus amigos, Vitor Rodrigues, Cassiano Schavinski, Igor Winter, Gabriel de Moura e João Machado, pela mente aberta a todos os debates que tivemos e seguiremos tendo.

Agradeço às mulheres que me ensinaram que a pesquisa é possível, mesmo trabalhando 44h semanais. Especialmente à Mariana Selister Gomes, Larissa Pereira e Camila Ferrari.

Agradeço à minha banca avaliadora, Mirla Cisne e Everton Picolotto, pela disponibilidade e pelos aprendizados imensuráveis. Agradeço também pela oportunidade de estudar em uma universidade pública e de qualidade e circunscrevo essa dissertação no compromisso social com o fortalecimento da educação pública.

Por fim, agradeço às mulheres que gentilmente se disponibilizaram para serem entrevistadas e tornaram essa pesquisa possível. Essa dissertação é, portanto, uma conquista coletiva.

Se a função da fêmea não basta
para definir a mulher,

se nos recusamos também explicá-la pelo
“eterno feminino” e se, no entanto,
admitimos, ainda que provisoriamente,
que há mulheres na terra, teremos que
formular a pergunta: **que é uma mulher?**

O segundo sexo (1949)
SIMONE DE BEAUVOIR

RESUMO

SER OU ESTAR: REVISITANDO A CONCEPÇÃO DE MULHER EM MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS

AUTORA: Maria Eduarda Brendler Nosvitz
ORIENTADORA: Dr.^a Mariana Selister Gomes

Este trabalho tem como tema a concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional e como objeto de pesquisa as disputas teóricas e políticas acerca disso. Existem diversas pesquisas que se referem a(s) mulher(es), entretanto, normalmente esse entendimento é apresentado de forma subjacente, em análises feministas sobre a organização social patriarcal, capitalista e racista. Está, portanto, quase que subentendido. Apesar disso, poucas são as obras que se dedicaram a explicar, afinal, qual é a concepção de mulher, principalmente no último século. Portanto, o problema que se pretende responder é: qual é a atual concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros que se articulam nacionalmente? Destarte, o objetivo geral deste estudo é investigar a concepção de mulher nesses movimentos. Já os objetivos específicos são: (1) discutir teoricamente acerca dos conceitos de sexo, gênero e identidade e como eles se articulam, refletindo sobre suas contradições e aproximações; (2) estruturar o debate a partir da problematização da estrutura capitalista, racista e patriarcal, dissertando acerca de suas correlações e consequências e (3) entrevistar lideranças de movimentos feministas brasileiros com articulação nacional para compreender suas perspectivas sobre a concepção de mulher. Quanto à metodologia, possui como abordagem do procedimento científico o materialismo histórico-dialético, com base na entrevista semiestruturada para coleta de dados empíricos, na Análise de Conteúdo (AC) e na Análise de Discurso (AD). Desse modo, está organizado, entre introdução e considerações finais, em três capítulos: I) Considerações teórico-metodológicas; II) Sexo, gênero e identidade: encontros e desencontros; III) Práxis feminista: quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem. Por fim, analisou-se os resultados encontrados através da transcrição das entrevistas, sob as lentes da AC e da AD, com base em três categorias macro de análise: sexo, gênero e militância. Conclui-se que a concepção de mulher, no que tange a identidade feminina, é construída pelo patriarcado através das delimitações comportamentais de gênero, com base na classificação binária dos sexos é, portanto, ser objeto de opressão patriarcal. A concepção de mulher que pertence a esse grupo demonstrou ser aquela que é fruto da resistência aos enquadramentos patriarcais, ou seja, a que insurge através do processo de militância feminista.

Palavras-chave: Mulher. Feminismo. Gênero. Sexo. Patriarcado. Identidade.

ABSTRACT

***SER OU ESTAR*: REVISITING THE CONCEPTION OF WOMAN IN BRAZILIAN FEMINIST MOVEMENTS**

AUTHOR: Maria Eduarda Brendler Nosvitz

ADVISOR: Dr.^a Mariana Selister Gomes

This work has as its theme the conception of women in Brazilian feminist movements with national articulation and as an object of research the theoretical and political disputes about this. There are several studies that refer to women, however, this understanding is usually presented in an underlying way, in feminist analyzes of patriarchal, capitalist and racist social organization. It is, therefore, almost implied. Despite this, there are few works that have dedicated themselves to explaining, after all, what the conception of women is, especially in the last century. Therefore, the problem we intend to answer is: what is the current conception of women in Brazilian feminist movements that are articulated nationally? Therefore, the general objective of this study is to investigate the conception of women in these movements. The specific objectives are: (1) to discuss theoretically about the concepts of sex, gender and identity and how they are articulated, reflecting on their contradictions and similarities; (2) structure the debate based on the problematization of the capitalist, racist and patriarchal structure, discussing its correlations and consequences and (3) interviewing leaders of Brazilian feminist movements with national articulation to understand their perspectives on the conception of women. As for the methodology, its approach to scientific procedure is historical-dialectical materialism, based on semi-structured interviews to collect empirical data, Content Analysis (CA) and Discourse Analysis (AD). Thus, it is organized, between introduction and final considerations, into three chapters: I) Theoretical-methodological considerations; II) Sex, gender and identity: encounters and disagreements; III) Feminist praxis: those who do not move, do not feel the chains that bind them. Finally, the results found through the transcription of the interviews were analyzed, under the lenses of AC and AD, based on three macro categories of analysis: sex, gender and militancy. It is concluded that the conception of women, in terms of female identity, is constructed by patriarchy through behavioral gender delimitations, based on the binary classification of sexes and, therefore, being an object of patriarchal oppression. The conception of women who belong to this group proved to be one that is the result of resistance to patriarchal frameworks, that is, that which emerges through the process of feminist militancy.

Keywords: Woman. Feminism. Genre. Sex. Patriarchy. Identity.

RÉSUMÉ

***SER OU ESTAR*: REVISITER LA CONCEPTION DE FEMME DANS LES MOUVEMENTS FÉMINISTES BRÉSILIENS**

AUTEUR: Maria Eduarda Brendler Nosvitz

CONSEILLER: Dr.^a Mariana Selister Gomes

Ce travail a pour thème la conception de la femme dans les mouvements féministes brésiliens à articulation nationale et comme objet de recherche les disputes théoriques et politiques à ce sujet. Il existe plusieurs études qui font référence aux femmes, mais cette compréhension est généralement présentée de manière sous-jacente, dans les analyses féministes de l'organisation sociale patriarcale, capitaliste et raciste. C'est donc presque implicite. Malgré cela, rares sont les ouvrages qui se sont consacrés à expliquer, après tout, quelle est la conception de la femme, surtout au siècle dernier. Le problème auquel nous entendons répondre est donc le suivant: ¿quelle est la conception actuelle de la femme dans les mouvements féministes brésiliens articulés au niveau national? L'objectif général de cette étude est donc d'investiguer la conception des femmes dans ces mouvements. Les objectifs spécifiques sont: (1) discuter théoriquement des concepts de sexe, de genre et d'identité et de la manière dont ils s'articulent, en réfléchissant à leurs contradictions et similitudes; (2) structurer le débat sur la base de la problématisation de la structure capitaliste, raciste et patriarcale, en discutant de ses corrélations et de ses conséquences et (3) interroger les dirigeantes des mouvements féministes brésiliens d'articulation nationale pour comprendre leurs perspectives sur la conception de la femme. Quant à la méthodologie, son approche de la procédure scientifique est le matérialisme historico-dialectique, basé sur des entretiens semi-structurés pour collecter des données empiriques, l'analyse de contenu (AC) et l'analyse du discours (AD). Ainsi, il est organisé, entre introduction et considérations finales, en trois chapitres: I) Considérations théoriques et méthodologiques; II) Sexe, genre et identité: rencontres et désaccords; III) Praxis féministe: celles qui ne bougent pas ne ressentent pas les chaînes qui les lient. Enfin, les résultats issus de la transcription des entretiens ont été analysés, sous les angles d'AC et AD, sur la base de trois macro catégories d'analyse: le sexe, le genre et le militantisme. Nous concluons que la conception de la femme, en termes d'identité féminine, est construite par le patriarcat à travers des délimitations comportementales de genre, basées sur la classification binaire des sexes et, par conséquent, étant un objet d'oppression patriarcale. La conception des femmes appartenant à ce groupe s'est avérée être le résultat de la résistance aux cadres patriarcaux, c'est-à-dire celle qui émerge à travers le processus d'activisme féministe.

Mots-clés: Femmes. Féminisme. Genre. Sexe. Patriarcat. Identité.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Sistematização dos elementos de identificação das categorias de análise.....	78
-----------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AC	Análise de Conteúdo
ACMUN	Associação Cultural de Mulheres Negras
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLOC	Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexo e Assexuais
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MUNMVI	Organização de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	21
2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO ABORDAGEM DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO.....	22
2.2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS ESTUDOS FEMINISTAS	26
2.2.1 A Neutralidade Científica na Sociologia	27
2.2.2 Estudos Feministas e Estudos de Gênero	28
2.3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E DE DISCURSO E A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	29
2.3.1 A Análise de Conteúdo	29
2.3.2 A Análise de Discurso	31
2.3.3 A Entrevista Semiestruturada	33
3. SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS	38
3.1 <i>NÃO SE NASCE MULHER, SE NASCE FÊMEA: SEXO, HIERARQUIA E DIFERENÇAS</i>	39
3.2 GÊNERO: OPRESSÃO E IDENTIDADE	51
3.3 A QUESTÃO DA IDENTIDADE: PÓS-MODERNIDADE E NEOLIBERALISMO	57
4. PRÁXIS FEMINISTA: QUEM NÃO SE MOVIMENTA, NÃO SENTE AS CORRENTES QUE A PRENDEM	67
4.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS COM ARTICULAÇÃO NACIONAL.....	68
4.1.1 Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)	70
4.1.2 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	73
4.1.3 Articulação Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)	76
4.2 O QUE É SER MULHER? A IDENTIDADE FEMININA PARA AS MILITANTES ENTREVISTADAS.....	78
4.2.1 Sexo: A Experiência Corporificada	81
4.2.2 Gênero: Construção Social e Histórica	87
4.2.3 Militância: Resistência Feminista Compartilhada	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS ...	113

1. INTRODUÇÃO

Nós não perdemos estima nenhuma e somos de fato apreciadas em nosso valor: aquele de sermos instrumento (de manutenção, de reprodução, de produção...). Gritar que nós somos honoráveis, que nós somos sujeitos, é a constatação de um futuro. *Se somos os sujeitos da história, é a história que estamos prestes a fazer* (Colette GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 93, grifo da autora).

“Se eu falo é: me desculpa”¹. Os questionamentos que levaram a escolha do tema dessa dissertação iniciaram em 2019, quando uma colega de pós-graduação em Estudos de Gênero se desculpou, pois iria dar enfoque a questão das mulheres em determinado assunto. Naquele momento, para a pesquisadora que aqui escreve, foi reafirmado o lugar da mulher na sociedade patriarcal: o de se desculpar – mesmo em um contexto de pesquisa sobre gênero, mesmo no século XXI, mesmo na universidade, mesmo entre maioria feminina. Foi através da angústia em perceber que a jornada contra o patriarcado estava apenas começando, apesar de mais de um século de luta feminista, que a insistência em pesquisar a questão das mulheres não permitiu a trégua.

Através da experiência de pesquisa nos Estudos Feministas e da militância feminista, percebeu-se um acirrado debate contemporâneo em torno da compreensão da categoria **mulher** no Brasil – tanto em manifestações *online*, em páginas na rede social digital Instagram, quanto em debates teóricos, no âmbito acadêmico. Os conceitos basilares para a compreensão das desigualdades de sexo e gênero estão constantemente sendo revisitados e possuem entendimentos diversos, a depender de qual perspectiva teórica e orientação militante se têm. Destarte, esta dissertação tem como tema a concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional e como objeto de pesquisa as disputas teóricas e políticas acerca disso. Uma das premissas dos estudos em torno das estruturas de opressão, tais como o patriarcado², racismo e capitalismo, é justamente a compreensão do porquê elas existem, de que forma se reproduzem, por quais sujeitos são representadas, quem as sofre e quais as suas consequências.

¹ Parte da letra da música Falo, da banda Carne Doce.

² O patriarcado aqui é entendido como a estrutura de opressão, exploração, subordinação e apropriação das mulheres nas esferas privada e pública. Essa interpretação é fruto das discussões propostas por Carole Pateman (1988), Heleieth Saffioti (1987) e Christine Delphy (2009 e 2015). A articulação teórica entre as autoras foi realizada no trabalho final da Especialização em Estudos de Gênero na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2021, que pode ser consultado no link: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21080/TCCE_EG_2021_NOSVITZ_MARIA.pdf. Acesso em: 24 de abril de 2022.

Desde o discurso de Sojourner Truth (1797-1883), “E eu não sou uma mulher?” (proferido em 1851 na *Women’s Rights Convention*³ em Akron, Ohio, Estados Unidos), ou das críticas propostas por Simone de Beauvoir (1908-1986), em *O Segundo Sexo* (1949), busca-se compreender, afinal, o que é (ser) uma mulher. Entretanto, nos últimos tempos algumas manifestações, majoritariamente *online*, têm disputado essa resposta. É no bojo dessas discussões que esta dissertação se estrutura, portanto, a análise será realizada a partir de movimentos feministas brasileiros com articulação nacional, tais como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). As questões que norteiam essa pesquisa, são: 1) Quais concepções de “ser mulher” estão presentes em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional? 2) Como essas concepções são vivenciadas pelas entrevistadas? 3) Em que medida a militância feminista se configura enquanto uma identidade coletiva?

Existem diversas pesquisas que se referem à(s) mulher(es), todavia, normalmente esse entendimento é apresentado de forma subjacente, inclusive em análises feministas sobre a organização social patriarcal, capitalista e racista. Está, então, quase que subentendido. Apesar disso, poucas são as obras que se dedicaram a explicar, afinal, qual é a concepção de mulher, principalmente no século XXI. Em uma breve pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a partir dos anos 2000, através da combinação das palavras chaves “concepção” e “mulher”, encontrou-se alguns artigos que se dedicaram a compreender a concepção de mulher, entretanto, todos são com enfoques específicos. Localizou-se uma pesquisa de 2011 que pesquisou a concepção de mulher para um grupo de alunas de pedagogia⁴, uma que buscou compreender essa concepção através do saber médico⁵, publicada em 2017, um estudo sobre a concepção de mulher em diferentes gêneros musicais⁶, publicado em 2018, e, por último, outra que se dedicou a compreender o que

³ Tradução livre: Convenção dos Direitos das Mulheres.

⁴ ‘Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia’. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rtgWFMVj896pKLZL8gkhJYS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 de set. de 2022.

⁵ ‘A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX’. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/quapsi/quapsi_a2017v19n3/quapsi_a2017v19n3p241.pdf. Acesso em: 25 de set. de 2022.

⁶ ‘A concepção de mulher retratada pelos diferentes gêneros musicais: propostas de pesquisas em políticas de identidades e identidades políticas’. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9715/7156>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

é ser mulher em situação de rua⁷, de 2019. Outros três artigos⁸ buscaram compreender essa concepção no seio de produções bibliográficas de Simone de Beauvoir e Judith Butler, publicados em 2015 e 2020. Outra produção científica pesquisou a concepção de mulher para o blog RadFem⁹ e foi publicada em 2019. Por fim, encontrou-se um artigo da filósofa, ativista feminista e antirracista Sueli Carneiro, referência para o feminismo negro no Brasil, intitulado *Mulheres em Movimento*¹⁰, de 2003, em que ela discute a trajetória de luta das mulheres negras brasileiras no interior do movimento feminista nacional, dando enfoque para a fundação da concepção universalista de mulher. Ao todo, foram encontradas nove publicações científicas que dialogam direta e indiretamente com a temática aqui proposta, uma quantidade pequena ao considerar o recorte temporal de 23 anos. Todavia, o problema dessa pesquisa ainda não foi respondido: qual é a atual concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é investigar a concepção de mulher nesses movimentos.

O primeiro capítulo se dedica a apresentar as escolhas teórico-metodológicas para o alcance do objetivo e para a obtenção da resposta ao problema. Está organizado em três subcapítulos. O primeiro deles busca explicar o fio condutor de toda a análise, teórica e empírica, e trata, portanto, da escolha pelo materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011; FRIGOTTO, 1991) como abordagem do procedimento científico. Já no segundo subcapítulo buscou-se contextualizar a relação entre as Ciências Sociais e os Estudos Feministas, discutindo acerca da objetividade da ciência (HARAWAY, 1995) e sua conseqüente neutralidade e universalidade (LÖWY, 2000). Por último, o terceiro subcapítulo, apresenta os procedimentos metodológicos de análise escolhidos: a Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 1977) e a Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1997), assim como a entrevista semiestruturada (MINAYO, 2007 e 2010), instrumento utilizado para a coleta dos dados empíricos. Nesse último

⁷ 'MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua'. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29297/18804>. Acesso em 25 de set. de 2022.

⁸ 1) 'Butler leitora de Beauvoir: o gênero como ato performativo'. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1835/1129>; 2) 'Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista'. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YgZNbXJJFXCMmCKzKbnnP6t/?format=pdf&lang=pt>. 3) 'Mulher, o outro: seu corpo e seus constituintes biológicos, segundo Simone de Beauvoir'. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/arf/article/view/52539/31761>. Acesso de todos em: 25 de set. de 2022.

⁹ 'Análise do Discurso no blog RadFem: ser mulher para além do corpo'. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/13968/pdf>. Acesso em 25 de set. de 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em 25 de set. de 2022.

subcapítulo, buscou-se apresentar a forma com que as entrevistas foram realizadas nessa pesquisa, explicitando as etapas empregadas para a sistematização dos dados encontrados.

O segundo capítulo intenciona discutir teoricamente acerca dos conceitos de sexo e gênero e como eles se articulam, refletindo sobre suas contradições e aproximações, assim como a sua apropriação pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade. Desse modo, buscou-se apropriar-se, principalmente, de obras “primárias”, ou seja, de principais referências feministas que embasam as pesquisas atuais em torno das reflexões e críticas sobre o sexo, o gênero, a sexualidade, o neoliberalismo, a pós-modernidade e a identidade. Ele está, portanto, dividido em três subcapítulos: o primeiro disserta sobre sexo, hierarquia e diferenças, o segundo sobre gênero como opressão e/ou identidade e o terceiro sobre as contradições entre a pós-modernidade, o identitarismo e o desafio de se pesquisar “aspectos identitários” a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética.

Esse último subcapítulo, identificado pelo item 3.3, foi motivado pela experiência da autora, na Graduação em Serviço Social (2014-2019), que a apresentou o marxismo. Paralelamente, as aproximações com o Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS) e suas pautas também fomentaram diversos questionamentos acerca da condição desigual das mulheres. Desse modo, a crítica ao capitalismo e ao patriarcado foi sendo concomitantemente desenvolvida no processo de formação acadêmica e política da autora. Paradoxalmente, para aquela estudante de graduação, foi em um encontro de economia marxista, em 2015, que ouviu pela primeira vez que falar sobre feminismo e a situação das mulheres era “coisa pós-moderna”. Sem saber ainda do que se tratava essa pós-modernidade, abraçou a afirmação e se dedicou a compreendê-la. Concluíra que no bojo dos debates marxistas existe um receio histórico da sobreposição do foco na opressão de classe e que, conseqüentemente, a luta articulada contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo, nas ruas ou na academia, seria desafiadora. E por considerar essa reflexão imprescindível ao debate aqui proposto, esse subcapítulo se justifica.

Já o quarto capítulo busca aprofundar a discussão em torno das dirigentes dos movimentos feministas que foram entrevistadas, através do compromisso com a práxis, no cerne do materialismo. Além disso, é neste capítulo que se desenvolveu a análise dos dados empíricos coletados através das entrevistas semiestruturadas, com as lideranças dos movimentos feministas com articulação nacional que foram entrevistadas. Está subdividido em dois subcapítulos, sendo o primeiro dedicado a apresentar a AMB, o MMC e a AMNB e o segundo a examinar os resultados encontrados.

Por fim, pretendeu-se refletir em torno do problema proposto, de forma dialética, a partir das articulações teóricas e da análise dos dados coletados para alcançar o objetivo geral da pesquisa aqui introduzida. Toda a discussão aqui proposta está situada nas estruturas hierárquicas de poder, devido ao comprometimento com a perspectiva materialista histórico-dialética que incide nessa pesquisa e por se compreender que as opressões são estruturais e não estão deslocadas da exploração capitalista. Portanto, as análises das relações sociais não podem desconsiderar o processo societário em que se localizam.

Torna-se importante ressaltar que no título manteve-se a escrita original, em português, dos verbos “ser e estar”, pois, curiosamente, em inglês (*to be or be*) e em francês (*être ou être*), eles são o mesmo verbo e, portanto, possuem a mesma representação gramatical. Desse modo, a própria língua, como construção cultural, pode contribuir com a análise de discurso e conteúdo que será realizada. Assim, fica o questionamento para pesquisas futuras: seria esse debate, algo presente majoritariamente no Brasil, influenciado, inclusive, pela língua e pelo discurso?

Ademais, compreender a concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional possui uma implicação social e política essencial a formulação de políticas públicas para esse público, assim como para a produção teórica que se dedica a investigar a exploração, subordinação e opressão patriarcal. No Brasil, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só no ano de 2021 (segundo ano da pandemia mundial da COVID-19) obteve-se o registro de 1.319 feminicídios, totalizando, em média, uma mulher vítima de feminicídio a cada 7 horas no país¹¹. A pesquisa realizada pelo Fórum descreve o feminicídio enquanto um crime cometido a pessoas do gênero feminino, ainda que a Lei do Feminicídio (n. 13.104 de 2015¹²) o defina quando “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Outra importante conquista de direitos das e para as mulheres é a Lei Maria da Penha (n. 11.340 de 2006¹³), que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Diferentemente da Lei do Feminicídio, a Lei Maria

¹¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2022.

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 25 de set. de 2022.

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 25 de set. de 2022.

da Penha, em abril de 2022, tornou-se aplicável à violência contra as mulheres trans, aprovada¹⁴ por unanimidade pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Outro exemplo que provoca reflexão sobre a concepção de mulher é o projeto de lei na Espanha, que de acordo com o G1¹⁵, prevê uma licença de até três dias para mulheres que sofrem com menstruação severa, sem que tenham esses dias descontados de seus salários, além de ampliar o acesso ao aborto, permitindo que adolescentes de 16 e 17 anos de idade não necessitem de autorização dos responsáveis para interromper a gravidez. Não se poderia deixar de citar a conquista histórica das argentinas em 2021, sancionada através da Lei n. 27.610¹⁶, que garante acesso à interrupção voluntária da gravidez e que define o seu público de interesse como “mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gestar”, o que pode ser uma alternativa para incluir as diversas identidades, sem necessariamente substituir e invisibilizar a categoria política mulher.

Com a intenção de incluir pessoas trans e não binárias, surgem novas concepções de mulher, influenciando, como visto, a formulação de políticas públicas, não só no Brasil. Denominações como “pessoas que menstruam” ou “pessoas com útero” se popularizam como expressões supostamente inclusivas, especialmente nas redes sociais digitais. Todavia, algumas feministas têm demonstrado descontentamento com essas iniciativas, por acreditarem que podem estar invisibilizando o sujeito político mulher e suas especificidades, inclusive, biológicas. Portanto, as divergências em torno dessa concepção identitária e política possuem relação direta com as lutas e conquistas feministas, podendo fortalecê-las ou não. Desse modo, é através do compromisso social com a superação do patriarcado capitalista e racista e, conseqüentemente, com o fortalecimento das estratégias que são demandas para isso, que essa dissertação insurge.

¹⁴ Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contra-mulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/17/governo-da-espanha-aprova-primeira-licenca-menstrual-remunerada-da-europa-projeto-ira-ao-parlamento.ghtml>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/ley-no-27610-acceso-la-interrupcion-voluntaria-del-embarazo-ive-obligatoriedad-de-brindar>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (Donna HARAWAY, 1995, p. 16).

Este capítulo apresenta a forma essa pesquisa científica foi construída e explica as escolhas teórico-metodológicas realizadas, com base no objeto de pesquisa pré-definido. Desse modo, torna-se importante explicitar onde está localizado o saber que será aqui desenvolvido. Tendo o Serviço Social (formação profissional explicitamente comprometida com a classe trabalhadora, assim como com a superação das opressões de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade) como base estruturante da trajetória acadêmica da autora, optou-se pelo materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011) como abordagem do procedimento científico: do real para o teórico e do teórico para o real (FRIGOTTO, 1991). Por isso, iniciou-se o trabalho, na introdução, apresentando alguns dados concretos de como esse debate sobre o “ser mulher” afeta a vida das mulheres.

Assim como Marx afirmava ser a consciência um produto social, que decorre das relações sociais e não existe em seu sentido puro, a ciência não existe em si, ela é fruto da sociedade que a produz. Essa afirmação é, por si só, lógica, mas essa interpretação nem sempre foi considerada em totalidade. Por quem a ciência foi e é produzida? Para quem? Em quais localidades? A partir de qual realidade? Essas respostas foram e seguem sendo essenciais na produção do conhecimento feminista. As duras críticas à objetividade da ciência (HARAWAY, 1995) e sua conseqüente neutralidade e universalidade (LÖWY, 2000) possibilitam concluir: “Se o sujeito da tradição intelectual ocidental tem sido normalmente o chefe da casa - masculino, branco, proprietário e cristão -, então a História como registrada até agora é a “sua história” (BENHABIB, [1995] 2018, p. 38).

Assim, o debate aqui proposto parte sempre de uma problemática material, a partir de dados concretos da realidade, da experiência e das inquietações pessoais, profissionais e acadêmicas da autora, na direção de uma discussão teórica suficiente para embasar uma possível resposta. Após, retornou-se ao real, através da aplicação das entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados empíricos, que terão como procedimentos metodológicos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e a Análise de Discurso (PÊCHEUX, [1966] 1997), com base no materialismo histórico-dialético. Neste trabalho a concepção metodológica é um “corpo teórico integrado” (MASSON, 2007, p. 105), não restringindo-se apenas às técnicas. As escolhas

metodológicas para a materialização dessa pesquisa foram realizadas por uma mulher branca, da classe trabalhadora e feminista, em uma sociedade racista, capitalista e patriarcal. A produção do conhecimento aqui foi, portanto, privilegiada por essa perspectiva parcial (HARAWAY, 1995) e balizada pelas estratégias de enfrentamento e superação dessa realidade perversa.

2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO ABORDAGEM DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO

“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”
(MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 37).

Karl Marx, na construção do materialismo histórico, fundamenta sua crítica com base em dois autores. Primeiramente, à dialética Hegeliana, que tem como ponto central o idealismo (e a abstração) e se resume à compreensão da tese, a antítese e a síntese das ideias e, secundamente, ao materialismo antropológico de Feuerbach, que entende o homem (ser humano) como matéria, mas não necessariamente como uma matéria atuante, que produz a sua sobrevivência. A partir da leitura e interpretação desses dois autores, Marx concorda com a ruptura que Feuerbach realiza com o idealismo Hegeliano, compreendendo que antes da ideia, vem a matéria. Como ele comenta em *A Ideologia Alemã*

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 10).

Dessa forma, Marx interpreta que o ser humano, não basta ser, como afirma Feuerbach, precisa fazer. Ou seja, para a realização de sua sobrevivência ele/a terá que, inevitavelmente, satisfazer as suas necessidades, e, para isso, se faz necessário agir sobre a natureza, transformando-a. Para ele, esse é o primeiro fato histórico. Essa é uma das maneiras de compreender, resumidamente, o que o autor define como trabalho: a transformação da natureza pelo ser humano, a fim de sanar as necessidades materiais que possam surgir para sua sobrevivência. Como ele mesmo explica “(...) para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro **fato histórico** é, portanto, a produção

dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material” (MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 21, grifo nossos).

Nesse sentido, Marx aprofunda a concepção de trabalho ao descrever que, para a satisfação de uma necessidade básica de sobrevivência, pode ser necessário a produção de instrumentos e ferramentas. De acordo com ele “(...) uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades é o primeiro **ato histórico**” (MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 22, grifo nossos). Essas novas necessidades são compreendidas também como necessidades secundárias. O autor coloca então, como terceira relação, a produção da vida no sentido, inclusive, biológico, a partir da relação social entre homens e mulheres. Ele explica que o ser humano se renova a cada dia e passa a se reproduzir. Dessa reprodução, surge a família, ou seja, “quando as necessidades acrescidas geram novas relações sociais e o aumento da população gera novas necessidades” (MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 23).

Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece, portanto, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro, como uma relação social - social no sentido em que se estende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, formas e objetivos (MARX; ENGELS, [1932] 2001, p. 23).

Com relação à complexificação das interações humanas, Marx define o que ele entende, primeiramente, por consciência e secundamente por linguagem. Entretanto esclarece que não se refere a uma consciência “pura”, pois essa estaria constantemente influenciada pela matéria: “desde o começo, pesa uma maldição sobre o “espírito”, a de ser “maculado” pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas de ar agitadas, de sons, em resumo, em forma de linguagem” (MARX; ENGELS; [1932] 2001, p. 24). Desse modo, chegamos à **linguagem**, que seria a realização material da consciência, que existe através da necessidade do intercâmbio nas relações sociais. Adentra-se, então, na compreensão do trabalho coletivo, que para o autor, é uma forma de satisfação das necessidades secundárias.

Chega-se, portanto, ao que Marx compreende por materialismo histórico. O materialismo dialético, processo para a compreensão do materialismo histórico, é a crítica ao idealismo de Hegel. Por isso a denominação de **materialismo** dialético. Entretanto, quando o autor se explica através do desenvolvimento histórico da humanidade, torna-se relevante compreender a importância do processo histórico na interpretação da dialética. Portanto, para Marx, a história do ser humano é a história da satisfação das necessidades materiais, ou seja, do que é produzido

a partir da natureza e como, que ele definirá como modo de produção. Essa transformação da natureza, transforma também a história, e é dessa forma que ele define o materialismo histórico-dialético.

Destarte, consciente da importância dos postulados teóricos que sustentam o materialismo histórico-dialético, chega-se, então, ao método. Marx comenta sobre o método em poucos momentos e de forma muito breve¹⁷, na Introdução de sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* e no posfácio à 2ª edição alemã de *O Capital*. O trabalho de interpretar a sua vasta obra para compreender tanto o que foi escrito sobre o método, quanto sobre a forma que Marx realizou suas investigações e análises, foi de autores e autoras que o sucederam, conhecidos/as como marxistas.

No Brasil, entre vários/as teóricos/as, pode-se citar as grandes contribuições do filósofo e pedagogo Gaudêncio Frigotto. Em seu texto intitulado *O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional* ([1987] 1991), ele explica que a dialética tem como seus fundadores Zenon de Eléa (490-430 a.C.) e Sócrates (469-399 a.C.) e era entendida como a “arte do diálogo” (KONDER, 1986 apud FRIGOTTO, [1987] 1991, p. 71). Como contextualizado inicialmente, após a sua apreensão por Hegel e Feuerbach, Marx, como crítico do primeiro, introduz o que se apresenta aqui como materialismo histórico-dialético, compreendido como algo que “situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, [1987], 1991, p. 75). Desse modo, a dialética materialista e histórica é analisada por Frigotto como uma postura, um método de investigação e uma práxis.

[...] quero demarcar primeiramente a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, [1987] 1991, p. 79).

Tratando-se do método, para ser materialista histórico-dialético precisa ser composto pela totalidade, ou seja: pelo o que é específico, singular e particular. Como pressuposto, as categorias basilares desse método - totalidade, contradição, mediação e alienação - precisam ser analisadas

¹⁷ De acordo com José Paulo Netto, “É importante observar que, considerando o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica” (LUKÁCS, 1979 apud NETTO, 2011, p. 27).

a partir de sua construção histórica (FRIGOTTO, [1987] 1991). A perspectiva materialista histórica e seu método, estão intrinsecamente vinculadas a uma determinada concepção de mundo. Portanto, sendo a dialética um atributo da realidade e não do pensamento, alocada na sociedade de classes, exige do método uma espécie de mediação na apreensão, revelação, exposição e estruturação das transformações dos fenômenos sociais. Desse modo, o método de abordagem materialista histórico-dialético do procedimento científico não constitui uma garantia da cientificidade e da neutralidade, pois compreende que a ciência do social não é neutra, visto que não é imune aos conflitos sociais decorrentes da sociedade capitalista.

Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade, exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” (NETTO, 2001, p. 23).

Nenhuma pesquisa inicia-se do zero, mas a partir de condições reais, existentes, que antecederam o seu desenvolvimento e que provocaram a necessidade de serem problematizadas (FRIGOTTO, [1987] 1991). Dessa forma, essa pesquisa se caracteriza a partir de uma problemática material, vivenciada pela autora e evidenciada pelas relações patriarcais¹⁸ de sexo e gênero, no seio de uma sociedade capitalista. O processo de produção de uma teoria social nessa sociedade exige como fundamento que a análise teórica se debruce nas condições materiais da vida social (NETTO, 2011). Essa condição primária não depende de uma preferência de quem pesquisa¹⁹, mas é uma necessidade intrínseca ao objeto de pesquisa: “a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender tal imperativo” (NETTO, 2011, p. 40).

Para Marx [...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011, p. 25).

¹⁸ De acordo com a autora feminista Janaiky Almeida (2017, p. 78) “O termo relações por si só, na particularidade da língua portuguesa, não expressa à noção de contradição. Há sempre a necessidade de justificar seu significado na língua francesa, apontando a diferença entre as palavras *rapport* (relações estruturais) e *relations* (relações mais pessoais, cotidianas). Desta forma, consideramos que o termo relações patriarcais de sexo contemplaria as relações de contradição entre homens e mulheres na sociedade pelo fato de o termo patriarcal já caracterizar a base sobre a qual estão estruturadas tais relações”.

¹⁹ Netto explica que “o pesquisador é livre para encontrar e explorar outras vias de acesso ao objeto que é a sociedade e pode, inclusive, chegar a resultados interessantes; entretanto tais resultados nunca permitirão articular uma teoria social que dê conta dos níveis decisivos e da dinâmica fundamental da sociedade burguesa” (NETTO, 2011, p. 40).

O que permite justificar a utilização desse método é justamente a compreensão de que “o conhecimento histórico-crítico é um instrumento de luta” (FRIGOTTO, [1987] 1991, p. 84). Nesse caso, tratando-se de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, que subordina, oprime, explora e violenta as mulheres, especialmente as mulheres negras, a escolha pelo método dialético-crítico se dá, primeiramente pelo seu amplo potencial de análise, considerando os movimentos contraditórios da sociedade, mas principalmente, por ele sustentar que o conhecimento toma forma, efetivamente “*na e pela práxis*” (FRIGOTTO, [1987] 1991, p. 81, grifos do autor). Ou seja, o método materialista histórico-dialético e suas especificidades possibilitam e delimitam essa pesquisa enquanto uma reflexão teórica comprometida com a ação transformadora e revolucionária, pois concebe a teoria e a prática como uma unidade. Logo, esta pesquisa tem como compromisso social ser ferramenta para uma possibilidade de ruptura e superação das explorações capitalistas, patriarcais e racistas.

2.2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS ESTUDOS FEMINISTAS

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas – este é o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia (OAKLEY, 1998 apud Cecilia SARDENBERG, 2002, p. 1).

Esta dissertação é fruto da experiência de Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Portanto, o barco aqui pilotado são os Estudos Feministas, através do mar das Ciências Sociais, mais especificamente, da Sociologia. O campo das pesquisas feministas nem sempre foi consolidado no Brasil; inclusive, em muitas áreas ainda não é, justamente pelo cerceamento causado pela estrutura patriarcal. Entretanto, é na área das Ciências Sociais, principalmente, que ele é aceito e fomentado. Para compreender as aproximações e os distanciamentos entre os Estudos Feministas e a Sociologia, torna-se relevante introduzir os debates epistemológicos sobre neutralidade, objetividade, universalidade e racionalidade científica nessa área que “sempre foi aproximada das Ciências Naturais” (GOMES; CASARIN; DUARTE, 2019, p. 51).

2.2.1 A Neutralidade Científica na Sociologia

A busca pela cientificidade nas análises sociológicas foi curiosamente promovida e construída por autores privilegiados em diversos aspectos que interessam a essa pesquisa, como o de raça, pois eram brancos, o de sexo e gênero, pois eram homens, o de classe, pois eram da classe dominante, e o de território, pois viviam no norte global, mais especificamente, no continente europeu. Conhecidos como clássicos, Augusto Comte propôs a formulação de leis universais, através da observação neutra da sociedade; Émile Durkheim dedicou-se a criar o método sociológico a partir da compreensão de “fatos sociais”, que, segundo ele, são externos aos indivíduos, definindo, assim, o método sociológico (inclusive estatístico) e Max Weber, apesar da ideia compreensiva e subjetiva de Ação Social, defendeu a neutralidade e a objetividade do(a) pesquisador(a) (GOMES; CASARIN; DUARTE, 2019).

As pesquisas nesse campo assumem que as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes (LÖWY, [2000] 2009, p. 40).

A ciência moderna e ocidental, acaba, portanto, sendo construída nos pilares da neutralidade, da objetividade, universalidade e racionalidade, o que desconsidera a vivência de quem pesquisa, assim como, conseqüentemente, a direção e a função social da ciência. Acredita-se, então, que a ciência é única e decorre “das propriedades do objeto em estudo, isto é, da natureza. Se a natureza é universal, estável e obedece a leis imutáveis, é evidente que a (boa) ciência seria também universal” (LÖWY, [2000] 2009, p. 30). Entretanto, a apropriação das leis da natureza como método científico, na direção da defesa da neutralidade, defende que elas não devem ser influenciadas por características pessoais e categorias sociais, tais como o sexo e o gênero. Esses pressupostos impossibilitam análises sobre o sexismo expresso, inclusive, na produção do conhecimento (LÖWY, [2000] 2009).

A crítica à ciência masculinista não objetiva fragilizar os métodos, procedimentos e técnicas científicas, tampouco renunciar à elaboração de conhecimentos universalmente válidos e objetivos. As pesquisadoras do tema, tais como Ilana Löwy (2000), Sandra Harding (1996) e Donna Haraway (1995), defendem, inclusive, a perspectiva dos conhecimentos situados (HARAWAY, 1995) como essencial para uma produção científica transparente e honesta. “Os saberes e as práticas baseados nessa perspectiva não procuram ocultar nem o momento nem o lugar da sua elaboração, tampouco o estatuto social dos indivíduos que os

produzem” (LÖWY, [2000] 2009, p. 42). Dessa forma, o próximo subcapítulo intenciona explicar e diferenciar brevemente os Estudos Feministas e os Estudos de Gênero, assim como suas contribuições à ciência, mais especificamente às Ciências Sociais.

2.2.2 Estudos Feministas e Estudos de Gênero

Como comentado, o barco que essa dissertação navega é o dos Estudos Feministas. Para isso, convém explicar as especificidades epistemológicas e políticas dessa escolha. Os estudos em torno da condição feminina possuem uma raiz histórica e são registrados há mais de dois séculos, ainda que não tenham sido, ao mesmo tempo, reconhecidos. Como exemplo, têm-se a obra de Olympe de Gouges, *Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã*, publicada em 1791, na França. Olympe foi morta guilhotinada dois anos depois, em 1793 e, dentre as razões, está a ousada publicação. Atualmente são diversas as contribuições teóricas das “feministas” (entre aspas pois nem sempre foram assim reconhecidas ou autoidentificadas) ao feminismo e à ciência. Esses estudos, como comentado, podem ser classificados em duas grandes áreas de pesquisa: os Estudos de Gênero e os Estudos Feministas.

O feminismo é um movimento social, caracterizado pela crítica ao patriarcado e protagonizado por mulheres. Desse modo, os Estudos Feministas carregam, também, essa perspectiva. No Brasil, a historiadora e cientista política Céli Pinto comenta acerca da especificidade do movimento feminista e sua relação com o campo teórico e científico. Seria o feminismo uma corrente teórica e/ou um movimento social? Pinto (2010, p. 15) explica

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. [...] Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral.

A reflexão teórica e política é parte formativa dessa área, que “questiona os paradigmas das ciências e as definições tradicionais de sociedade (...) as experiências de vida (e sujeição) das mulheres servem de base para a reflexão, impondo novos temas e metodologias de trabalho.” (ZIRBEL, 2007, p. 18). Desse modo, a pesquisa e a análise são inseparáveis do

problema proposto, como é o caso dessa dissertação. Os Estudos Feministas, além de analisarem e considerarem as relações patriarcais de sexo e gênero, possuem como objetivo a “transformação social e a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e sujeitos do conhecimento” (ZIRBEL, 2007, p. 19), são, portanto, caracterizados pela práxis.

Já os Estudos de Gênero são parte da grande área dos Estudos Feministas. Isso porque o conceito de gênero, como será aprofundado no subcapítulo 3.2, surgiu a partir de análises feministas, mais aproximadamente na década de 70, 80 e 90. Nessa área

As identidades humanas são entendidas como “não-fixas” e passíveis de resignificação constante. As pesquisas de gênero se dedicam, pois, ao estudo dos sistemas culturais que dão significado às subjetividades e à compreensão das realidades empíricas diversas (ZIRBEL, 2007, p. 19-20).

Atualmente os Estudos de Gênero possuem forte presença, em comparação aos Estudos Feministas, nos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Foram, portanto, bem mais popularizados entre os meios acadêmicos. Vale lembrar da análise de Joan Scott ([1988] 1995, p. 6): “O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo”. Portanto, em consonância com o materialismo histórico-dialético, assim como com a perspectiva do feminismo materialista francófono²⁰ e suas problematizações em torno do conceito de gênero, essa pesquisa é caracterizada pelo campo dos Estudos Feministas, principalmente por conta de seu compromisso com a transformação radical da sociedade patriarcal, através da práxis já mencionada.

2.3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E DE DISCURSO E A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

(...) nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (Maria Cecília MINAYO, 2007, p. 16).

2.3.1 A Análise de Conteúdo

Para contextualizar o procedimento metodológico da Análise de Conteúdo (AC), optou-se pelos estudos de Laurence Bardin, professora de psicologia da Universidade de Paris V

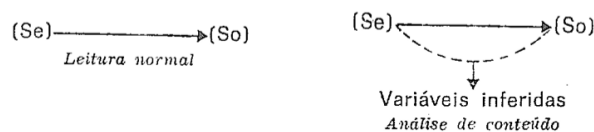
²⁰ É popularmente conhecido também como feminismo materialista francês, entretanto, por ser composto por militantes e pesquisadoras para além da França, torna-se mais representativo quando denominado como francófono.

nascida na França e autora do livro *Análise de Conteúdo*, publicado originalmente em 1977 (edição da qual se utilizou nessa pesquisa, em sua versão em português). Ela explica que a Análise de Conteúdo surge mais especificamente nos Estados Unidos, no início do século XX, em materiais essencialmente jornalísticos, através de uma aplicação quantitativa (contagem e medida de títulos, localizações nas páginas, etc). O procedimento metodológico se amplifica a partir da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, em que começa a ser utilizado para analisar a imprensa e a propaganda. A partir dos anos 50, a aplicação da técnica se amplia (BARDIN, 1977).

Laurence explica que a na AC “a atitude interpretativa continua em parte a existir (...), mas é sustida por processos técnicos de validação” (BARDIN, 1977, p. 14). Entretanto, ela ressalta que para o/a sociólogo/a crítico/a, ainda que saiba que sua função é justamente o desvendar crítico, compreende que é difícil afastar as influências ideológicas, mesmo no uso das técnicas de rigor e validação. Dessa forma, Bardin (1977) conceitua a AC para além de um instrumento, mas como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31) que tem como objetivo “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. (BARDIN, 1977, p. 38, grifos da autora).

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a (i) *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 1977, p. 39, grifos da autora).

Portanto, a principal característica desse procedimento metodológico de análise é a utilização da **inferência**. Em sua obra, ela a define, em nota de rodapé, como “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras” (BARDIN, 1977, p. 39). Como exemplificado pela própria autora, em imagem a seguir:



A especificidade da AC é elencada por ela a partir de dois fundamentos: (1) a **superfície dos textos** descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e (2) os fatores que determinaram estas características, deduzidos logicamente (BARDIN, 1977, grifo nosso). Dessa forma, Bardin explica que a organização da análise a ser realizada deve pressupor determinadas fases cronológicas. Primeiramente, a **pré-análise**. “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Por conseguinte, a **exploração do material**: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101). E, por fim, o **tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação**.

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p. 101).

Tanto a AC quanto a Análise de Discurso (AD) se relacionam com a linguística. Como comenta Bardin “A Análise de Discurso trabalha, tal como a Análise de Conteúdo, com unidades linguísticas superiores à frase (enunciados)” (1977, p. 44). Entretanto, ela ressalta que a AC não se limita à linguística, pois busca investigar o que está subjacente às palavras e explica que essa técnica e a linguística tem objetos próximos, mas desenvolvem-se por caminhos diferentes. Então ela conclui: “A linguística é um estudo da língua, a Análise de Conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 44). Portanto, a AC trabalha com “a **materialidade linguística** através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684, grifos nossos). As contribuições da AC para essa pesquisa estão relacionadas com as possibilidades que essa ferramenta oferece no tratamento e sistematização do material, para organizá-lo e analisá-lo através de categorias de análise passíveis de quantificação. Já a AD vai dedicar-se especialmente ao sentido do discurso, como será aprofundado a seguir.

2.3.2 A Análise de Discurso

A Análise do Discurso (AD) de que se trata aqui, teve sua origem na França, nos anos 60, através de Jean Dubois e Michel Pêcheux, que partilham de posicionamentos **marxistas**,

concordando sobre a história, o movimento social e a luta de classes (MALDIDIER, 1994 apud MUSSALIM, 2003). Desse modo, o projeto da AD se utiliza dos meios da linguística para abordar a política e, então, se inscreve num objetivo político. Para a compreensão da AD, torna-se necessário abordar, ainda que brevemente, acerca de dois conceitos que estruturam a linguística para Pêcheux, o de **linguagem** e o de **ideologia**. Ressalta-se que eles foram analisados e aqui seguem sendo, a partir de uma perspectiva materialista. Portanto, é na ideologia que a linguagem se materializa (MUSSALIM, 2003).

É neste contexto que nasce o projeto da AD. [de] Michel Pêcheux, apoiado numa formação filosófica, desenvolve um questionamento crítico sobre a Linguística e, diferentemente de Dubois, não pensa na instituição da AD como um progresso natural permitido pela Linguística [...] para a Análise do Discurso. A instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito (MUSSALIM, 2003, p. 105).

Em consonância com a perspectiva de Pêcheux, o filósofo marxista Louis Althusser concorda que as ideologias possuem caráter material e “devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção” (MUSSALIM, 2003, p. 103). Assim como a abordagem do procedimento científico desse trabalho, o materialismo referido pelos autores é o materialismo histórico. Essa perspectiva que eles apresentam busca romper com a intenção idealista no âmbito científico, que pretende dominar e controlar o objeto de estudo, como se ele existisse apenas no nível das ideias, através do procedimento metodológico aplicável a um determinado universo. A partir do materialismo, Pêcheux propõe então uma **semântica do discurso**, em que os componentes linguísticos sejam analisados enquanto socioideológicos (MUSSALIM, 2003).

O autor explica que a língua constitui **lugar material** na produção de sentido dos processos discursivos. Dessa forma, através da crítica à concepção idealista da ideologia, pode-se perceber que aquilo que é discursivo origina-se a partir de aspectos materiais, o que é conhecido como materialidade ideológica. Já a materialidade linguística (que, em conjunto com a materialidade ideológica, forma a já citada semântica do discurso) é fruto de um processo social do discursivo, que tem a materialidade como base (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Sendo esta pesquisa comprometida com a transformação social, orientada pelo materialismo histórico-dialético, a escolha e utilização da AD como técnica possibilita que os dados coletados sejam interpretados a partir de seu contexto histórico. Como comenta Pêcheux ([1966] 1997, p. 150)

Na medida em que a sociologia se dá por tarefa interrogar a relação entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada, ela trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua situação (socioeconômica) e sua posição (ideológica) na estrutura. O que o sujeito diz deve, pois, sempre ser referido às condições em que ele diz: o que é pertinente não é, pois, tanto o “conteúdo” da entrevista que um diretor de empresa dá ao sociólogo, mas a confrontação desse discurso que ele sustenta em relação ao que ele diz e faz em outro lugar, isto é, em relação a outros papéis discursivos cujos efeitos podem ser apreendidos em outro lugar, MAIS a descrição da prática efetuada pelo sujeito, como representante de um lugar no campo das práticas, pelo discurso científico da sociologia.

Portanto, como visto, a AD é fruto da articulação entre o materialismo histórico (que compreende a teoria das ideologias), a linguística e a teoria do discurso. A formação discursiva que essa técnica leva em consideração origina-se de determinadas relações de classe históricas e se constitui através de novas relações ideológicas. É justamente o movimento dialético das relações sociais, impregnadas de ideologias perpetuadas e modificadas através da linguística dos discursos que possibilita novas formações ideológicas (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Destarte, a AD foi aplicada nessa pesquisa, primeiramente pela relação com dados linguísticos, tais como as transcrições das entrevistas e, secundamente, por se relacionar com a perspectiva marxista de mundo, através do materialismo, que aqui foi considerado a partir da dialética histórica proposta por Marx. Tendo a sociedade capitalista, patriarcal e racista como pano de fundo, torna-se imprescindível que a análise esteja implicada com as estruturas materiais das quais os coletivos analisados estão submetidos.

2.3.3 A Entrevista Semiestruturada

Até aqui já se sabe que o objeto de pesquisa e estudo nas Ciências Sociais é histórico e como decorrência dessa afirmação, têm consciência histórica. Dessa forma, os sujeitos envolvidos nesse processo de pesquisa, sejam eles a pesquisadora ou as “pesquisadas” (objeto), possuem uma identidade social e histórica (MINAYO, 2007). “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação” (LÉVI-STRAUSS, [1958] 2008, p. 215). Outra característica da pesquisa nas Ciências Sociais é a inerência do caráter ideológico, portanto: não é possível que seja neutra (MINAYO, 2007; NETTO, 2011; FRIGOTTO, [1987] 1991; HARAWAY, 1995; LÖWY, 2000; GOMES *et al.*, 2019), o que não a impede de buscar pela objetivação. Esse é o principal aspecto de correlação entre o método de abordagem científica deste trabalho, o materialismo histórico-dialético, e as técnicas de coleta e de análise que aqui serão desenvolvidas: a influência da concepção de mundo da pesquisadora e do objeto de pesquisa.

Toda ciência - embora mais intensamente as Ciências Sociais - passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, ainda que suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus/suas próprios/as autores/as. [...] Na investigação social, a relação entre o/a pesquisador/a e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos/as está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação [...] a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação (MINAYO, 2007, p. 13-14).

De acordo com Maria Cecília Minayo (2007), sendo as Ciências Sociais o campo de estudo que pesquisa as relações sociais e suas nuances, todo o objeto de pesquisa dentro dela delimitado é essencialmente qualitativo. O objeto dessa pesquisa não é diferente, uma vez que busca compreender a concepção de mulher entre movimentos feministas. No caso da pesquisa qualitativa, “o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser considerado falha ou risco comprometedor da objetividade, é necessário como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva” (MINAYO, 2010, p. 266).

Nesse sentido torna-se importante lembrar que a escolha por esse objeto de pesquisa advém da realidade concreta vivenciada pela pesquisadora e é observado em diferentes dados concretos, como apresentados na introdução. É uma questão de investigação fruto da sua inserção na vida material, interligada a circunstâncias e interesses que são condicionados socialmente, renovando seus significados (MINAYO, 2007). Em consonância com o movimento dialético do materialismo histórico, nesta pesquisa partiu-se então de uma problemática material, expressa em um objeto empírico, com significância social; articulou-se conceitos considerados essenciais para a compreensão da discussão proposta, a partir da teoria marxista, caracterizada, em determinados momentos pela pesquisa exploratória, considerando a proposição de um novo discurso interpretativo (MINAYO, 2007).

Sendo a teoria um aporte para explicar a realidade, a sua articulação dialógica acontece, principalmente, nos dois capítulos seguintes, através da pesquisa bibliográfica, entendida como “um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes” (QUARESMA; BONI, 2005, p. 71) e documental. No quarto capítulo chegou-se, então, à exposição e análise dos dados empíricos coletados através da técnica de entrevista semiestruturada.

A técnica de entrevista semiestruturada foi considerada nesta pesquisa a fim de abarcar e coletar dados que não foram disponibilizados ou encontrados através da pesquisa bibliográfica e documental, assim como em harmonia com a orientação materialista histórico-dialética de dialogar constantemente entre teoria e realidade, na produção de uma análise comprometida com a práxis. “Através dela [a entrevista] os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados [...] subjetivos [que] só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados” (QUARESMA; BONI, 2005, p. 72). Optou-se por caracterizá-la enquanto semiestruturada por contar com alguns questionamentos definidos anteriormente para orientar a autora em sua aplicação, sem deixar de considerar o movimento dialógico e as perguntas e respostas que decorreram dele.

As técnicas de entrevista aberta e semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre a entrevistadora e as entrevistadas favoreceu as respostas espontâneas. (...) Desse modo, a entrevista semiestruturada colaborou na investigação dos aspectos afetivos e valorativos das informantes que determinaram significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas das entrevistadas e a maior liberdade que essas tiveram, fizeram surgir questões inesperadas à entrevistadora que foram de grande utilidade para essa pesquisa (QUARESMA; BONI, 2005, p. 75).

Frente à crescente utilização dos meios digitais para diversas atividades cotidianas na contemporaneidade, a autora utilizou de plataformas online como o Google Meet e a rede social digital WhatsApp para articular e realizar as entrevistas. Essa escolha se deu, principalmente, por possibilitar que elas fossem aplicadas a mulheres de diferentes localidades do Brasil, através do meio *online*, considerando, inclusive, os cuidados decorrentes da pandemia da COVID-19. Como reforça Minayo (2010, p. 268) “ante a explosão da utilização da informática, é importante desenvolver técnicas que utilizem meios eletrônicos”. Portanto, entrevistou-se representantes de diferentes articulações feministas que tenham alcance nacional, tais como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Intencionou-se despender um cuidado ao explorar as estruturas de relevância trazidas pelas entrevistadas, não se limitando apenas em analisar os enfoques previamente estabelecidos (MINAYO, 2010), através da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise de Discurso (AD).

Em consonância com o objetivo geral desse trabalho, investigar a concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros com articulação nacional, os movimentos que contribuíram com a pesquisa foram definidos, primeiramente, por possuírem uma organização nacional, ou seja, estão presentes em diversos estados brasileiros, possuem uma grande representatividade e compartilham de uma visão sistêmica do patriarcado, do capitalismo e do racismo. Além de contarem exclusivamente com a participação de mulheres, são organizações que se mobilizam historicamente na luta pelo fim da violência contra às mulheres, e se identificam, portanto, como feministas.

Inicialmente, selecionou-se cinco movimentos. A ideia era pesquisar em diferentes articulações de mulheres, que compartilham da crítica ao patriarcado. Eram eles, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Foi estabelecido contato com todos, através de e-mail e mensagens no WhatsApp, mas apenas se obteve retorno dos três primeiros. Desse modo, as entrevistas acabaram sendo realizadas com dirigentes desses movimentos que contribuíram com a pesquisa, a AMB, o MMC e a AMNB. Como dirigentes entende-se que elas são consideradas referências para os movimentos dos quais fazem parte, não necessariamente por ocuparem um “cargo” oficializado como (CISNE, 2013). Não se intencionou alcançar uma amostra representativa que possibilitasse generalizações em torno dos movimentos ou, inclusive, em torno das categorias de análise levantadas.

O objetivo das entrevistas foi compreender a perspectiva das entrevistadas sobre questões centrais à luta feminista que elas constroem orgânica e historicamente. Torna-se importante ressaltar que duas dirigentes do MMC se disponibilizaram para serem entrevistadas e assim foram. O contato com elas se deu através da relação com Mirla Cisne, componente da banca avaliadora desse trabalho e com Mariana Selister Gomes, orientadora dessa dissertação, que as conheciam e as indicaram para tal. Entretanto, como forma de garantir a paridade por movimento, decidiu-se utilizar apenas uma das entrevistas para compor o *corpus* final. A entrevista selecionada foi a que concedeu mais material para a análise, pois forneceu respostas mais completas e aprofundadas. Isso deu-se a fim de manter uma entrevista analisada por movimento, ainda que ambas tenham contribuído para o aperfeiçoamento da análise sobre o MMC. Portanto, do total de 4, 3 entrevistas foram submetidas à AC e AD, sendo uma delas por movimento entrevistado.

Seguindo o pressuposto da AC (BARDIN, 1977), as transcrições compuseram a superfície dos textos descritos e foram pré-analisadas de acordo com as categorias evidenciadas. Nesse momento, já haviam sido definidos os documentos a serem analisados, ou seja, o material das entrevistas, a elaboração dos indicadores, aqui denominados de categorias de análise, a exploração desse material para codificar as semelhanças entre cada conteúdo e o tratamento dos resultados que fundamentou a inferência para a interpretação final. Ressalta-se que essa pesquisa não tem o objetivo de encontrar uma definição representativa e generalista sobre a concepção de mulher, mas objetiva essencialmente analisar o conteúdo coletado através da discussão teórica realizada anteriormente. A AD possibilitou a interpretação dialética dados coletados a partir de seu contexto histórico.

Buscou-se, através das entrevistas, compreender a concepção das mulheres entrevistadas, que, para este trabalho, estavam como representantes dos movimentos dos quais fazem parte, sobre patriarcado, feminismo, gênero, sexo e, principalmente, sobre a concepção de mulher. Além disso, buscou-se também conhecer um pouco sobre a trajetória militante de cada uma delas, assim como os objetivos e desafios de cada movimento. Os dados coletados são anônimos e referem-se a opinião pública, em consonância com a Resolução n.º 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 7 de abril de 2016, que normatiza a ética na pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas. Às entrevistadas foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual esses cuidados éticos foram explicitados. Apenas nas perguntas referentes ao movimento, tais como, objetivos e desafios, considerou-se as respostas representativas de todo o movimento, o restante foi analisado de forma individual.

Desse modo, cada uma das entrevistas durou, em média 60 minutos e foram realizadas através da plataforma de videoconferência Google Meet. Foram gravadas, em concordância com as entrevistadas, transcritas e sistematizadas, primeiramente, através da Análise de Conteúdo (AC), submetidas a todas as etapas dessa técnica: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sob à luz do materialismo histórico-dialético. As suas transcrições, somadas, totalizaram 42 páginas, tendo uma média de 14 por entrevista. Em seguida, recorreu-se à técnica de Análise de Discurso (AD), para investigar o sentido do discurso, assim como a semântica dos dados linguísticos. Os resultados serão apresentados no capítulo 4.

3. SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS

As transgressões (reais ou supostas) do sexo, do gênero ou da sexualidade não resolvem o problema de fundo, a saber, que as fêmeas são em todo caso quase sempre colocadas embaixo na escala social (Jules FALQUET, 2014, p. 16).

Este capítulo busca alcançar o primeiro objetivo específico desta dissertação, ou seja, discutir teoricamente acerca dos conceitos de sexo, gênero e identidade e como eles se articulam, refletindo sobre suas contradições e aproximações. De antemão faz-se necessário demarcar que as reflexões, análises e interpretações realizadas aqui estão sob à luz da teoria feminista materialista francófona²¹. Essa escolha se justifica, pois, para “analisar as desigualdades [econômicas e] de sexo de forma a contribuir para as suas superações, não se pode desconsiderar as estruturas que condicionam os sujeitos às relações de exploração” (NOSVITZ; PEREIRA, 2022, p. 91), e essa é uma especificidade dessa corrente teórica. Para isso, torna-se importante salientar que as considerações aqui propostas estão alocadas em uma sociedade que organiza as estruturas de poder de forma complementar. Nesta pesquisa, entretanto, pretende-se refletir sobretudo acerca das estratégias de manutenção do sistema patriarcal.

De acordo com o cientista político brasileiro Luis Miguel “O deslocamento do sexo para o gênero acrescenta ambiguidade ao sujeito do feminismo - a mulher em nome de quem se fala é, ela mesma, produto das relações de dominação que se deseja abolir” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 81). Portanto, diversos são os debates em torno da correlação entre sexo e gênero, de que forma são produzidos, se um depende do outro, se referem-se a mesma coisa ou no que se diferenciam. Desse modo, este capítulo está subdividido em três discussões basilares para essa análise: as conceituações sobre os sexos, o que o feminismo denominou de gênero e os debates em torno das articulações pós-modernas e neoliberais na apropriação das “políticas identitárias”.

²¹ “O ponto central de seu pensamento radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia, nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social [rapport], material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra.” (FERREIRA *et al.*, 2014, p. 15).

3.1 NÃO SE NASCE MULHER, SE NASCE FÊMEA: SEXO, HIERARQUIA E DIFERENÇAS

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses fatos. A biologia - o corpo estável, não-histórico e sexuado - é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social (Thomas LAQUEUR, 2001, p. 18).

Nasceu. Foi revelado, no exame que determina o sexo do bebê, que ela possui um órgão genital feminino: uma vulva²², é, portanto, uma menina. E no processo de desenvolvimento desse corpo, ela terá também um útero, o qual, futuramente, poderá abrigar outro bebê, que também terá um sexo²³. No Brasil patriarcal, culturalmente (e violentamente), ainda nos primeiros dias de vida, ela terá a sua orelha furada para a colocação de um brinco, para que assim seja possível identificar o seu sexo, pois o corpo de um bebê não desenvolve uma aparência física suficiente para demarcá-lo em um sexo e/ou gênero, além do seu órgão genital que, também sob influência cultural, estará coberto. Essa narrativa foi absorvida pela sociedade brasileira de tal forma que chega a ser estranho a necessidade de sua descrição. Mas é justamente nesse ponto que sexo e gênero se interligam e o nascimento de uma fêmea humana é transformado no nascimento de uma menina.

A antropóloga francesa e pesquisadora feminista materialista Nicole-Claude Mathieu (1937-2014) (2009)²⁴ explica que esse fenômeno acontece por conta de uma sobrevalorização das diferenças biológicas, que acaba por dividir, separar e (geralmente) hierarquizar funções atribuídas aos dois sexos, aplicando um gênero “feminino” à fêmea e um “masculino” ao

²² Como comenta a pesquisadora feminista materialista francófona, Anne Marie-Devreux: “Psicólogas francesas feministas (Hurtig & Pichevin, 1986) demonstraram que classificar e definir os indivíduos no nascimento pelo critério da ausência ou da presença do pênis constitui um ato social: essa redução da identidade social ao pênis (ou não) é um ato social. Cada nascimento dá lugar a esse sintético e fundamental ato social. Fundamental para cada indivíduo e seu futuro, pois a partir desse ato de classificação, sua trajetória começa sob o signo da diferença e da hierarquia.” (DEVREUX, 2005, p. 563).

²³ Não se pretende aqui ignorar a existência de pessoas intersexo, que, de acordo com a *Intersex Society of North America* - ISNA “é um termo geral usado para uma variedade de condições nas quais uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não parece se encaixar nas definições típicas de feminino ou masculino. (...) é uma categoria socialmente construída que reflete a variação biológica real. (...) Assim, a natureza não decide onde termina a categoria de “masculino” e começa a categoria de “intersexo”, ou onde termina a categoria de “intersexo” e começa a categoria de “feminino”. **Os humanos decidem**” (grifos dos autores, tradução nossa). Disponível em: <https://isna.org/>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

²⁴ Mathieu escreve, em seu artigo intitulado “Sexo e gênero”, em contribuição ao Dicionário Crítico do Feminismo, organizado pelas pesquisadoras feministas materialistas Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, publicado originalmente em francês, no ano 2000, sendo traduzido para o português em 2009.

macho, no que ela denomina como “corpo social”. Dessa forma, a menina vai crescer e ter seu comportamento limitado ao gênero feminino. Por conta do seu sexo e, posteriormente, do gênero socialmente atribuído a ele, será esperado que suas escolhas correspondam com a construção social do que se entende por ser mulher. Além disso, seu corpo será sexualizado pelo machismo e ela crescerá com um medo constante: o de ser sexualmente violada.

Esse breve e simples resumo da expressão mais comum da sociedade patriarcal, aqui situada no Brasil, já apresenta elementos suficientes para compreensão de que a análise das “relações de gênero” não seria correta se deslocada dos corpos sexuados. Ao parafrasear Simone de Beauvoir ([1949] 2009) “não se nasce mulher”, se nasce fêmea, objetiva-se justamente reafirmar a necessidade de uma interpretação feminista que considere a materialidade dos sexos biológicos e a forma com que a estrutura patriarcal os hierarquiza.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 161, grifo da autora).

Desse modo, nessa pesquisa optou-se pela utilização do conceito de relações patriarcais de sexo (CISNE, 2018) (cunhado pelas feministas materialistas francófonas como *rappports*²⁵ sociais de sexo) e gênero ao invés de “relações de gênero”. Nesse contexto, torna-se importante demarcar a crítica ao essencialismo. O “retorno” à interpretação das relações patriarcais de sexo e gênero considerando, inicialmente, o sexo, não se objetiva limitar o debate a isso, muito menos justificar a hierarquia a qual as mulheres são submetidas, através de diferenças naturais. “Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular” (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 7). A problemática está, portanto, na apropriação patriarcal dessas diferenças e a consequente produção de privilégios masculinos através da supressão de direitos femininos, inclusive, a partir das delimitações dos gêneros. Como reforça a socióloga francesa Anne Marie-Devreux

Ora, a referência ao sexo biológico parece-me essencial pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente,

²⁵ De acordo com as pesquisadoras feministas materialistas Jules Falquet e Nicole-Claude Mathieu “A tradução usual de “rappports” para o português é “relações” (de classe, “raça”, sexo etc.) (...) Em francês, “rappports” trata das ligações estruturais da sociedade, em nível macro, enquanto a expressão “relations”, que também é traduzida por “relações”, diz respeito às relações cotidianas, em nível micro” (MATHIEU, 1991 apud FALQUET, 2014, p. 11).

sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos (DEVREUX, 2005, p. 563).

A antropóloga estadunidense e pesquisadora feminista Gayle Rubin, na década de 80, criticou o essencialismo [sexual], que ela define como “a ideia de que o sexo é uma força natural que precede a vida social e dá forma às instituições” (RUBIN, [1984] 2017, p. 77). Para ela, essa ideia tem raiz nas sociedades ocidentais, principalmente pelas considerações acadêmicas da medicina, psicologia e psiquiatria em torno do sexo. A autora explica que essa crítica não pretende descolar as capacidades biológicas dos pré-requisitos da sexualidade humana, mas sim explicar que ela não pode ser compreendida de forma estritamente biológica, como era feita por esses profissionais, assim como o gênero não deve ser lido sem considerar a [construção social em torno da] sexualidade humana. E com sexualidade humana, Rubin ([1984] 2017) não se refere apenas ao sexo enquanto uma determinação binária, mas também à forma como esses sujeitos se comportam sexualmente, se através da heterossexualidade ou para além dela.

Em sua obra *O tráfico de mulheres - Notas sobre a economia política do sexo*, a autora reflete sobre o domínio do sexo e do gênero pelas atividades sociais. Portanto, Rubin ([1975] 2017) defende que ao analisar o sexo é necessário atentar para a definição cultural definida e adquirida sobre ele, pois toda a sociedade tem um sistema de sexo/gênero, entendido como “um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social” (RUBIN, [1975] 2017, p. 10). Desse modo, apesar do sexo ser biológico, ele é também fruto das interpretações sociais que dele são feitas. Por conta disso, o que comumente é denominado de “sexo biológico” refere-se ainda mais sobre papéis e comportamentos sexuais do que precisamente sobre um processo de sexuação (DORLIN, [2008] 2021).

O domínio da sexualidade também tem uma política interna, desigualdades e modos de opressão próprios. Assim como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. Elas são permeadas por conflitos de interesse e manobras políticas, tanto deliberadas quanto incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político (RUBIN, [1984] 2017, p. 64).

Outra grande contribuição teórica para esse debate é a produção da filósofa francesa Elsa Dorlin em sua obra *Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista*, publicada originalmente no ano de 2008 e traduzida para o português em 2021. No segundo capítulo, sob o título “Historicidade do sexo”, Dorlin ([2008] 2021) apresenta seu raciocínio explicando a origem do termo **gênero** ou “papel de gênero”. Ela conta que ele foi elaborado por equipes

médicas, na primeira metade do século XX, na busca por um tratamento (hormonal e cirúrgico) de crianças intersexo. Portanto, frente à realidade de um corpo com ambiguidade sexual, eles pretendiam redesignar um sexo e, conseqüentemente, um gênero. Isso permite observar o quanto essas iniciativas médicas, que anos mais tarde se tornarão também base para o tratamento médico da transexualidade, são ainda baseadas em uma lógica binária (DORLIN, [2008] 2021). A partir do “êxito” desses procedimentos de resignação, esses profissionais concluíram que “o sexo biológico (...) é um fato relativamente flexível, aleatório e pouco restritivo em matéria de identidade sexual, isto é, de papéis de gênero e comportamentos sexuais” (DORLIN, [2008] 2021, p. 36). Destarte, segundo ela, gênero foi apreendido pelas ciências sociais para definir as identidades feminina e masculina como “produtos de uma socialização dos indivíduos” (p. 40) e não como uma consequência da natureza dos sexos.

A distinção entre sexo e gênero possibilitou justamente a crítica em torno do essencialismo citado anteriormente. Ou seja, o sexo não determina os comportamentos sociais através de uma essência feminina ou masculina. Essa conclusão tornou-se um argumento imprescindível ao feminismo para explicar que a subordinação, a opressão e a exploração das mulheres não é uma consequência biológica e imutável, mas sim uma construção patriarcal. Contudo, segundo Dorlin ([2008] 2021), a determinação de que toda a construção social do feminino e masculino é suficientemente representada pelo conceito de gênero, fez com que o sexo permanecesse enquanto algo inquestionável. Desse modo, a autora afirma que essa diferenciação entre sexo e gênero se depara, então, com seu limite. Para ela, a “desnaturalização dos atributos do feminino e do masculino tem, ao mesmo tempo, redelimitado e, com isso, reafirmado as fronteiras da natureza. **Ao desnaturalizar o gênero, reificou-se também a naturalidade do sexo**” (DORLIN, [2008] 2021, p. 41, grifo nosso).

Todavia, não se poderia desconsiderar as influências das definições sociais em torno do sexo sobre o gênero e vice-versa. Nesse sentido Mathieu ([2000] 2009), ao explicar três tendências sobre as concepções em torno de sexo e gênero, apresenta que a terceira delas, na França, elaborada pelo coletivo da revista *Questões Feministas (Questions féministes)* (1977 - 1980), compreende os sexos como classes (no sentido marxista) e não necessariamente como “categorias bissociais”. Isso porque são “constituídas por e na relação de poder dos homens sobre as mulheres, que é o próprio eixo da definição de gênero (e de sua primazia sobre o sexo [...]): o gênero **constrói** o sexo” (DELPHY, 2001 apud MATHIEU, [2000] 2009, p. 226). Nessa direção, a feminista materialista francesa Monique Wittig defende que “é a opressão que cria o sexo, não o contrário. O contrário seria dizer que é o sexo que cria a opressão ou ainda que a

causa da opressão deve ser encontrada no próprio sexo, em uma divisão natural dos sexos que preexistiria à sociedade” (WITTIG, [1992] 2022, p. 76).

A determinação do nosso pertencimento de classe é realizada por meio do critério convencional da forma do órgão reprodutor. E, assim, designadas pelo sexo fêmea, como o foram os carneiros de Jacó por sua pelagem, nós nos tornamos mulheres (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 75).

No entanto, todas essas formulações conceituais são impulsionadas historicamente pelos movimentos feministas²⁶. A possibilidade atual de produzir teoricamente acerca da realidade das mulheres, de formular categorias para articular análises sobre a hierarquia sexual, advém, como visto, de iniciativas femininas de resistência, de mulheres feministas que lutam por seus direitos e reivindicam o seu espaço no mundo, inclusive, científico. Nessa direção, a socióloga francesa, pesquisadora feminista e militante comunista Josette Trat ([2000] 2009), fundadora da revista *Cadernos do Feminismo* (*Cahiers du Féminisme*) (1977 - 1998)²⁷, comenta sobre os objetivos das militantes feministas

No período contemporâneo, as atrizes desse movimento centraram suas lutas contra as discriminações sexistas, contra adversários de diversas formas: os homens (concebidos como grupo biológico), o “patriarcado”, a “misoginia”, ou ainda “a divisão sexual e social do trabalho” em todas as esferas da sociedade. Para algumas, o foco dessas lutas é o reconhecimento da “diferença sexual”. Para outras, ao contrário, trata-se de questionar a construção social da diferença dos sexos: para muitas a igualdade não está na partilha do poder com os homens na sociedade vigente, mas supõe uma transformação global das relações sociais (TRAT, [2000] 2009, p. 152).

Dado que o sexo não é estritamente definido natural e biologicamente, torna-se necessário analisar de que forma ele é **apropriado socialmente** e como essa divisão sexual se reproduz violentamente para as mulheres. O debate em torno do conceito de sexo como parte inicial desse texto, se dá, principalmente, pela constante violência patriarcal aos corpos

²⁶ Entendido aqui a partir da definição de Dominique Fougeyrollas-Schwebel: “O feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, [2000] 2009, p. 145).

²⁷ Fonte: <https://www.revolutionpermanente.fr/Video-Mai-68-raconte-par-Josette-Trat-etudiante-et-militante-a-la-JCR>. Acesso em 30 de abril de 2022. Tradução nossa.

femininos, como por exemplo, quando são sexualizados e objetificados, ou quando são mortos²⁸ especialmente por serem assim categorizados. É justamente a definição exógena sobre o sexo feminino, expressa e perpetuada pelas violências patriarcais, que torna essa discussão necessária; a apropriação do sexo pelo patriarcado, das mulheres pelos homens.

Colette Guillaumin (1934-2017), socióloga e uma das fundadoras do feminismo materialista francófono, despendeu estudos, reflexões e críticas profundas em torno dessa apropriação. Em 1978 ela publicou, na revista *Questions féministes* seu artigo “Prática do poder e ideia de natureza”. Ele foi tardiamente traduzido para o português em 2014, graças aos esforços de pesquisadoras brasileiras do feminismo materialista francófono que organizaram a obra *O patriarcado desvendado* (2014), na qual consta tradução²⁹ de seu artigo. Portanto, Colette Guillaumin aponta que

Da sabedoria popular à grosseria de bar, da teoria antropológica sofisticada aos sistemas jurídicos, não param de nos sugerir que somos apropriadas. Raiva de nossa parte no melhor dos casos, atonia na maioria das circunstâncias. Porém, seria sem dúvida um erro político rejeitar, sem o examinar, um propósito tão constante que, vindo da classe antagonista, deveria, ao contrário, suscitar em nós o mais vivo interesse e a mais atenta análise. Afinal, para dar-se conta dele, basta escutar, sem se esquivar, o discurso banal e cotidiano que desvenda a natureza específica da opressão das mulheres: a apropriação (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 30).

A autora se utiliza do conceito de apropriação das mulheres para analisar a forma como o poder de reprodução dos seus corpos é apropriado como “máquina-de-força-de-trabalho” (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 33). Ela reforça que isso antecede a apropriação da força de trabalho, como na escravidão ou servidão e que se dá, inclusive, porque “É resultado de um longo e duro processo conseguir vender APENAS sua força de trabalho e não ser a pessoa mesma apropriada” (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 33 e 34, grifo da autora). Esse processo é denominado por ela como “sexagem”³⁰. Essas verificações facilitam compreender o que foi

²⁸ Aqui é impreterível citar a Lei do Femicídio, nº 13.104, sancionada no Brasil em março de 2015, pela primeira e única mulher presidenta da República, Dilma Rousseff. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm. Acesso em 30 de abril de 2022.

²⁹ Não seria possível deixar de mencioná-las e agradecê-las: Verônica Ferreira, Maria Betânia Ávila, Maira Abreu e Maíra Kubík Mano, sob a colaboração da feminista materialista francesa Jules Falquet (deixa-se registrado que a autora desse trabalho teve o privilégio de dividir uma mesa *online* de debates sobre as recepções latinoamericanas do feminismo materialista francófono, em abril de 2022, juntamente com Maira Abreu e Maíra Kubík Mano, no Fórum Social Mundial - Justiça e Democracia).

³⁰ “Isso quer dizer que não se supõe que a esposa venda a sua força de trabalho para suprir as necessidades da comunidade, nem mesmo que forneça uma *quantidade* determinada de força de trabalho à comunidade, mas, que “pague com sua própria pessoa”, como diz, com justeza, a sabedoria popular, e que *entregue diretamente ao*

comentado anteriormente, ou seja, a apropriação pelo patriarcado das diferenças biológicas e, conseqüentemente, das mulheres, inclusive de seu poder de reprodução. A análise realizada por Guillaumin possibilita reforçar a imprescindibilidade de se considerar a materialidade do corpo da fêmea humana, as suas especificidades e como elas são apropriadas e reconstruídas pelo patriarcado.

O desprezo e a negação são aquilo que percebemos e sofremos, mas são apenas a superfície de uma relação. O desprezo e a repugnância diante da reivindicação de seus corpos pelas mulheres decorrem da posse desses corpos pelos homens. Quanto à negação, nós não somos exatamente negadas. Aliás, não estariam tão obstinados por nós (“atrás de nós” seria bem mais adequado), se não existíssemos materialmente. **É como sujeito que nós não existimos. Materialmente, existimos demasiadamente: somos propriedades.** Tudo isso é um caso banal de demarcação. É porque nós “pertencemos” que somos desprezadas por nossos proprietários, é porque nós somos possuídas no conjunto enquanto classe que somos “despossuídas” de nós mesmas (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 43, grifos nossos).

A infeliz necessidade de dissertar acerca do sexo, é porque o patriarcado faz com que as mulheres não possuam um sexo, mas o sejam, pois são assim apropriadas. Como comenta Guillaumin ([1978] 2014, p. 68) “ideologicamente, as mulheres SÃO o sexo, inteiramente sexo, e utilizadas como tal. [...] Sexo é a mulher, mas ela não possui um sexo: um sexo não possui a si mesmo”. Ela segue explicando que, ideologicamente, o que cabe aos homens é dispor sobre seu próprio sexo, já às mulheres, é justamente a impossibilidade disso. Elas não dispõem sobre si mesmas, pois são apropriadas e utilizadas como objetos e, assim, não possuem autonomia ou poder de decisão, inclusive no que se refere ao seu sexo “anátomo-fisiológico” (GUILLAUMIN, [1978] 2014).

A categoria sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que transforma metade da população em seres sexuais, pois sexo é uma categoria fora da qual as mulheres não podem estar. Onde quer que estejam e o que quer que façam (incluindo trabalhar no setor público), elas são vistas (e postas) como sexualmente disponíveis aos homens, e seus seios, suas nádegas e suas vestes devem estar visíveis (WITTIG, [1992] 2022, p. 38).

A definição do sexo é socialmente construída (normalmente apreendida enquanto gênero) e reproduzida, no seio de sociedades patriarcais, através das relações sexistas historicamente desenvolvidas. Como comenta Gayle Rubin “os sistemas de sexo/gênero não são emanções a-históricas da mente humana; são produtos da ação humana historicamente situada” (RUBIN, [1975] 2017, p. 55). A importância de compreendê-los enquanto frutos da

marido a sua individualidade, sem mediação nem monetária nem quantitativa” (GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 53, grifos da autora).

dinâmica das **relações** é justamente por eles serem produzidos e, por vezes, justificados por elas. Nessa direção, a filósofa e escritora feminista Cinzia Arruzza, autora do livro *Ligações Perigosas: Casamentos e Divórcios Entre Feminismo e Marxismo*, comenta que a “a diferença biológica não indica nada mais do que o fato de que as mulheres dão à luz: isto, em si, não tem nenhum significado social ou cultural” (ARRUZZA, 2019, p. 52), entretanto, esse fato biológico acaba por adquirir esses significados de acordo com determinados modos de reprodução social. A exemplo disso, Nicole-Claude Mathieu explica, acerca da relação entre gênero, sexo e procriação (reprodução)

O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do **trabalho de procriação**, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (TABET, 1985/1998 apud MATHIEU, [2000] 2009, p. 223, grifos nossos).

De acordo com Mathieu ([2000] 2009, p. 223) “a diferença é fruto da diferenciação”. Portanto, ainda que o gênero possa existir à caráter de classificação dos comportamentos sociais dos homens e das mulheres, ele ainda é resultado de uma diferenciação dos corpos, ou seja, é a diferença. Convém utilizar dessa passagem da autora para observar que a capacidade de reprodução da fêmea humana, como o trabalho de procriação, por exemplo, não pode ser desconsiderada, ao contrário: ela é inclusive uma forma de manifestação material do gênero, como ela afirma. Nesse raciocínio, Anne-Marie Devreux, através da análise de Christine Delphy (2001) acrescenta, ao afirmar que

A socióloga feminista Christine Delphy (2001) falou do pênis como de um “marcador” da divisão social: portanto, o gênero precede o sexo, deduz ela, do fato de que as categorias de classificação preexistem à importância real do sexo, preexistem a cada marcação individual. Concordo com ela. Considero, entretanto, mais claro dizer que a relação social se constrói em torno desse marcador do sexo e, finalmente, que o sexo é primordial, como representação operadora dessa classificação (DEVREUX, 2005, p. 563).

Não se pretendeu aqui reiterar o sexo enquanto uma categoria biológica, muito menos reforçar a sua clássica concepção biologicista. Portanto, a categoria sexo, para esse trabalho, é sócio-histórica, ou seja, é constituída através de análises que politizaram a anatomia e as relações sociais. O que se objetivou foi justamente colocar em debate o quanto as diferenças biológicas e corpóreas, normalmente interpretadas e limitadas como bissociais, binárias e hierárquicas, são reconstruídas socialmente como estratégia de manutenção do patriarcado e do capitalismo. A biologia, por si só, não determina os homens e as mulheres, mas determina

diferenças sexuais, como o macho e a fêmea humana. Como ressalta Beauvoir ([1949] 2009, p. 24) “A fêmea é a presa da espécie; durante uma ou duas estações, toda sua vida é regulada por um ciclo sexual, o ciclo do estro, cuja duração e ritmo de sucessão variam de uma espécie a outra”. O que a sociedade patriarcal utiliza para demarcar os papéis sociais, o gênero, o “tornar-se mulher”, é exatamente essa diferenciação biológica, que, a partir disso, torna-se social e histórica. Portanto, na sociedade patriarcal ocidental, o destino daquelas que nascem fêmeas está condicionado a ser mulher: não serão oprimidas apenas por **serem** mulheres, mas, especialmente, **como** mulheres.

A categoria sexo é a categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual. Como tal, ela não diz respeito ao ser, mas às relações (...). A categoria sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que impõe à mulher a obrigação rígida da reprodução da “espécie”, ou seja, a reprodução da sociedade heterossexual (WITTIG, [1992] 2022, p. 36-37).

No processo de desenvolvimento de uma fêmea humana, socializada enquanto menina, até a adolescência (período definido legalmente no Brasil entre doze (12) e dezoito (18) anos), comumente se reforça, também, a sua sexualidade. Como consequência da sociedade ocidental, que organiza os seres humanos de forma binária, através do sexo e do gênero, as manifestações da sexualidade são estrategicamente limitadas como heterossexuais, ainda que isso não signifique que literalmente o sejam. Essa estrutura é denominada como heteronormativa, fruto de um contrato heterossexual, e criticada através do conceito de heterossexualidade compulsória³¹. Destarte, até aqui, dissertou-se sobre a concepção daquilo que é feminino, através da compreensão do patriarcado como estrutura baseada na dominação das mulheres pelos homens. Neste momento essa estrutura será complexificada e aprofundada como heteropatriarcado, pois as relações heterossexuais parecem ser um grande impeditivo à libertação feminina. Isso porque é nelas e por elas que as violências patriarcais contra as mulheres acontecem majoritariamente.

Um negro fanático pode desejar uma humanidade inteiramente negra, destruindo o resto com uma explosão atômica. Mas a mulher mesmo em sonho não pode exterminar os homens. O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. **A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana.** (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 7, grifos nossos).

³¹ Esse conceito é criticado pela corrente teórica lésbica radical (WITTIG, [1992] 2022), que o considera redundante, pois interpreta a heterossexualidade como regime político, estruturado em torno da submissão e apropriação das mulheres e, desse modo, essencialmente compulsória.

A exploração do trabalho doméstico feminino, aprofundado através das teorias do cuidado, a subserviência sexual ao esposo (namorado, marido, etc.), a quase exclusiva responsabilização pela criação da prole, o controle em torno de seu comportamento, de suas relações sociais e comunitárias, de suas vestimentas e de sua participação no mundo público, são, ainda, fatos comuns nas relações heterossexuais brasileiras. Apesar das conquistas feministas em torno dos direitos das mulheres no país, a vida “privada”, familiar, segue sendo o “núcleo duro” da sustentação heteropatriarcal e, conseqüentemente, o mais desafiador de ser enfrentado, problematizado e desconstruído.

No nível mais geral, a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina. O gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. Ele é produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco se baseiam no casamento. Eles, portanto, transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, como se cada uma dessas metades incompletas só encontrasse a completude quando unida à outra (RUBIN, [1975] 2017, p. 31).

O sistema binário de gênero, “homem” e “mulher”, é intrinsecamente conectado ao heteropatriarcado, ou melhor, é construído por ele. Portanto, para a sua análise, a sexualidade é interpretada também como sistema político. Como afirma Elsa Dorlin ([2008] 2021, p. 55) “O conceito de gênero é determinado pela sexualidade, entendida como sistema político; no caso em questão, é a heterossexualidade reprodutiva que define o feminino e o masculino por meio da polarização sexual socialmente organizada nos corpos”. Para a existência da heterossexualidade é necessário afirmar a existência de dois sexos opostos e complementares. Nesse sentido, a pesquisadora Monique Wittig problematiza

A luta de classes entre homens e mulheres, que deveria ser empreendida por todas as mulheres, é aquela que resolve as contradições entre os sexos, abolindo-as e, ao mesmo tempo, fazendo com que sejam compreendidas. Temos de perceber que as contradições são sempre de ordem material. O importante para mim é que, antes do conflito (rebelião, luta), não existem categorias de oposição, somente de diferença (WITTIG, [1992] 2022, p. 33).

Desse modo, Wittig defende a necessidade de destruir a “mulher” enquanto mito (BEAUVOIR, [1949] 2009), que ela compreende como fruto das relações heteropatriarcais. Afinal, para ela, é a ideia de sexo que sustenta o binarismo e, conseqüentemente, define o que é uma mulher, afinal, “o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão” (WITTIG, [1992] 2022, p. 53). Nesse raciocínio a autora argumenta que o único conceito que está além das categorias de

sexo é o de *lésbica*, muito além da denominação de uma orientação sexual em que mulheres se atraem exclusivamente por mulheres, mas por ser um sujeito que não mantém relações sexuais e afetivas com homens, ou seja, relações heteropatriarcais. É desse modo, inclusive, que ela se identifica e, ousadamente, afirma: “Lésbicas não são mulheres” (WITTIG, [1992] 2022, p. 67). Portanto, para ela, o que se entende como “mulher” é um mito criado pela sociedade heteropatriarcal e se identificar enquanto lésbica é recusar a doutrina da hierarquia entre os sexos, subvertendo a definição social da fêmea humana como “mulher” (WITTIG, [1992] 2022).

Globalmente, no sentido político, o lesbianismo pode ser considerado uma crítica em atos e um questionamento do sistema heterossexual obrigatório de organização social. Este se baseia na estrita divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros obrigados a manter relações desiguais de “complementaridade” no contexto de uma rígida divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, **o lesbianismo desestabiliza o sistema dominante**, ao representar uma ruptura epistemológica fundamental e incitar uma profunda revolução cultural. (FALQUET, [2000] 2009, p. 123, grifos nossos).

A escolha por abordar o pensamento da feminista materialista Monique Wittig, se dá, primeiramente, por ela analisar o contrato heterossexual através da problemática em torno da definição e compreensão social do que é ser uma mulher, objeto central dessa pesquisa. Segundamente por ter explorado de forma profunda as relações heteropatriarcais em sua obra *O Pensamento Hétero*, publicada originalmente em 1992 e traduzida para o português em 2022. Como afirma Mathieu

As tendências lésbicas políticas próximas desta corrente encaram a heterossexualidade não como um comportamento sexual entre outros, mas como o sistema fundador da definição de “mulheres” por uma relação obrigatória de dependência dos homens. Quando Simone de Beauvoir disse: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Monique Wittig (1980/2001) acrescentou: “[...] ‘mulher’ não tem sentido senão nos sistemas de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais.” (MATHIEU, [2000] 2009, p. 226).

A sua interpretação do pensamento hétero está intrinsecamente conectada com a concepção da identidade feminina. Nesse sentido, ela diferencia “mulher” (mito) de “mulheres” (classe de sexo e de luta antipatriarcal). Essa diferenciação já evidencia o quanto a identidade parece algo individual, mas é produzida através do reconhecimento de diferenças e do compartilhamentos de pontos em comum. Wittig justifica que essa distinção deve ser a primeira tarefa para compreender o pensamento hétero e a sociedade patriarcal, pois o que ela entende enquanto o mito “mulher”, é confundido como identidade, quando na verdade refere-se

justamente a uma “formação imaginária”, ideológica e política, que acaba, estrategicamente, por negar, confundir e ocultar a realidade das “mulheres” enquanto produto de uma relação de exploração e, portanto, enquanto seres que compartilham dessa realidade (WITTIG, [1992] 2022). Ela conclui que a identificação enquanto homem e mulher acaba por instrumentalizar os sujeitos para a manutenção da heterossexualidade, e, desse modo, reforça: “temos de produzir uma transformação política dos conceitos chave, isto é, dos conceitos que nos são estratégicos” (WITTIG, [1992] 2022, p. 12).

Há uma necessidade teórica de entender como as construções simbólicas que conhecemos como Mulher são inseparáveis do modo com que fantasias de feminilidade são inconscientemente “coloridas” e imaginadas dentro das limitações da hierarquia de gênero e das normas da assim chamada heterossexualidade. Escrevo “assim chamada” porque é crucial à minha crítica da hierarquia de gênero que esta restrinja a elaboração do feminino dentro da diferença sexual por sua redução àquilo que não é um homem (CORNELL, [1995] 2018, p. 117).

Como tudo que foge na norma, em uma sociedade heteropatriarcal, qualquer manifestação da sexualidade (entendida aqui enquanto atração sexual) que não seja heterossexual é marginalizada, violentada, reprimida, desrespeitada. Está, inclusive, “fora da lei”. Não tem reconhecimento do Estado, não é “oficial”. De acordo com o Senado Federal³², o casamento homoafetivo no Brasil é assegurado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, mas não é garantido por lei. Embora Marta Suplicy, autora da proposta de legalização, tenha apresentado-a no Projeto de Lei do Senado 612, em 2011 (ressalta-se: há 11 anos!), o assunto não foi aprovado pelo Plenário e acabou sendo arquivado, ainda que tenha passado por uma Consulta Pública e obtido 76% de aprovação³³. Portanto, como conclui Rubin ([1984] 2017, p. 127): “A sexualidade, assim como o gênero, é política. Ela está organizada em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros”. Desse modo, é necessária uma revisão conceitual, para aprofundar a compreensão do funcionamento do heteropatriarcado e, assim, pensar e propor novas organizações sociais que respeitem a dignidade humana em sua plenitude.

³² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/01/18/garantia-do-casamento-homoafetivo-no-pais-ainda-nao-foi-concedida-por-lei>. Acesso em: 07 de agosto de 2022.

³³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=102589>. Acesso em: 07 de agosto de 2022.

3.2 GÊNERO: OPRESSÃO E IDENTIDADE

E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (Simone de BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 8 e 9).

Os questionamentos em torno da utilização do conceito de gênero (ou relações de gênero), importado de feministas norte-americanas e estadunidenses, como Gayle Rubin (1975), Judith Butler (1990) e Joan Scott (1988), não são recentes para a autora deste trabalho. Foi através da experiência como pós-graduanda, da primeira turma da Especialização em Estudos de Gênero da UFSM, em 2019, que surgiu a indagação sobre sua abrangência e seu significado. O gênero pode, então, ser utilizado enquanto **categoria descritiva** (de classificação) da divisão biológica e binária dos seres humanos, como visto anteriormente, mas também enquanto **categoria analítica** de suas relações. “(...) seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (SCOTT, [1988] 1995, p. 73). Além disso, ele se relaciona também com a sexualidade, uma vez que “gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também implica que o desejo sexual se dirija a outro sexo” (RUBIN, [1975] 2017, p. 32). Destarte, é sobre essas interpretações que esse subcapítulo se dedica.

Ainda na década de 80, mais especificamente em 1988, ano em que, coincidentemente, o Brasil conquistava a sua atual Constituição Federal, após 21 duros anos de Ditadura Militar, a qual teve grande influência dos Estados Unidos, a historiadora Joan Scott publicou um artigo de extrema relevância política e acadêmica (e de uma atualidade constante), intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, traduzido para o português em 1990. Nele ela introduz

Na sua utilização mais recente [para a época], o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, [1988] 1995, p. 72).

Scott ([1988] 1995) define gênero enquanto **categoria descritiva** de duas formas. A primeira delas seria a sua apropriação como sinônimo de mulheres, a fim de legitimar os estudos feministas na academia e dissociar da “política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, [1988] 1995, p. 75). Ela explica que nessa utilização, gênero acaba por não considerar necessariamente o poder ou a desigualdade e, por isso, não poderia ser utilizado como forma

de denominar a “parte lesada” (no caso, as mulheres). Portanto, ela ressalta: “Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça” (SCOTT, [1988] 1995, p. 75).

Em segundo, gênero é utilizado para descrever as relações sociais entre os sexos. Scott ([1988] 1995) explica que essa forma ressalta “que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (p. 75). Esse uso busca salientar as construções culturais sobre os papéis definidos aos homens e às mulheres, distanciando-se, assim, de explicações biológicas, tal como a capacidade de reprodução das mulheres. Refere-se exclusivamente a forma como as identidades de homens e mulheres são estabelecidas socialmente e, apesar de enfatizar que esse sistema de relações pode incluir o sexo, reforça que não é diretamente determinado por ele. A autora segue explicando que, apesar dessa utilização considerar as relações entre os sexos como sociais, não é suficiente para explicar como elas funcionam, de que forma são construídas ou como poderiam mudar. Portanto, ela conclui que, no uso descritivo, gênero “é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres” (p. 76) e acaba por não questionar e transformar a norma existente (SCOTT, [1988] 1995).

A autora vai, então, desenvolver um longo debate, denso de referências teóricas e históricas, para dissertar acerca do gênero enquanto uma categoria útil de análise, essa que ela delimitou como histórica (Scott direciona a sua escrita constantemente às/aos historiadoras/es, ainda que seja útil a diversas áreas). Já o gênero como uma **categoria analítica** exige que o conceito de poder esteja subjacente à análise, pois é um modo de tratar sobre a sistemática das relações sexuais ou sociais.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, [1988] 1995, p. 92).

Isso posto, ela explica que a sua definição está conectada entre duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, [1988] 1995, p. 86). Nesse sentido, ela articula a definição de gênero enquanto

categoria analítica com o pensamento feminista, este que ela explica ser a “recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (p. 84).

No espaço aberto por este debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados acadêmicos e políticos. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica (SCOTT, [1988] 1995, p. 85).

Apesar das contribuições de Scott terem sido publicadas, traduzidas e socializadas ainda no século XX, seguem sendo pertinentes quando busca-se analisar o gênero, pois nem sempre ele é utilizado enquanto categoria analítica, pelo contrário, é popularmente reproduzido e compreendido como categoria descritiva. Pode-se afirmar que gênero, na contemporaneidade, tem se difundido, principalmente, a partir das proposições da filósofa pós-estruturalista, norte americana e estadunidense, Judith Butler e de sua obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, publicada originalmente em 1990. Butler ([1990] 2016) em contraposição ao debate teórico realizado até aqui, interpreta o gênero majoritariamente enquanto **identidade performativa** (o que no máximo pode se aproximar do que Scott define como categoria descritiva). Dessa forma ela introduz a sua interpretação: “o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” e segue “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira.” (BUTLER, [1990] 2016, p. 24). Portanto, para Butler ([1990] 2016), ainda que se considere a estabilidade do sexo binário, a construção de “homens” e “mulheres” não se aplica necessariamente a corpos masculinos e femininos, respectivamente.

Outros aspectos do gênero – diferenciação da vestimenta, dos comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais (Tabet, 1979 e 1998) e mentais (Mathieu, 1985 e 1991) etc. – são marcas ou conseqüências dessa diferenciação social elementar (MATHIEU, [2000] 2009, p. 223).

Em contrapartida, determinadas correntes teóricas dos estudos feministas têm optado pela substituição e crítica do conceito de (relações de) gênero. A assistente social brasileira e pesquisadora do feminismo materialista, Mirla Cisne (2018), contribui para esse debate, ao afirmar que

Além de polissêmico e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero, por vezes, possibilita um distanciamento do sujeito político mulher e de suas lutas, circunscrevendo-se no chamado “feminismo acadêmico”. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e “raça”, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes [...] dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo [...] especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado (CISNE, 2018, p. 77).

Gênero enquanto categoria descritiva também pressupõe delimitações, ou seja, os homens devem exclusivamente ter um comportamento e traços masculinos e, as mulheres, femininos. Como consequência disso, os traços contrários devem ser reprimidos. “Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão de semelhanças naturais” (RUBIN, [1975] 2017, p. 31). Mathieu ([2000] 2009) também problematiza a sua utilização, ao explicar que, quando isolado, acaba por ocultar o funcionamento do sexo enquanto parâmetro das relações sociosexuais concretas, assim como de suas formulações simbólicas. Independente dos modos de interação entre gênero e sexo, ela afirma que o primeiro está sempre assimétrico com relação ao segundo:

Sem dúvida há os gêneros “homem-mulher”, mas na base inferior da escala do gênero há fêmeas: sexo social “mulher” (MATHIEU, 1989 e 1991). Como no caso da substituição do termo “raça” por “etnia”, deixar o sexo fora do campo do gênero implica o risco de manter incontornável o seu estatuto de realidade. (E de realidade imutável, esquecendo-se de que a “biologia” e, em especial a fisiologia da fecundidade, é amplamente dependente do ambiente social.) (MATHIEU, [2000] 2009, p. 227).

Não se poderia deixar de citar as grandes contribuições da cientista social brasileira Heleieth Saffioti, que, em 1969, publicou a densa obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* e revisitou o debate, em 2004, no livro *Gênero, patriarcado e violência*. Saffioti é questionadora e crítica do conceito de gênero, ainda que não o tenha abandonado, como ela mesma afirma. Ela ressalta “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: **o gênero é a construção social do masculino e do feminino.**” (SAFFIOTI, [2004] 2015, p. 47, grifos nossos). A autora faz uma diferenciação importante, que amplia a perspectiva da utilização do conceito, defendendo o seu uso desde que se considere a história enquanto um processo, ou seja, gênero como utilidade histórica e categoria geral. Em contraponto, considerando os “seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade” (SAFFIOTI, [2004] 2015, p. 48), o adequado seria a utilização do termo **patriarcado**, por referir-se especificamente a esse determinado período, que se estende até o presente momento (SAFFIOTI, [2004] 2015). Nessa direção, Saffioti questiona a crítica

de Scott ao gênero enquanto categoria descritiva, por não considerar a desigualdade e o poder, pois para ela, essa é justamente a vantagem de seu uso, como afirma “deixar aberta a direção do vetor da dominação-exploração não tornaria [...] o conceito de gênero mais abrangente e capacitado a explicar eventuais transformações [...] na abolição da exploração-dominação?” (SAFFIOTI, [2004] 2015, p. 119).

Para Saffioti ([2004] 2015), portanto, o conceito de patriarcado compete a um contexto histórico das relações de gênero, pois pressupõe a existência de relações hierárquicas, enquanto gênero, pode referir-se também a relações igualitárias. Desse modo, considerando o objeto de pesquisa deste trabalho, absolutamente interligado ao atual momento histórico, econômico, social e cultural ao qual as mulheres estão submetidas, ou seja, uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, torna-se essencial a sua utilização, para a compreensão das consequências dessa realidade na vida material das mulheres. Como afirma Mirla Cisne

Tem sido pauta constante no feminismo a apreensão e elaboração de categorias teóricas que possam contribuir para a compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, como forma de se instrumentalizar para intervir politicamente para a reversão dessa condição (CISNE, 2014, p. 134-135).

Neste sentido, Cisne (2014) propõe, em consonância com o feminismo materialista francófono, uma alternativa ao uso de “relações de gênero”. Sendo o patriarcado uma estrutura que não é estanque, mas fruto das relações sociais, sugere que o mais adequado seria a utilização do conceito francófono de “relações sociais de sexo”, ou melhor, “relações patriarcais de sexo”. Como argumenta Devreux (2005), na defesa do conceito francófono, gênero ressalta a problemática social a qual as mulheres estão submetidas, mas não necessariamente pressupõe que ela é construída através da consequente produção de privilégios masculinos. Quando classificados enquanto gênero masculino, sendo também produtos dessa construção social, os homens não poderiam ser responsabilizados pelos efeitos consequentes dessa classificação. Desse modo ela conclui, de forma simples e direta, que a sua escolha por relações sociais de sexo se justifica por esse conceito nomear “explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação” (DEVREUX, 2005, p. 564). Como conclui Rubin ([1984] 2017, p. 126) “A longo prazo, a crítica feminista da hierarquia de gênero deve ser incorporada em uma teoria radical do sexo, e a crítica da opressão sexual deve enriquecer o feminismo”.

Relembra-se a argumentação de Butler ([1990] 2016), que hoje é quase hegemônica no Brasil, por ela se distanciar da interpretação de gênero enquanto categoria de análise das relações sociais e desviar absolutamente do conceito de relações sociais [patriarcais] de sexo. Primeiramente por ser uma teórica pós-estruturalista, secundamente por realizar suas análises em um campo subjetivo, que acaba por prevalecer a performance, a cultura e a identidade, ou seja, prerrogativas que dependem de experiências individuais que partem do indivíduo e não necessariamente das estruturas nas quais se está inserido/a. Como ela afirma: “O gênero é a **estilização repetida do corpo**, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a **aparência** de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, [1990] 2016, p. 59, grifos nossos).

O par sexo/gênero codifica o “não se nasce mulher, torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir: o que aceitamos como “a feminilidade” não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais. Para citar uma formulação que se tornou canônica, o gênero “é a organização social da diferença sexual”, o que não significa que reflita algo fixo; ao contrário, “gênero é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas” (SCOTT, 1999, p. 2). Entendido dessa forma, gênero não é uma “identidade”, mas uma “posição social e atributo das estruturas sociais” (HTUN, 2005, p. 157 apud MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 79).

Seyla Benhabib, cientista política de naturalidade turca, radicada nos Estados Unidos, em diálogo com a obra já citada de Butler, problematiza a seguinte passagem da autora: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; aquela identidade é construída de maneira performativa pelas próprias “expressões” que acredita serem o seu resultado” (BUTLER, 1990, p. 25 apud BENHABIB, [1995] 2018, p. 42). Benhabib conclui “Tendo em vista quão frágil e tênue é (...) o senso de individualidade das mulheres e quão fortuitas são suas lutas por autonomia, essa redução da agência feminina a uma “prática sem o praticante” me parece, na melhor das hipóteses, fazer da necessidade uma virtude.” ([1995] 2018, p. 43). Portanto, a perspectiva de Butler sobre o gênero enquanto uma identidade fluída e performática, fruto de uma possibilidade de escolha construída em meio a expressões individuais, acaba “deixando de lado” que “(...) **para desconstruir o sujeito, é preciso primeiro que se tenha conseguido o direito de falar como um sujeito**; antes de subverter os signos, as mulheres devem aprender a usá-los” (BRAIDOTTI, 1994, p. 119-120 apud BENHABIB, [1995] 2018, p. 43, grifos nossos).

Por outro lado, as teorizações de Butler abriram espaço para que grupos historicamente vulnerabilizados e invisibilizados pela lógica binária de sexo e gênero encontrassem

possibilidades identitárias de existência material e simbólica, tais como pessoas trans e não binárias. O gênero enquanto categoria descritiva, fluída e performática, tornou a representação social desses grupos mais palpável e possível. Como explica Nicole-Claude Mathieu ([2000] 2009), a partir dos anos 90, principalmente nos Estados Unidos, as teorias de Butler começam a ganhar força midiática, iniciando um novo movimento de desvio do gênero, promovido por ativistas e artistas (como Madonna) e conhecido como *queer* (originalmente utilizado nos Estados Unidos como insulto a homossexuais). No Brasil é crescente a adesão de teóricas de gênero e de movimentos sociais às teorias *queer*. A autora afirma que esse movimento foi inspirado “por uma forma de pós-modernismo” (MATHIEU, [2000] 2009, p. 228), pois reivindicava que as categorias binárias fossem ultrapassadas, dando espaço para manifestações performáticas (BUTLER, [1990] 2016). A principal crítica de Mathieu está na afirmação das teorias *queer* de que essas categorias são essencialistas, pois ela defende que são criadas pela opressão, ou seja, não são naturais e nem compõem uma essência. Desse modo, ela conclui “Os aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres (...)” (MATHIEU, [2000] 2009, p. 228). Esse tensionamento teórico acerca do gênero, como visto, acontece no bojo de debates em torno de elementos como a pós-modernidade, as políticas identitárias e do neoliberalismo, e é esse conflito conceitual que o próximo capítulo irá discutir.

3.3 A QUESTÃO DA IDENTIDADE: PÓS-MODERNIDADE E NEOLIBERALISMO

A posição (ou posições) pós-modernista(s), se levadas às suas conclusões, podem eliminar não apenas a especificidade da teoria feminista, mas pôr igualmente em questão os próprios ideais emancipatórios do movimento das mulheres como um todo. (Seyla BENHABIB, [1995] 2018, p. 40).

Para o desenvolvimento do debate aqui proposto, torna-se pertinente lembrar a abordagem do procedimento científico desta pesquisa, o materialismo histórico-dialético marxista, assim como o seu comprometimento social com a superação das opressões de sexo, gênero, raça, etnia e classe. Destarte, não há por que resguardar mistério das críticas que serão desenvolvidas àquilo que pode ser considerado prejudicial ao objetivo social que este trabalho possui, a saber: a pós-modernidade, o neoliberalismo e o conseqüente protagonismo da política identitária.

Como já observaram diversos marxistas, são muitas as causas que subjazem à deserção, por parte da intelectualidade, do exercício da crítica e de uma transformação radical da sociedade. Parte desse abandono se deve à adesão maciça aos postulados

do pós-modernismo, concomitantes ao avanço do ideário neoliberal, do qual seja talvez a manifestação teórica. Ao mesmo tempo, uma parcela da intelectualidade que permaneceu ligada ao marxismo associa, equivocadamente, os novos movimentos sociais aos postulados pós-modernos, igualando-os assim a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, abdicaram da revolução (MORAES, 2015, p. 95).

De acordo com a cientista política norte-americana e estadunidense Ellen Wood (1996), a principal **tendência pós-moderna** é o enfoque na fragmentação da natureza e do conhecimento do mundo, o que impossibilita políticas emancipatórias que considerem a totalidade, inclusive a política anticapitalista. Esse movimento tende a dar lugar às “políticas identitárias”. Entretanto, a autora discorda das “acusações” de que o marxismo desconsidera lutas que ela denomina de “identitárias”, como o sexismo e o racismo, e questiona: “que socialista sério alguma vez desprezou as divisões raciais e sexuais no seio da classe operária?” (WOOD, 1996, 124). Em contraposição, a socióloga brasileira Maria Lygia Moraes (2015) explica que o rigor da crítica de Wood ao pós-modernismo não é considerado quando ela “implica fazer tábula rasa de toda uma tradição marxista e socialista do feminismo contemporâneo” (MORAES, 2015, p. 98). Maria Lygia ressalta, então, a necessidade do reconhecimento, principalmente na América Latina, das revoltas sociais que reivindicam demandas que não são puramente capitalistas (relembra-se que o patriarcado existe muito antes desse sistema econômico, ainda que seja intensificado por ele), pois acabam se acentuando com o crescimento da mais valia relativa, através da exploração pelo trabalho (MORAES, 2015). Portanto, a crítica que Wood faz à pós-modernidade é válida e importante, mas não deveria se destinar a desconsiderar as especificidades de determinados grupos sociais que, por condições “identitárias”, são severamente mais oprimidos e explorados, inclusive (e talvez principalmente) pelo capitalismo neoliberal. Como reforça a assistente social brasileira Ivete Simionatto (2009, p. 93)

Os teóricos pós-modernos passaram a defender a tese de que as grandes narrativas, especialmente o marxismo, estariam ancoradas numa visão dogmática e economicista, excluindo de suas análises as dimensões subjetivas dos processos sociais. (...) As metanarrativas, especialmente o marxismo, seriam propostas repetitivas, sem criatividade e inventividade para decifrar as amplas e intrincadas situações desencadeadas pelos processos de globalização e sua materialização no cotidiano dos indivíduos sociais.

Com relação a articulação neoliberal e pós-moderna, o economista mexicano David Ibarra (2011) explica que o **neoliberalismo** propõe a diminuição do intervencionismo do Estado e, conseqüentemente, da atuação política, através da regulação “automática” da economia, que precisa estar livre de organizações coletivas mobilizadas em conquistar políticas sociais. Na

mesma direção, o geógrafo estadunidense David Harvey (2004), afirma que no estado neoliberal os indivíduos são responsabilizados e julgados por seu próprio bem-estar e, como consequência, têm seu fracasso e sucesso justificados por suas virtudes ou falhas pessoais. Dessa forma a sua associação com a pós-modernidade parece estratégica à desmobilização de lutas coletivas, que, ao tornar as demandas individuais, foca demasiadamente nas diferenças e não nas semelhanças. Entretanto, esse debate tem uma raiz mais profunda.

Simionatto (2009) explica que a crise geral do capitalismo, entre 1960 e 1970, causou profundas transformações societárias que acabaram por desafiar os modelos clássicos de conhecimento da realidade. Como consequência, as articulações capitalistas para sua manutenção geraram alterações significativas em diversas determinações da vida social, para além do âmbito econômico, tocando assim questões políticas, sociais e culturais. A autora explica que a influência desse contexto histórico, marcado pelo o que ela chama de “colapso do socialismo real” (SIMIONATTO, 2009, p. 91), nas pesquisas das ciências humanas e sociais, colocou em risco as formas de interpretação da realidade que eram utilizadas até então, inclusive o marxismo. Esse começou a ser entendido, de forma equivocada, na perspectiva dela

(...) como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética”, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o **embate entre modernidade e pós-modernidade**, destacando-se a novidade dos chamados “novos paradigmas” como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social (SIMIONATTO, 2009, p. 91, grifos nossos).

Esse “embate” também é estudado pela filósofa estadunidense Nancy Fraser, especialmente em sua obra *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*, recentemente traduzida para o português, em 2022, mas publicada originalmente em 1997. Nela, Fraser discute acerca das principais questões que incidem para a esquerda, na busca por justiça social, no contexto que decorre a partir da queda do muro de Berlin (1989), o qual ela denomina de condição “pós-socialista”³⁴. Esse momento histórico, que tanto Simionatto, quanto Fraser (entre diversas/os outras/os pesquisadoras/os) se dedicaram a investigar, demarca as articulações – que ingenuamente poderiam ser interpretadas como

³⁴ “Longe de ser um veredito negativo e definitivo sobre a relevância e a viabilidade de ideais socialistas, a condição “pós-socialista” é, na verdade, uma estrutura de sentimentos ou um certo clima cético que caracteriza o estado da esquerda pós-1989” (FRASER, [1997] 2022, p. 15).

resultado de uma “coincidência temporal” – entre o estado neoliberal, as ideias pós-modernas e as políticas de identidade, também chamadas de “identitarismo”.

Fraser ([1997] 2022) compreende que esse contexto, pós década de 80, intensificou uma mudança substancial no imaginário político, especialmente no que tange à ideia de justiça. Ela explica que observava, na época, um distanciamento da preocupação central com a justiça, que ela entende como redistribuição (da riqueza produzida), e uma aproximação do então imaginário “pós-socialista”, em que a questão central seria o reconhecimento (das demandas identitárias).

Com essa mudança, os movimentos sociais que mais se destacam não são mais definidos de um ponto de vista econômico, como “classes” que lutam para defender seus “interesses”, acabar com a “exploração” e conquistar a “redistribuição”. Em vez disso, os movimentos são definidos de um ponto de vista cultural, como “grupos” ou “comunidades de valores” que lutam para defender suas “identidades”, acabar com a “dominação cultural” e conquistar o “reconhecimento”. (FRASER, [1997] 2022, p. 17).

A principal preocupação que Fraser ([1997] 2022) demonstra, ao refletir sobre a condição “pós-socialista”, é a dissociação e consequente substituição das políticas culturais e sociais/econômicas. Entre lamentos pelo suposto “abandono” das políticas redistributivas e celebrações pelo destaque do deslocamento dessas pelas políticas de reconhecimento, ela ressalta que a problemática está na ideia de que essas posições excluem umas às outras, causando um eclipse entre elas. Fraser ([1997] 2022) critica essas falsas antíteses e sugere que, para se pensar alternativas efetivas, é necessário ir além. O foco de Fraser ([1997] 2022) está na “inundação” das ideias pós-modernas³⁵, em um contexto em que o neoliberalismo surge como alternativa à manutenção do capitalismo. Nesse sentido, Simionatto (2009) explica que as tendências da pós-modernidade se intensificaram, no campo do conhecimento, a partir da metade dos anos 1970 causando um conflito entre a pós-modernidade e as grandes teorias sociais (que articulam categorias como totalidade e essência). Como consequência, as análises da realidade acabam priorizando a esfera cultural dos fenômenos sociais, através de um modo de interpretação mais flexível, fragmentado e subjetivo.

A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um

³⁵ Fraser ([1997] 2022) e Simionatto (2009) citam a obra *A condição pós-moderna* de Jean-François Lyotard como um marco teórico e histórico desses ideais.

“caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes (SIMIONATTO, 2009 p. 92).

O sociólogo espanhol Manuel Castells, conhecido pelos seus estudos sobre o fim do milênio, também se dedicou a pensar as profundas mudanças que o capitalismo perpassou no século XX e seus efeitos nas organizações sociais. Em seu livro *A era da informação* (1999), ele explica que no próximo milênio, ou melhor, nesse em que atualmente se vive, o capitalismo seria caracterizado como informacional e estaria, “mais que nunca, inserido na cultura e equipado pela tecnologia” (CASTELLS, 1999, p. 414). Dessa forma, ele o diferencia daquele capitalismo que se estrutura a partir da Revolução Industrial e resulta da Depressão dos anos 30, da Segunda Guerra Mundial, tomando forma através do keynesianismo econômico e do Estado de bem-estar social. O capitalismo informacional se articulava através da cultura e do domínio da vida, em uma sociedade que ele descreve como “em rede”. Como consequência, os movimentos sociais assumem um protagonismo cultural, objetivando transformar a vida, ao invés de tomar o poder. Assim, ele projeta que os intensos conflitos sociais seguirão existindo, pois, “onde há dominação há resistência” (1999, p. 428), entretanto, ela não virá de expressões da luta de classes, mas sim de revoltas contra as injustiças sociais causadas a grupos de interesses, que ele, assim como Fraser, também define como comunidades, nesse caso, culturais (CASTELLS, 1999).

O que caracteriza os movimentos sociais e projetos culturais construídos com base em identidades na Era da Informação é que eles não se originem dentro das instituições da sociedade civil. Esses movimentos e projetos introduzem desde o começo uma lógica social alternativa diferente dos princípios de desempenho que embasam o estabelecimento das instituições dominantes na sociedade (CASTELLS, 1999, p. 428).

Para investigar as disputas teóricas e políticas em torno da concepção de mulher no Brasil, especificamente em movimentos feministas brasileiros, é necessário pensar sobre as identidades que compõem as articulações dos movimentos sociais. Nesse sentido, Castells as define como “fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, [1996] 2018, p. 23). No contexto da modernidade, ele escreve que a identidade se constituiu a partir da sociedade civil e cita o exemplo do socialismo, fruto do movimento trabalhista. Já na sociedade em rede, ele explica que o real significado do que chama de “nova primazia da política de identidade” ([1996] 2018, p. 28) é que essa origina-se a partir da resistência comunal (no sentido de comunidades culturais).

Para facilitar essa compreensão, Castells ([1996] 2018) define três tipos de identidade, dentre eles, dois que se relacionam mais diretamente com a crítica aqui proposta: a **identidade de resistência** e a **identidade de projeto**. A primeira é fruto do compartilhamento de posições e/ou condições de opressão e desvalorização pela lógica da dominação e, assim, se articula através da resistência aos ideais hegemônicos da sociedade, buscando pela sobrevivência através da construção de caminhos de resistência. Já a segunda seria a identidade de projeto. Ela acontece para redefinir uma posição através de uma transformação social que reestruture a sociedade. Para isso, os atores sociais constroem uma nova identidade, apropriando-se “de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance” (CASTELLS, [1996] 2018, p. 24). O autor cita o feminismo como exemplo da segunda definição de identidade, pois, para ele, é um movimento que não se restringe a identidade de resistência, visto que enfrenta toda a estrutura de sexualidade, produção e reprodução da vida sobre a qual as sociedades patriarcais historicamente se estabeleceram (CASTELLS, 1999).

Portanto, para Castells, o movimento feminista estava dedicado a criar um projeto de enfretamento e superação da sociedade patriarcal. A questão está nas transformações que os movimentos feministas têm sofrido no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), influenciados pelo neoliberalismo, pela pós-modernidade e pelas políticas de identidade, causando, inclusive, distanciamento do reconhecimento enquanto unidade de luta, ou melhor, de movimento. Como ressalta o autor, essa “nova resistência” se desassocia das sociedades civis onde surgiram e surgem como fontes de identidades. Entretanto, a questão não está na produção de identidades ou no reconhecimento de condições comuns entre sujeitos, em sua maioria, condições de exploração, mas sim na apropriação neoliberal e pós-moderna dessas demandas. A exemplo disso pode-se citar a produção de hashtags, slogans em roupas, outdoors, propagandas de televisão, etc, com frases “feministas” e “antirracistas”, feita por marcas mundialmente conhecidas. Essas marcas possuem grande aprovação midiática, especialmente no que tange a Geração Z³⁶, que cresceu em uma conjuntura capitalista que prega “responsabilidade” ambiental e social, ainda que de forma contraditória, pois o que estrutura e mantém o seu funcionamento é a exploração da mão de obra da classe trabalhadora (que possui sexo e raça/etnia). Mirla Cisne também contribui com esse debate em sua tese de doutorado:

Essa análise, todavia, vai de encontro com a perspectiva hegemônica tanto teórica, como política que passou a ganhar corpo no feminismo a partir dos anos 1980 e, mais fortemente, na década de 1990, na América Latina e no Brasil. Hegemonização essa

³⁶ Não há um consenso teórico acerca da questão temporal que define quem é, afinal, a Geração Z, entretanto, para esse trabalho, compreende-se enquanto pessoas nascidas a partir dos anos 2000.

protagonizada pela pós-modernidade que, ao centrar suas premissas no subjetivismo, contribuiu para a fragmentação dos sujeitos coletivos, atomizando-os em “identidades culturais” sem a necessária mediação com as relações de classe. O foco passa a ser o indivíduo e a sua subjetividade, em detrimento de projetos políticos voltados para a transformação social. Essa perspectiva pós-moderna entra em direta consonância com o neoliberalismo (...) (CISNE, 2013, p. 20).

A exemplo dessa apropriação e conseqüente influência, Asad Haider, historiador norte-americano, filho de imigrantes paquistaneses, publicou a obra *A armadilha da identidade* (2018). Ele explica que a estratégia política do (neo)liberalismo é marcada pela participação dos sujeitos na política através da sujeição ao poder (HAIDER, 2018), tendo as identidades como condição da política (neo)liberal. Dessa forma, de acordo com o autor, se é possível demandar ações do Estado com base no reconhecimento de determinadas identidades, elas acabam por se tornar cada vez mais reducionistas e “totalizantes”. Portanto, ele afirma que a “nossa capacidade de ação política através da **identidade** é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição” (HAIDER, 2018, p. 33). Para Haider, a identidade não é apropriada pelo Estado neoliberal, mas sim uma condição para a sua materialização. A pergunta de pesquisa que esse trabalho objetiva responder e a forma pela qual se propõe, ou seja, o método e os procedimentos metodológicos científicos escolhidos para tal, demandam um grande desafio. Pesquisar a concepção de mulher, ou seja, a identidade “feminina”, através do materialismo histórico-dialético, exige determinados cuidados, pois “precisam ser explicadas em termos de histórias materiais específicas” (HAIDER, 2018, p. 34).

“Identidade” é um fenômeno real: ela corresponde ao modo que o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo que formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram. **Um método materialista de pesquisa deve ir do abstrato ao concreto.** Ele deve trazer essa abstração de volta à Terra, passando por todas as especificidades históricas e relações materiais que a colocaram em nossas cabeças. De modo a fazer isso, devemos rejeitar a “identidade” como base para pensar a política identitária. Por essa razão, não aceito a divina trindade da “raça, gênero e classe” como categorias identitárias. (...) **Defino a política identitária como a neutralização de movimentos contra a opressão** (...) (HAIDER, 2018, p. 33 e 35, grifos nossos).

Haider (2018) explica que a política identitária contemporânea se baseia na necessidade individual por reconhecimento (aqui relembro a crítica de Fraser ao enfoque demasiado nas políticas de reconhecimento) e, portanto, é um método individualista, pois não se apresenta como uma teorização de uma prática política e tem esse reconhecimento como princípio. A política identitária, portanto, têm as identidades como algo posto e não evidencia sua construção

social. O que sustenta essa lógica é o fato de que todas as pessoas, necessariamente, tem uma identidade que as diferencia de outrem, o que acaba por desmobilizar e enfraquecer a chance de uma organização coletiva, reforçando a estratégia neoliberal, como também afirmou Harvey (2004). Destarte, considerar as demandas identitárias sem relacioná-las com as estruturas sociais que as produzem, acaba por limitar as mobilizações políticas progressistas pela redistribuição, o que fragiliza a compreensão de coletividade e a consequente luta contra às estruturas de opressão. Como consequência, “a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar” (HAIDER, 2018, p. 47).

Há também as diversas contribuições do cientista político norte-americano Mark Lilla sobre a política identitária, especialmente em sua obra *De esquerda agora e sempre: Para além das políticas identitárias*, publicado em 2018. Nela, ele sintetiza o que, para ele, elas significam:

A política identitária de esquerda começou por dizer respeito a grupos de grande dimensão — os afro-americanos, as mulheres — e procurava corrigir erros históricos gravíssimos, primeiro através da mobilização e, depois, seguindo os procedimentos das nossas instituições políticas, para salvaguardar os seus direitos. Mas na década de 1980 isto deu lugar a uma pseudopolítica, caracterizada pelo egoísmo e por uma definição própria cada vez mais estreita e assente em critérios de exclusão, cultivada hoje, de resto, nas universidades. O principal efeito foi virar os jovens para dentro de si mesmos, em vez de os virar para o mundo. Deixou-os sem preparação para refletirem sobre o bem comum e o que é necessário fazer, em termos práticos, para o conquistar — em especial, a tarefa exigente e inglória de convencer pessoas muito diferentes de si a aderirem a um esforço comum. Cada passo em frente da consciência liberal³⁷ identitária constituiu um passo para trás da consciência liberal política. Sem esta, é impossível vislumbrar o futuro da América (LILLA, 2018, p. 16).

Portanto, Lilla (2018) entende, na mesma direção que Fraser ([1997] 2022) e Haider (2018), que as políticas identitárias mais prejudicam os objetivos da esquerda do que contribuem para alcançá-los. Outra grande referência nessa temática, a socióloga feminista e estadunidense Patrícia Hill Collins, publicou em 2016 uma das (e se não a) principais obras sobre interseccionalidade, em parceria com Sirma Bilge. Nela a autora analisa de forma contundente as articulações em torno das estruturas opressoras e seus efeitos. Nesse livro, intitulado *Interseccionalidade*, ela dedica um capítulo especialmente a questão neoliberal e outro, em seguida, a questão da identidade.

Entretanto, antes de adentrar na discussão de Collins e Bilge, considero importante ressaltar que a perspectiva teórica aqui posta, o feminismo materialista francófono, utiliza

³⁷ O autor utiliza a palavra liberal para se referir ao que no Brasil compreende-se por progressista. Portanto, não se refere a vertente teórica do (neo)liberalismo econômico.

majoritariamente de outro conceito, próximo mas não igual, conhecido como consubstancialidade, proposto por Danièle Kergoat no final dos anos 70. Como ressalta a pesquisadora brasileira do feminismo materialista francófono, Helena Hirata (2014, p. 63):

É interessante notar que a problemática da “consubstancialidade” de Danièle Kergoat, que abordaremos na segunda parte deste texto, foi elaborada a partir do final dos anos de 1970 em termos de articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça. Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão.

É imprescindível demarcar que esse é um debate bastante profundo teoricamente e empiricamente e ainda causa bastante divergência entre pesquisadoras feministas. Neste trabalho utilizar-se-á a interseccionalidade especialmente pela articulação com a análise do neoliberalismo, como será apresentado a seguir.

No capítulo “Interseccionalidade, protestos sociais e neoliberalismo” ela observa que os efeitos da aceitação, quase que hegemônica, do neoliberalismo, definiram, segundo alguns e algumas ativistas e estudiosos/as, uma “nova ordem mundial neoliberal” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 182). Collins (2016) ressalta que essa ordem mundial neoliberal se estrutura na base do sistema capitalista, que ela define como global, organizado através das relações hierárquicas de gênero, raça, sexualidade, deficiência, idade e cidadania. A problemática se intensifica quando essa organização de poder, aliada as políticas neoliberais de Estado, através de políticas repressivas, objetiva a redução da participação democrática. As contribuições da perspectiva interseccional à análise aqui proposta são inúmeras, principalmente para reafirmar que as estruturas de opressão operam de forma articulada e são assim intensificadas pela lógica neoliberal. Como bem lembram Collins e Bilge (2016, p. 200)

Ao vincular fenômenos aparentemente independentes, o uso da interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas pode lançar luz sobre a relação entre o crescimento dos Estados neoliberais coercitivos, o capitalismo global e a configuração de divisões e hierarquias sociais baseadas em classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiência, religião, nacionalidade e localização.

No capítulo “Interseccionalidade e identidade”, Collins (2016) discute sobre as confusões em torno da utilização do conceito de interseccionalidade como uma “teoria da identidade”, ou aquela que “opõe o indivíduo ao coletivo” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 218).

Ela explica que algumas críticas à interseccionalidade se dão por considerar que ela daria excessiva atenção à identidade individual e pessoal e, por conta disso, minimizaria as análises estruturais, especialmente as materialistas. Em contraposição, Collins afirma que essas críticas acabam por desconsiderarem a centralidade da característica principal da interseccionalidade: a raiz estrutural das opressões (COLLINS; BILGE, 2016).

A escolha por apresentar as articulações conceituais e materiais da pós-modernidade, do neoliberalismo e das políticas identitárias, se justifica pelas suas interferências inevitáveis nas teorias feministas. As críticas e defesas dos diversos usos do gênero (como categoria analítica ou descritiva, por exemplo), assim como a adoção de uma alternativa conceitual dada pelas feministas materialistas francófonas – as relações sociais (patriarcais) de sexo – acontecem, principalmente, pela preocupação com os seus efeitos, tanto na interpretação do capitalismo, do patriarcado e do racismo enquanto estruturas, quanto nas formas mais efetivas de suas superações. Portanto, para uma transformação radical da sociedade capitalista, racista e patriarcal, é necessário analisar as opressões de forma interseccional e estrutural, como bem reforçam Collins e Bilge (2016), sem as sobrepor ou as desconsiderar, como afirma Fraser ([1997] 2022).

4. PRÁXIS FEMINISTA: QUEM NÃO SE MOVIMENTA, NÃO SENTE AS CORRENTES QUE A PRENDEM

[...] a recusa a conceder qualquer validade à categoria coletiva “mulheres” pode ter interesse acadêmico, mas inviabiliza por completo a atuação do feminismo como movimento político – já que ele deixaria de se referir a qualquer grupo social concreto (Luis Felipe MIGUEL, 2014, p. 82).

Este capítulo dedica-se a discutir os dados coletados através da articulação com os conceitos discutidos no capítulo anterior. Torna-se importante retomar as metodologias apresentadas no capítulo 2, aplicadas na coleta, no tratamento e na análise dos dados. Destarte, essa pesquisa tem como abordagem do procedimento científico o materialismo histórico-dialético (MARX; ENGELS; [1932] 2001, FRIGOTTO, 1991; NETTO, 2011), ou seja, está comprometida com a totalidade, através da dialética entre teoria e empiria submetidas a uma análise histórica. Os movimentos inicialmente contatados foram a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Entretanto, os dois últimos não retornaram o contato. Desse modo, os que contribuíram com a pesquisa foram a AMB, o MMC e a AMNB. Os movimentos que contribuíram com a pesquisa, através de suas dirigentes, foram definidos pela sua identificação enquanto feministas, pela sua articulação nacional e por estarem comprometidos com a superação das estruturas patriarcais, racistas e capitalistas, assim como esse trabalho. O objeto de pesquisa advém da realidade material das mulheres entrevistadas, pois trata-se de suas concepções em torno do que é ser mulher e circunscreve o trabalho científico aqui realizado na direção da transformação social.

O perfil das entrevistadas foi bastante semelhante. Com idades entre 40 e 50 anos, todas possuem ensino superior completo, uma tem mestrado, outra está cursando e outra possui pós-doutorado. Se identificam, como mulher e mulher cis. Com relação a orientação sexual, duas são heterossexuais e uma é lésbica. Já no que tange a questão étnico-racial, uma se identifica como negra e as outras duas como brancas. Todas possuem mais de 15 anos de militância no movimento que compõem, tendo iniciado através do movimento estudantil, da relação profissional com o movimento e a partir da participação em formações políticas promovidas pelo movimento. Neste capítulo será apresentado no item 4.1, através da pesquisa documental e dos dados coletados nas entrevistas, um panorama geral e breve sobre os sujeitos coletivos da pesquisa, respectivamente, a AMB, o MMC e a AMNB, seus objetivos e desafios.

Já no item 4.2, acerca das categorias de análise evidenciadas no processo de pesquisa e no exame das entrevistas realizadas, a fim de encontrar algumas respostas a questão que incide nessa pesquisa, isto é, o que é ser uma mulher?

Essa pesquisa possui caráter qualitativo (MINAYO, 2007). A coleta de dados teóricos foi realizada através da pesquisa bibliográfica e documental e a coleta de dados empíricos através da entrevista semiestruturada, que contou com 9 perguntas pré-definidas (Apêndice A) e foi realizada no período de abril a maio de 2023, de forma online. Os dados coletados foram analisados através da Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 1977), que contribuiu principalmente no tratamento e sistematização desses, e através da Análise de Discurso (AD) (PÊCHEUX, [1966] 1997), que possibilitou uma interpretação a partir do contexto histórico em que a coleta foi realizada. Portanto, as análises aqui realizadas originaram-se de questões materiais, problematizadas através da teoria e serão agora discutidas a fim de instrumentalizá-las na direção da superação das estruturas hierárquicas de poder, que submetem às mulheres a exploração, subordinação e opressão: o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

4.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS COM ARTICULAÇÃO NACIONAL

Toda militância implica um desafio de coerência. É isso a disciplina militante. Ser feminista é uma profunda desobediência. O movimento é uma forma de organizar a desobediência (dirigente entrevistada da AMB).

Através da perspectiva materialista histórico-dialética, optou-se por alocar a análise aqui proposta em movimentos feministas, especialmente com articulação nacional. A delimitação enquanto feministas adveio após as entrevistas, quando se verificou, de fato, que os sujeitos coletivos da pesquisa, ou seja, os movimentos, assim se identificam. Inicialmente o recorte foi feito em torno de movimentos de mulheres com articulação nacional. Dessa forma, torna-se relevante explicar brevemente essa diferença. Nem toda mulher se identifica enquanto feminista, pois nem toda mulher está consciente e comprometida com a transformação de sua condição social e histórica. Essa é uma questão que coloca em questionamento a ideia de representatividade, pois não basta ser uma mulher para representar os interesses coletivos dessas. Como exemplo pode-se citar a eleição brasileira de 2022, que pela primeira vez na história elegeu 15 senadoras, o maior número já registrado, em comparação com 66 homens

eleitos no mesmo ano³⁸. Apesar do aumento da representatividade, as mulheres continuam enfrentando resistência na conquista de seus direitos.

De acordo com o Jornal O Globo³⁹, em 2022, do total de mulheres com cargos no Congresso, 63 responderam a uma pesquisa sobre a legalização do aborto e, dentre essas, 73% se posicionaram contra. Céli Pinto, dissertou profundamente acerca da história do movimento feminista e, em 2010, delineou as diferenças entre a participação das mulheres na política (em espaços de poder) e a participação de mulheres **feministas** na política. Ela afirma que o aumento da representação das mulheres na política, ainda que não se identifiquem enquanto feministas, é importante, pois elevaria os debates em torno das demandas das mulheres, como a do aborto, a outro patamar, considerando um campo de força mais equilibrado entre homens e mulheres. Mas conclui que isso não basta. Como mencionado, o reconhecimento enquanto mulher, ou seja, a identidade e a representação feminina, não é suficiente para o avanço das pautas feministas.

Uma das questões mais centrais quando o tema é a presença da mulher na arena pública de decisão, em geral, ou na política, em particular, é a seguinte: que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou estamos lutando para elegermos nos parlamentos e nas posições-chave de poder, mulheres feministas que defendam as grandes causas do movimento? (PINTO, 2010, p. 18).

Não há um consenso entre teóricas feministas sobre a definição do que caracteriza um movimento feminista. Algumas, como a pesquisadora do feminismo materialista francófono Dominique Fougeyrollas-Schwebel ([2000] 2009), afirmam que no bojo dos movimentos feministas, existem, inclusive, os que são liberais e/ou burgueses. Entretanto, nessa pesquisa, especificamente nesse subcapítulo, por movimentos feministas entende-se aqueles que foram representados nas entrevistas por suas lideranças, ou seja, que se posicionam críticos às três estruturas de poder aqui já mencionadas, por compreender as suas imbricações, como será visto a seguir. Portanto, para esse trabalho, movimento feminista é aquele que luta pela libertação das mulheres das estruturas de opressão patriarcais, capitalistas e racistas, o que inclui a descriminalização do aborto e a sua consequente legalização. Os que aqui contribuíram (MMC,

³⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/06/com-suplentes-bancada-feminina-sera-a-maior-da-historia>. Acesso em 22 de out. de 2023.

³⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/05/deputadas-senadoras-sao-majoritariamente-contra-legalizacao-do-aborto-aponta-levantamento-25515508.ghtml>. Acesso em 22 de out. de 2023.

AMB e AMNB) compartilham desse posicionamento. Desse modo, nesse momento será feita uma breve contextualização da história dos movimentos que contribuíram com a pesquisa, assim como uma apresentação de seus principais objetivos e desafios contemporâneos, que foram aprofundados através da participação de suas dirigentes como entrevistadas.

4.1.1 Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Comprometidas com a revolução feminista, seguimos na batalha cotidiana para transformar o mundo, nossos movimentos e a nós mesmas, para que nossas lutas tenham a radicalidade da justiça e da igualdade, e para que nossos sonhos, pensamentos, práticas libertárias e emancipatórias sejam reais agora e sempre! (AMB).



Fonte: PrintScreen do perfil da Articulação na rede social digital Instagram (outubro/2023).

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) se descreve em seu site oficial⁴⁰ como um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Como mencionado na citação introdutória a este item (4.1.1), se posicionam na direção da transformação estrutural do mundo e de elas mesmas, relacionando o individual e o coletivo. Originou-se no ano de 1994, quando um grupo de mulheres se reuniu para decidir sobre a participação na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Beijing (China), em 1995. Para isso, reuniram 700 mulheres no Rio de Janeiro. Após essa Conferência, deram continuidade a articulação que culminou na criação da AMB. Portanto, existe há 25 anos e atuam, no momento, em 18 estados brasileiros. Em seu perfil na rede social digital Instagram, como apresentado

⁴⁰ Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/>. Acesso em 13 de out. de 2023.

acima, se posicionam de forma interseccional, ao mencionar o combate às diversas formas de opressão, tais como o racismo, a LGBTfobia, o capitalismo e o patriarcado. Se articulam com as seguintes frentes:



Fonte: PrintScreen do site da AMB, na aba “Com quem andamos” (outubro/2023).

Nesse momento, possuem seis eixos temáticos, os quais chamam de “Nossas Lutas”: 1) Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres; 2) Democratização do Poder; 3) Legalização do Aborto; 4) Contra e Racismo e Em Defesa dos Direitos das Mulheres Indígenas; 5) Justiça socioambiental e econômica e 6) Políticas Públicas, Trabalho e Previdência. Se organizam através de agrupamentos locais, como explicam em seu site oficial:

Para se afirmarem como espaços de militância da AMB, os agrupamentos precisam estar de acordo com a nossa Carta de Princípios e se comprometerem com o fortalecimento do nosso modo de organização e com a realização da nossa Política Geral. Isso significa também participar dos nossos espaços de debate e formação política, baseada no intercâmbio de experiências, na reflexão e análise teórica e na elaboração de estratégias para ação. A definição das nossas estratégias de luta se dá nos espaços das nossas Plenárias Nacionais. A nossa atuação política é articulada por uma Coordenação Nacional e a nossa luta se organiza a partir de Coletivas de Lutas.

Com relação aos objetivos da AMB, de acordo com a dirigente entrevistada, o principal deles seria **manter viva a luta feminista**, fortalecendo a visão antissistêmica do movimento, que é “antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, entendendo no antipatriarcal também o anti-heterossexismo, como o enfrentamento da transfobia, isso é uma definição programática fundamental, é o nosso horizonte” (SIC). Para isso, ela ressalta que, antes de tudo, é necessário

lutar “pelas nossas vidas”, para estarem vivas e assim poder construir e ampliar a força política do feminismo popular e antissistêmico da AMB. Nesse sentido, observa-se que, para além da questão identitária e individual, a Articulação se posiciona, principalmente, contrária às estruturas de opressão e se organizam, para isso, de forma coletiva. Além disso, outros objetivos primordiais são

Lutar por políticas públicas que democratizem o estado brasileiro e melhorem né que suprima as condições brutais de vida das mulheres brasileiras (...) assim como sustentar a organização ampliar força política através de alianças e do internacionalismo e construir lutas fortes nacionalmente capazes de enfrentar as estruturas da dominação e da exploração e que se territorializem (entrevistada da AMB).

A entrevistada também comentou a respeito das articulações do último governo brasileiro, do ex-presidente Jair Bolsonaro (atualmente filiado ao Partido Liberal – PL), que demandou e segue demandando pelas heranças do bolsonarismo sedimentado na cultura, muita força política, não só para lutar contra os retrocessos dessa conjuntura, mas para avançar a novas conquistas. Com relação ao atual momento político, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores – PT), ressaltou que se caracteriza como um momento de abertura política, permite um “alento”, pois é uma conjuntura esperançosa. Quando questionada a respeito dos principais desafios contemporâneos, além do enfrentamento ao bolsonarismo e das *fake news*, a entrevistada elencou a sustentação e articulação nacional do campo organizativo para fazer a luta no campo local, pois como comentado, a AMB se define pela horizontalidade e toma decisões através de consensos: não há hierarquia no movimento. Esse desafio é intensificado pelo neoliberalismo e seus reflexos individualistas no feminismo, que acaba dando enfoque em ações pontuais na vida individual das mulheres. Como comentado no capítulo anterior, o neoliberalismo possui essa característica de desmobilizar ações coletivas. Outro grande desafio é conquistar mulheres para a luta cotidiana e organizada, para manter as lutas vivas e fortes para se sustentar com o passar do tempo.

Possuem como foco de luta, de acordo com ela, o fim da violência contra às mulheres, a legalização do aborto e fazer com que se estabeleça um consenso na esquerda, que ainda considera a luta feminista como “específica”. Além disso, elenca como desafiador manter viva a chama da militância, apesar dos percalços causados pelos últimos governos. Por fim ela conclui que um desafio transversal é “o enfrentamento do nosso inimigo: a ofensiva patriarcal” (SIC). Para ela, que se identifica como marxista, a contradição é inerente às lutas, pois a “força

puxa necessariamente o ataque” (SIC). Portanto, a questão é manter a unidade do movimento, apesar das diferenças, fortalecendo a auto-organização das mulheres.

Dessa forma, a atuação da AMB se destaca, principalmente pelo seu caráter de atuação através da totalidade, pois está comprometida com a transformação da sociedade, considerando as estruturas patriarcal, racista e capitalista. Através dessa perspectiva, se posicionam em defesa da libertação das mulheres e incluem a libertação de seus corpos, pelo direito ao aborto e no combate à mortalidade materna.

4.1.2 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas... Mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade (MMC).



Fonte: PrintScreen do perfil do Movimento na rede social digital Instagram (outubro/2023).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), de acordo com seu site oficial⁴¹, está organizado em todas as regiões do Brasil. Descrevem a sociedade em que vivem como patriarcal, racista e capitalista e explicam que isso submete o cotidiano das mulheres a inúmeras violências que demandam um enfrentamento articulado e sem hierarquias e, dessa forma, iniciaram então o MMC. Assim como a AMB, possuem uma atuação interseccional e entendem

⁴¹ Disponível em: <https://mmcbrasil.org/>. Acesso em 13 de out. de 2023.

as opressões de forma sistêmica, estrutural. Seus objetivos estão comprometidos com a transformação da sociedade. Tem suas lutas circunscritas no Feminismo Camponês Popular⁴² e estão na Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) - La Via Campesina. No ano de 2023 completaram 40 anos de atuação do Movimento, que se declara como autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Em seu site ressaltam também que

Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros direitos. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão (MMC).

O Movimento de Mulheres Camponesas se caracteriza por ser:

Autônomo: quem decide os rumos são as próprias mulheres;

Democrático e popular: as mulheres têm voz e voto e buscam organizar todas as trabalhadoras do campo;

Classista: pertence às trabalhadoras do campo, que compõem a classe trabalhadora;

Novas relações de igualdade: entre as pessoas, com a natureza e a vida como um todo;

De luta: para transformar a sociedade e as relações;

Socialista: onde todos tenham direito de viver com dignidade e igualdade.

Fonte: PrintScreen do site do MMC, na aba “Quem somos” (outubro/2023).

Na caracterização do Movimento, como apresentado acima, existem várias autodefinições. Chama a atenção o fato de não mencionar o posicionamento enquanto feminista, ao menos nessa aba. Além disso, o MMC não utiliza do conceito de gênero, algo mencionado pela entrevistada, pois entendem que ele não é suficiente para compreender a intersecção com a opressão de classe. Desse modo, se identificam como **mulheres** feministas. De acordo com a dirigente entrevistada, o MMC é um movimento autônomo de mulheres camponesas. Ela também comentou que entende que a participação nessa pesquisa fortalece o debate acadêmico sobre o Movimento e, conseqüentemente, sua luta e construção. Dentre seus objetivos, ela cita

⁴² “O Feminismo Camponês Popular é experiência concreta de luta, resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, é proposta de mudança estrutural da sociedade. Se constrói tanto nas bases como nas instâncias nacionais e internacionais, tem a força da diversidade do campesinato latino-americano e caribenho que vive, resiste a partir da construção da agroecologia, da luta por soberania alimentar, por uma seguridade social, que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa dos territórios, dos nossos corpos e no enfrentamento a todas as formas de violência sofrida pelas mulheres. É um feminismo que tem suas energias geradas nas propostas dessas mulheres construídas na luta por uma sociedade sem desigualdades” (MMC).

a libertação das mulheres de todas as formas de opressão, discriminação e violência; a construção de um projeto popular agroecológico; a transformação da sociedade capitalista racista e patriarcal; a luta por direitos sociais para as mulheres, assim como por políticas públicas; avançar com a produção de alimentos saudáveis diversificados; construir novas relações entre as pessoas e com a natureza e lutar pela emancipação e autonomia das mulheres.

Esses objetivos se articulam frente a alguns desafios, dentre os quais ela ressalta o contexto político pós golpe que destituiu a única mulher e ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), assim como o aumento da fome, da violência, o desmonte das políticas públicas, a falta de recursos para efetivar as políticas e o negacionismo, frutos dos anos em que Bolsonaro esteve no poder (2019-2022). Essa conjuntura demonstrou a necessidade de intensificar fundamentalmente, de acordo com ela, o trabalho de base para que as pessoas, especialmente as mulheres, tenham consciência política do que os últimos 6 anos representaram para o Brasil e para o campo. Portanto, ela reafirma que a defesa da democracia é um objetivo central.

O aumento das *fake news*, também citadas pela dirigente da AMB, se mostrou desafiador para o Movimento, especialmente por se caracterizar como camponês, em que o acesso à internet é dificultado pelas especificidades da vida no campo, inclusive, pelo acesso aos meios tecnológicos como celular ou computador, que, segundo ela, normalmente são dos filhos e/ou dos maridos. Nesse sentido torna-se relevante ressaltar o quando as mulheres são sempre as que fornecem: cuidados, recursos de sobrevivência, trabalho reprodutivo para a manutenção da vida, mas pouco usufruem desses recursos. A pandemia da COVID-19 foi outro grande dificultador das articulações do Movimento, pois, ao demandar o isolamento, deixou à mercê das redes de comunicação, especialmente da internet, inúmeras mobilizações coletivas e, como falado, especialmente no campo. Frente a isso, ela entende que é necessário construir unidade da classe trabalhadora e das demais organizações. “Para enfrentar esses desafios é preciso ter políticas públicas, crédito subsidiado, pois a conta da produção de alimento também é responsabilidade do Estado, não só de quem produz” (SIC).

O Movimento de Mulheres Camponesas é imprescindível para emancipação das mulheres que vivem em áreas rurais, as quais tem o acesso à educação, especialmente ao ensino superior, dificultado pela ausência dessas instituições no campo. É responsável por levar cursos de formação política e pedagógica à população do campo, mas principalmente, por fomentar a

mobilização feminista e a autonomia das mulheres frente à estrutura patriarcal que se expressa de forma particular às camponesas.

4.1.3 Articulação Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

Lutamos contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo assim para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime (AMNB).



Fonte: PrintScreen do perfil da Articulação na rede social digital Instagram (outubro/2023).

Diferentemente da AMB e do MMC, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) possui a característica de ser uma **articulação de organizações**. Em seu site oficial, é descrita como uma rede de organizações de mulheres negras, que iniciou nos anos 2000. Portanto, tem 23 anos de atuação e é composta, atualmente, por 45 organizações localizadas em todas as regiões do Brasil. Assim como o MMC e a AMB, se posiciona, em seu site oficial⁴³, pelo combate ao racismo, ao sexismo e a opressão de classe, assim como contra a lesbofobia e a todas as formas de discriminação e explicitam que a sua direção é a de transformação das relações de poder existentes no Brasil. Atuam, assim como os outros dois movimentos, através do combate às estruturas de opressão, de forma também interseccional. Tem como sua missão institucional promover a articulação da ação política de organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras.

A exemplo de algumas ações da AMNB, no momento de escrita dessa dissertação, a Articulação está oferecendo um curso de formação política intitulado “*Eshe* – Mulheres negras construindo estratégias e reflexões sobre a violência **racista patriarcal** no Brasil”. A adoção do termo patriarcado demonstra que a Articulação entende que a opressão às mulheres acontece de forma sistêmica. Sobre o Curso:

⁴³ Disponível em: <https://amnboficial.org.br/>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

O curso é voltado para mulheres negras (cis ou trans) ativistas e defensoras de direitos humanos de todo o país. São 50 vagas distribuídas entre as cinco regiões do Brasil (10 vagas por região). As interessadas podem se inscrever até às 23h59 do dia 30 de agosto. A formação acontecerá de forma virtual, com carga horária total de 54 horas, aplicadas durante três meses, a partir de setembro. O objetivo é promover um espaço de escuta, trocas, reflexões e debates entre defensoras de direitos humanos e ativistas negras, através de encontros formativos. Ao fim da formação, será elaborado dossiê com análises sobre a violação de direitos nas cinco regiões.

Em seu site, possuem um manifesto, intitulado “Marcha das Mulheres Negras”, em que, a partir do Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, de 2015, afirmam:

Estamos em Marcha:

- pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- pela nossa participação efetiva na vida pública.
- Buscamos num processo de protagonismo político das mulheres negras, em que nossas pautas de reivindicação tenham a centralidade neste país. Nosso ponto de chegada e início de uma nova caminhada é 18 de novembro de 2015 dentre as atividades do Mês da Consciência Negra.
- Conclamamos, a todas as mulheres negras, para que se juntem a esse processo organizativo, nos locais onde estiverem, e a se integrem nessa Marcha pela nossa cidadania.
- Imbuídas da nossa força ancestral, da nossa liberdade de pensamento e ação política, levantamo-nos – nas cinco regiões deste país – para construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, para que o direito de vivermos livres de discriminações seja assegurado em todas as etapas de nossas vidas.

Fonte: PrintScreen do site do MMC, na aba “Quem somos” (outubro/2023).

Atualmente a Articulação está sob a coordenação de cinco organizações de mulheres negras: a Casa Laudelina de Campos Mello (SP), o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA), o Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO), o Instituto de Mulheres Negras do Amapá - IMENA (AM) e a Organização de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência - MUNMVI (SC). Possuem uma forte mobilização no mês de março, denominada

como “Março de Lutas” e realizam todos os anos, desde 2019, quando aconteceu sua primeira edição em Salvador, na Bahia, criada pelo coletivo Odara – Instituto da Mulher Negra.

O mês de março é internacionalmente conhecido como o mês das mulheres na luta contra o patriarcado, celebrado oficialmente dia 8 de março. Também no dia 14 de março de 2021 faz três anos que a militante negra e parlamentar Marielle Franco foi executada e o Estado brasileiro ainda não nos apresentou respostas. Neste mesmo dia homenageamos o nascimento de duas estrelas negras que tiveram grande contribuição para a luta negra brasileira: Carolina Maria de Jesus e Abdias Nascimento. Já no dia 16 de março de 2021 faz sete anos que a trabalhadora Cláudia Ferreira foi assassinada por PMs do Rio de Janeiro e arrastada do lado de fora da viatura. É também em março, dia 21, que celebramos o dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial. Ainda no dia 27 de março celebramos o nascimento de outra estrela negra brasileira, Luiza Bairros, que tem inspirado homens e mulheres negras além do seu tempo com seu legado. Continuaremos em marcha até que todas as Marielles, Claudias, Carolinas, Abdias e Luizas tenham direito à vida e ao bem viver.

A militante entrevistada da AMNB faz parte da Articulação através da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Quando questionada sobre os objetivos da AMNB, ela elencou três que considera centrais: o fortalecimento das organizações de mulheres negras do país; a formação política de mulheres negras e a incidência nas políticas públicas, tanto no Legislativo quanto no controle social.

4.2 O QUE É SER MULHER? A IDENTIDADE FEMININA PARA AS MILITANTES ENTREVISTADAS

Como ninguém pode ser reduzido à sua opressão, vemo-nos confrontadas com a necessidade histórica de nos constituirmos como sujeitos individuais de nossa história. Acredito que essas tentativas de criar “novas” definições da mulher estejam florescendo justamente por isso. O que está em jogo é tanto uma definição de indivíduo quanto uma definição de classe. Pois, uma vez que se reconhece a opressão, é preciso conhecer e experimentar o fato de que é possível se constituir como sujeito (contrário de objeto de opressão), que é possível se tornar *alguém* apesar da opressão [...] (Monique WITTIG, [1980] 2022, p. 49).

Neste subcapítulo será desenvolvido o debate em torno das categorias de análise levantadas no processo de dissertação. Até o momento, apresentou-se a definição das abordagens do método científico, a discussão em torno das aproximações e distanciamentos das definições sobre sexo e gênero, assim como as apropriações realizadas pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade, gerando o que se conhece como políticas identitárias. Após, realizou-se uma introdução dos sujeitos coletivos da pesquisa, que são os movimentos que contribuíram com a problematização aqui proposta. Nesse momento, irar-se-á adentrar às categorias de análise levantadas para compreender a concepção de mulher nas organizações entrevistadas.

A identidade feminina é perpassada por diferentes questões, individuais, subjetivas, mas também coletivas e materiais. Com a discussão teórica realizada, foi possível observar a necessidade de agrupar os dados empíricos coletados em três grandes categorias de análise. A primeira delas refere-se à discussão realizada em torno do **sexo**, como apresentado no item 3.1. Diz respeito às especificidades do corpo feminino, como o poder de reprodução, que são apropriadas pelo patriarcado e categorizadas na lógica binária hegemônica. A segunda, refere-se aos desdobramentos dessa apropriação, ou seja, a socialização necessária para a manutenção dessa categorização “homem e mulher”, aquilo que tem sido denominado por **gênero**, conforme item 3.2. A definição daquilo que se entende por gênero feminino, costuma se apresentar, como visto, de forma contraditória como identidade e opressão. A terceira categoria de análise, irá discorrer acerca da produção de uma identidade feminina de resistência coletiva, que origina e caracteriza a **militância feminista**, demandada pela experiência fruto do capitalismo neoliberal, da pós-modernidade e do patriarcado, como discutido no item 3.3. Essas **três categorias de análise**, que absolutamente não intencionam esgotar as diversas formas possíveis de descrever e investigar a concepção de mulher, se evidenciaram durante o processo de escrita da dissertação e foram reforçadas na etapa proposta pela AC, quando levantados os pontos de inferência, durante o tratamento do material coletado.

As etapas realizadas para a análise incluíram a leitura cuidadosa do material transcrito que possibilitou a identificação de três macro categorias na narrativa das entrevistadas, são elas: **(1) a experiência corporificada, através das influências biológicas do corpo de fêmea humana; (2) a construção social e histórica da mulher compreendida como gênero e (3) a identidade coletiva de resistência fruto da militância feminista.** Cada categoria teve um elemento principal de identificação, entendido como conceito e como vocábulo. Para a primeira, foi a palavra **sexo**, para a segunda, a palavra **gênero** e para a terceira, a palavra **militância**. É importante destacar que a dirigente do AMNB não utilizou a palavra militância, mas sim, **ativista**. Por conta disso, optou-se por quantificar esse vocábulo, considerando o significado dado pela entrevistada. Dessa forma, no material analisado das três entrevistadas está sistematizado na tabela abaixo, através de uma categorização numérica expressiva de termos:

Tabela 1 – Sistematização dos termos de identificação das categorias de análise

<i>Movimentos entrevistados através de suas dirigentes</i>	Sexo	Gênero	Militância/Ativismo
<i>MMC</i>	5	19	3
<i>AMB</i>	11	9	26
<i>AMNB</i>	3	13	15
Total	19	41	44

Fonte: elaboração da autora.

Através da Análise de Conteúdo percebeu-se que a categoria sexo foi menos mencionada do que gênero e militância, o que possibilita inferir, a partir da pesquisa, que essa disparidade pode ter relação com a forma que os próprios movimentos vão se apropriando dos conceitos e demonstra a hegemonia contemporânea da substituição do sexo pelo gênero. Destarte, as transcrições foram redistribuídas da seguinte forma: após a leitura e a identificação das categorias, se demarcou o material com três cores diferentes, uma para cada categoria de análise, possibilitando, após, a redistribuição e organização dessas informações em três documentos diferentes, um para cada categoria. Cada um deles foi composto apenas pelas respostas das entrevistadas e totalizaram, respectivamente: 3 laudas, 4 laudas e 9 laudas. O último documento chamou a atenção pela quantidade de evidências identificadas no discurso das entrevistadas, o que possibilitou inferir que **a militância possui um significado fundamental** no compartilhar de experiências em torno das condições impostas pelo patriarcado às mulheres e pode, inclusive, corroborar com a compreensão do que é “ser mulher” nessa conjuntura.

Para a análise dos dados, torna-se relevante relembrar as técnicas utilizadas e os passos adotados para tal. Nesta etapa será apresentado o resultado do exame realizado nas entrevistas para identificação das categorias mencionadas. A intenção foi levantar as similaridades nos discursos das entrevistadas, através da AD (PÊCHEUX, [1966] 1997), considerando, primeiramente, a concepção de mulher através do compartilhamento das experiências proporcionadas ao sexo feminino; em segundo, a definição social do que é ser uma mulher e seus reflexos na materialidade das vivências das entrevistadas e, por último, os desafios colocados pela conjuntura neoliberal e pós-moderna, que, prioritariamente, provocam uma identificação coletiva através do processo de militância feminista. Portanto, agora serão apresentados os resultados encontrados, de acordo com cada categoria de análise definida, para

identificar de que forma esses pontos teóricos são evidenciados nas entrevistas e entendidos pelas entrevistadas.

4.2.1 Sexo: A Experiência Corporificada

Falar sobre a experiência das mulheres através das semelhanças entre seus corpos, demanda um cuidado ético e político fundamental para não reificar mais da metade da população brasileira (51,1% de acordo com o último censo do IBGE, divulgado em 2022⁴⁴) em uma lógica exclusivamente biológica, mesmo que, para o levantamento desse dado, tenha-se considerado o sexo. Esse é um exemplo que justifica essa discussão: ainda que as mulheres sejam muito mais do que um corpo sexuado, a sociedade patriarcal as classifica através dele, isso é uma afirmação inegável. Portanto, como já observado no capítulo 3, a análise sobre a concepção de mulher seria insuficiente se desconsiderasse o sexo. Desse modo, essa categoria de análise aqui desenvolvida se evidenciou de acordo com a quantificação a seguir. É importante ressaltar que as laudas sistematizadas são a quantidade de material examinado, após a pré-análise, ou seja, o total de páginas após a junção das respostas das entrevistadas em que se percebeu a incidência da categoria sexo; já as menções, são o total de vezes em que a palavra sexo foi repetida ao todo, considerando as transcrições base das três entrevistas.

<i>Categoria de Análise</i>	Laudas Sistematizadas	Menções
<i>Sexo</i>	3	19

Como lembra Guillaumin ([1978] 2014), a definição de mulher está atrelada a apropriação da sua capacidade reprodutiva. As mulheres são, portanto, classificadas pelo patriarcado, através de seu corpo, como máquina-força-de-trabalho. Essa apropriação e exploração é vista, principalmente, de duas formas: biologicamente, pelo controle da sexualidade e do poder de reprodução, no sentido de gestar; e socialmente, através da construção do papel social de cuidadora, ou melhor, de mulher, aquela que cumpre com o trabalho reprodutivo, no sentido de manutenção da vida daqueles que “dependem” de seus cuidados. Portanto, a reprodução é aqui entendida com esse duplo sentido. Nessa direção, foi possível observar nas entrevistas que ser mulher possui uma estrita relação com as questões em

⁴⁴ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/19625-numero-de-homens-e-mulheres>. Acesso em 15 de out. de 2023.

torno da capacidade reprodutiva. É, portanto, também uma experiência compartilhada das capacidades biológicas. A entrevistada da AMB comenta, inclusive, que para ela, a categorização binária dos seres humanos e a consequente definição das mulheres como grupo oprimido, não é uma coincidência.

Em que momento a humanidade se dividiu em homens e mulheres, os homens como o grupo que tem o poder e as mulheres como esse grupo subalternizado? A gente não sabe precisar quando surgiu, mas sabe que isso se mantém historicamente a partir de alguns elementos, a **divisão sexual do trabalho** divide esses grupos: homens e mulheres, em grupos antagônicos submetidos, no caso das mulheres, à exploração e ao controle da sexualidade, da reprodução das mulheres. E aí entra um elemento que eu acho que é muito importante, que também joga muita questão no debate. **Para mim não é uma coincidência que seja justamente o corpo que porta em si a capacidade da reprodução que seja o corpo oprimido. Acho que tem aí uma materialidade que é inegável desse corpo que foi sujeitado em função dessa sua particularidade.** Eu acho que não é coincidência. Então a dimensão da reprodução e do controle da reprodução jogou um papel fundamental nessa categorização e na criação das mulheres como um grupo social oprimido (AMB).

Através dessa fala, salientam-se outros elementos indispensáveis, tais como a divisão sexual do trabalho e a sujeição das mulheres em função da materialidade de seus corpos. A primeira, será trabalhada na próxima categoria de análise. A exploração e o controle da sexualidade e do poder reprodutivo das mulheres se apresentaram também no relato da entrevistada do MMC, quando ela comenta a questão do aborto.

Uma das pautas, inclusive, que nós sempre somos cobradas é a pauta do aborto. E é engraçado, eu sempre falo, porque quando a gente fala com algumas mulheres mais da base, nossa, o aborto é algo inconcebível. E aí eu fui lendo esses materiais da história [do Feminismo Camponês Popular] desde 1980 e poucos... Tem uma cartilha de 1992 onde as mulheres já diziam que **a questão do aborto é uma questão de saúde pública**. Que todas as mulheres, independente das condições, faziam aborto, mas que há uma diferença: as ricas vão em clínicas especializadas e as pobres muitas vezes não tem acesso então, por isso, muitas morrem (MMC).

Falar sobre o aborto demanda considerar o corpo como sexuado. Demanda localizá-lo nas especificidades biológicas de fêmea (humana) (BEAUVOIR, [1949] 2009), pois é ela quem gesta, e pelo que a história da opressão das mulheres, ou seja, a história do patriarcado, mostra, é provavelmente por isso que ele ainda é criminalizado em diversos países, como no Brasil. Como discute Cisne (2013), a criminalização do aborto é fruto do controle do poder reprodutivo das mulheres, muito útil ao capitalismo.

Avançar na questão do aborto é um grande desafio que nós temos nesse momento. A América Latina avançou, em muitos países, inclusive onde a gente nem suspeitava que podia avançar. Então a gente tem que tomar também essa estratégia no Brasil,

com muita força, como é o que a gente está tentando fazer com a Frente Nacional pela Legalização, para alterar a relação de forças na sociedade (AMB).

Como visto, no discurso da entrevistada da AMB também se evidenciaram elementos sobre a questão do aborto e sobre o quanto ainda é necessário afirmar que a classe trabalhadora tem dois sexos e está submetida à lógica patriarcal, assim como à lógica capitalista.

No campo da luta pela legalização do aborto a gente ainda tem muitos desafios porque na própria esquerda a gente não tem... Embora a gente tenha avançado muito, a esquerda não abraça essa luta. Então a gente sempre lida com essa tensão entre afirmar a importância e a centralidade das lutas feministas, mas lidar com o contexto da esquerda que ainda tenta de alguma maneira, embora a gente tenha avançado muito, o movimento feminista conquistou muito, nos colocar no lugar de específicas (AMB).

O lugar de “específicas” que ela comenta é facilmente identificado por mulheres militantes feministas e marxistas. Essa experiência é bastante comum e normalmente coloca a luta das mulheres como algo pós-moderno (cultural, subjetivo, individual), que serve para desviar as estratégias de superação do capitalismo. Inclusive a autora desse trabalho já compartilhou, ainda na introdução, sobre as vezes que também vivenciou isso. Essa preocupação, demonstrada majoritariamente por militantes marxistas homens, reforça o quanto não é suficiente lutar contra o capitalismo sem considerar o patriarcado; e mais, o quanto ser um militante marxista não desresponsabiliza os homens pela opressão patriarcal da qual se beneficiam. A entrevistada do MMC também cita que as mulheres que lutavam em movimentos camponeses mistos (de homens e mulheres), quando decidiram unificar as pautas de lutas das mulheres através do feminismo camponês popular, tiveram suas reivindicações taxadas de “lutinhas”, pelos próprios “companheiros” da luta camponesa. A luta das mulheres por políticas públicas que representem suas demandas não pode ser confundida com as políticas identitárias (HAIDER, 2018). Nesse caso, as políticas não encerram em si, não são o ponto final, mas sim parte de um processo de resistência, para que, primeiramente, se garanta a sobrevivência das mulheres e assim, possam seguir em “marcha” para a superação do capitalismo patriarcal e racista. Generalizar a luta feminista como uma pauta identitária só é conveniente a quem deseja desmobilizá-la e limitá-la a questões específicas. Nesse contexto, o lugar das mulheres é constantemente reafirmado pelos homens (inclusive de esquerda): o de “sexo frágil”, como será visto a seguir.

Na sociedade heteropatriarcal (WITTIG, [1992] 2022) e capitalista, a maternidade é mandatória, ou seja, é um destino biológico necessário para se ser mulher e é reforçada pela heterossexualidade compulsória. Como ressalta a dirigente do MMC “Se for olhar pelo

“geralção” assim, da sociedade, a mulher é aquele sujeito frágil, aquela dona de casa, aquela rainha do lar. Agora no Dia das Mães, “as nossas rainhas do lar” ou no 8 de Março transformadas também nas rainhas do lar. Esse é um termo que coloca a mulher como “a fragilidade”. Destarte, o aborto como um crime, é uma estratégia de controle, mas também de perpetuação do papel social das mulheres, o de reprodutora e cuidadora, como ela comenta: o de “rainha do lar”. Portanto, é resultado da apropriação do corpo feminino para definir que ser mulher é, também, ser mãe.

Como discutido anteriormente, apesar do sexo ser um atributo biológico, na sociedade patriarcal ele refere-se majoritariamente a comportamentos e papéis sociais do que a um processo de categorizações anatômicas, então, como afirma Rubin ([1984] 2017), ele é inevitavelmente político. A biologia não determina os comportamentos sociais, não se trata de uma “essência” feminina ou masculina. A estrutura que, através do sistema binário de gênero, delimitou esses “papeis”, foi o patriarcado. Considerar o sexo para analisar as relações patriarcais de sexo e gênero é necessário para que se descreva o bojo no qual a existência feminina se desenvolve. Nesse sentido, a militante da AMB se posiciona:

A interdição da participação política define a nossa condição no mundo, a violência contra nós, porque somos desse grupo, as mulheres, né. Também define a maneira que a nossa experiência foi construída social e historicamente. **Eu considero essa materialidade do corpo como uma base, não é suficiente [para nos definir] mas ela também não pode ser suprimida.** Portanto, para deixar de existir, a gente precisa acabar, implodir essas estruturas, essas mediações que mantêm a existência das mulheres como grupo social e a dos homens por outro lado. **Então não basta enunciar “não sou mais uma mulher”, porque a gente vive sobre essa condição, então temos que transformar as relações que a produzem,** temos que transformar o patriarcado, temos que superar o patriarcado (AMB).

Através desse relato, pode-se verificar o quanto a identidade feminina é produzida pela sociedade patriarcal como fruto de experiências opressoras compartilhadas, a exemplo da interdição da participação política e a violência contra às mulheres, citadas pela entrevistada. Ela entende que “mulher” é uma categoria social e histórica construída violentamente pelo patriarcado e que quando ele for superado, como consequência, as “mulheres” (enquanto oprimidas) deixarão de existir. Como lembrou Benhabib ([1995] 2018), antes de se desconstruir o sujeito mulher, é necessário que se tenha conquistado o direito de se posicionar como sujeito. Para poder “subverter os signos”, é preciso, anteriormente, aprender a usá-los.

Mas isso só é possível se a gente acabar com as estruturas que produzem a existência das mulheres. Só acabaremos com as classes, quando a gente acabar com o capitalismo. Só “acabaremos com as mulheres”, quando acabarmos com o

patriarcado, com o racismo da mesma maneira. Quando acabarmos com o racismo, não teremos mais a necessidade de categorizar grupos porque são racializados, isso vai deixar de fazer sentido. Essa é a minha perspectiva de horizonte. Mas é horizonte, eu não confundo isso com algo que eu posso afirmar com essa ordem sendo vigente (AMB).

Essa visão vai em consonância com a abordagem do procedimento científico aqui definida, o materialismo histórico-dialético, assim como com a perspectiva feminista materialista francófona, de que as relações patriarcais de sexo e gênero não poderiam ser analisadas descoladas das estruturas hierárquicas de poder das quais estão historicamente inseridas. Como ressalta Guillaumin ([1978] 2014), as mulheres não existem como sujeito, pois são despossuídas delas mesmas. Existem como propriedade, como uma classe de sexo possuída pelas manifestações patriarcais. A categorização binária produz a concepção de mulher e define a forma com que esse grupo social se identifica. E mesmo com essa definição identitária, estão em um constante processo de resistência para se afirmarem enquanto sujeito, pois é uma definição limitante e as coloca em uma posição subalterna. Nesse sentido, a entrevistada do MMC comenta

Eu entendo a mulher como um ser muito capaz, muito forte e que tem uma capacidade de olhar para frente, uma visão de olhar para frente que a gente não encontra. E aí por que eu falo isso, porque **as mulheres têm mostrado que tanto no trabalho, como em vários espaços que elas ocupam, que elas têm as mesmas condições de fazer qualquer trabalho que um homem faça**. É só olhar na roça, tudo que as mulheres fazem nos mais diferentes trabalhos. As mulheres têm uma capacidade incrível de contribuir. Claro que há umas diferenças, né, não podemos negar que por mais que muitas mulheres são fortes e que façam trabalhos extremamente pesados, tem algumas questões que são limitantes, por exemplo, no período de menstruação, no período da maternidade (MMC).

Existem diferenças biológicas que são inegáveis, como ela apresenta. A questão que incide nessas circunstâncias é o fato de serem utilizadas para reafirmar uma posição de fragilidade às mulheres. Essa é uma das razões pelas quais o movimento feminista se posicionou crítico às justificativas biológicas dadas para sustentar as estratégias patriarcais. A menstruação e a maternidade, são, para o patriarcado, características básicas para “ser mulher”. Em contraponto, são fatos que precisam ser considerados, não para reduzir às mulheres a uma sensibilidade naturalmente posta, mas para a reivindicação de direitos que considerem as especificidades materiais (aqui sim, biológicas) de seus corpos, para que não sejam mais “presas da espécie” (BEAUVOIR, [1949] 2009).

Para compreender o entendimento das entrevistadas sobre o sexo e sobre a sua utilidade política e científica, as entrevistadas foram questionadas sobre suas percepções acerca

dele. A dirigente da AMNB e do MMC tiveram o mesmo posicionamento. Entendem que o sexo se refere aquilo que é biológico e não define totalmente o que a pessoa é. Ambas não desenvolveram além disso em suas respostas. Já a entrevistada da AMB concorda, mas o entende como um dado material que não pode ser negado, pois deriva de um princípio classificatório.

O sexo biológico eu entendo que é um conceito utilizado para nomear diferenças anatômicas que existem na humanidade, especificamente entre o que se convencionou chamar de homens e mulheres a partir de determinadas características biológicas. Então eu entendo o sexo biológico como esse dado que ao mesmo tempo, é um dado material, se a gente pensar que existem diferenças no ponto de vista da compreensão corpórea, mas essas diferenças também não têm fronteiras tão definidas. Inclusive do ponto de vista biológico, a gente tem muito mais diversidade do que a biologia contempla. O sexo biológico é o sexo definido pela biologia, pela ciência biológica com todas as suas dimensões aí patriarcais também classificatórias. **Eu entendo que é um dado material que não pode ser negado, porque ele é real.** Em torno dele inclusive que se constituiu cientificamente, do ponto de vista do conjunto das instituições que seguem categorizando a humanidade, essa diferença. Mas eu entendo, como materialista, que a grande questão é social e histórica. E que um dado fundamental é a capacidade reprodutiva que precisava ser controlada. **Acho que a gente não pode prescindir de estar atenta a isso, porque essa categorização continua sendo reiteradamente feita, feita pela medicina, feita pela ciência, no cotidiano.** Onde você vai tem um banheiro “homem” e “mulher”. Tem 100 mulheres e ninguém entra no banheiro masculino, é incrível como a produção dessa divisão é eficaz (AMB).

A afirmação de que o sexo, apesar de ser definido pela ciência biológica, como ela comenta, é um dado que materialmente categoriza as mulheres e homens, deriva do que a entrevistada afirma ser um processo classificatório de divisão da humanidade. Ela relembra que isso acontece para a perpetuação e manutenção das relações patriarcais de sexo e gênero, que ela entende como relações sociais que são produzidas por grupos antagônicos. Isso relembra a constatação feita por Mathieu ([2000] 2009, p. 223), de que a classificação de gênero advém da diferenciação dos corpos.

Em síntese, pode-se concluir que, definitivamente, não se nasce mulher, esse não é um destino biológico. Mas ao nascer em uma sociedade patriarcal, se nasce fêmea e, conseqüentemente, torna-se mulher. O sexo enquanto categoria biológica, faz com que as mulheres compartilhem de experiências comuns, como a capacidade reprodutiva. Enquanto categoria social, faz com que as mulheres também compartilhem de experiências comuns, como o **controle** da sua capacidade reprodutiva. Dessa forma, existem características que são inerentes às fêmeas humanas adultas, entretanto, as principais semelhanças compartilhadas são justamente resultado do controle de seus corpos pelo patriarcado. Portanto, quando se trata do

sexo, ser mulher é muito mais do que poder gestar, ser mãe, menstruar ou abortar. É, principalmente, ser oprimida por conta disso.

4.2.2 Gênero: Construção Social e Histórica

A segunda categoria de análise que se evidenciou no exame das entrevistas realizadas foi a de gênero. Como já mencionado, esse é um conceito que possui grande popularidade no Brasil, sendo praticamente hegemônico para denominar as relações sociais entre homens e mulheres. Com relação a quantificação dessa categoria, encontrou-se:

<i>Categoria de Análise</i>	Laudas Sistematizadas	Menções
<i>Gênero</i>	4	41

Como discutido no subcapítulo 3.2, ele pode ser entendido como categoria descritiva ou como categoria analítica (SCOTT, [1988] 1995). Na análise das entrevistas ambas as formas de entendimento e utilização do conceito se apresentaram e a afirmação de que ele é, ao mesmo tempo identidade e opressão, também foi evidenciada. Nesse momento ele será problematizado com base nas inferências do material coletado. As entrevistadas, quando questionadas sobre o que entendiam por gênero, majoritariamente o situaram como uma construção social. A inferência feita em torno disso é que essa construção advém de uma classificação biológica binária em torno dos sexos feita pelo patriarcado. Como a dirigente da AMB comenta

Eu entendo o gênero como uma dimensão da construção das relações sociais de sexo, quer dizer, a chamada categorização de gênero, essa construção de uma identidade vinculada a determinados atributos por assim dizer, acho que parte de uma construção social e histórica. Na nossa forma de organização, ainda hoje essa construção é uma construção binária. Se a gente for buscar uma forma mais ontológica talvez diversas outras formas de expressão fossem possíveis, mas elas foram, em determinado momento histórico que eu não sei precisar, tolhidas e a gente vive nessa binaridade. Então **eu entendo dessa forma: como uma dimensão, mas que não esgota, então ela é produto, é construída socialmente** (AMB).

Nesse sentido, Saffioti ([2004] 2015) enfatiza que existem diversos aspectos do gênero entre as feministas, mas que há um consenso predominante de que ele é principalmente a construção social do feminino e masculino. Essa concepção também foi evidenciada no relato da dirigente do MMC

O termo gênero teve um papel fundamental para essa compreensão do ser mulher, de se entender como mulher e de entender que a mulher é construída socialmente, que ela não nasce mulher, mas que vai se construindo enquanto mulher. Então ele tem um papel fundamental. Mas nesse processo, quando a gente começa a fazer o debate do feminismo, a gente entende que ele não dá conta né explicar esse todo, de trabalhar esse todo, então por isso a gente entende que ele faz parte da nossa história, essa construção faz parte da nossa história, esse debate faz parte da luta das mulheres, mas hoje a gente assume muito mais essa questão do termo feminismo porque entendemos que aquele dialoga muito mais nesse processo. Apesar da gente sempre trabalhar que é preciso transformar as relações de gênero, é preciso olhar para esse processo todo entendendo ele nessa dinâmica. Tu se compreender enquanto um sujeito, a mulher como um sujeito que vai sendo construído socialmente, então ele teve esse papel fundamental para compreender o nosso “ser mulher”, mas ele **precisa estar vinculado a um processo também de classe** (MMC).

Outra questão importante nesse relato é a de que, ainda que gênero seja útil para explicar a construção social e histórica do sujeito mulher, para ela, ele não é suficiente para explicar a dinâmica das relações patriarcais e capitalistas. Tanto que, no MMC, o termo mais utilizado é **feminismo**, pois, para elas, representa de forma mais significativa o processo de opressão das mulheres, sem excluir a exploração de classe. Ela explica, inclusive, que entende as mulheres como sujeitos que “deveriam poder livremente andar nas ruas” (MMC) e terem direitos. Essa afirmação advém do contexto de violência patriarcal que as mulheres sofrem ao serem sexualizadas pela sua condição biológica, ou seja, pelo seu corpo. Além disso, demonstra o entendimento de que as mulheres ainda não possuem todos os seus direitos garantidos e essa falta de liberdade é justamente um exemplo disso.

Há outra afirmação interessante na resposta dela: “Eu entendo o gênero nessa dimensão: de que ele é construído. Então a mulher nasce mulher, mas na construção dela pode não mais querer ser mulher” (MMC). Nesse sentido, gênero se apresenta como uma categoria analítica, quando ela demonstra compreender que as mulheres acabam não tendo seus direitos garantidos no patriarcado, por conta das relações de poder subjacentes, mas se apresenta também como uma categoria descritiva, ou seja, de identidade subjetiva, quando ressalta que, sendo gênero uma construção social, ele pode ser subvertido, então, seria possível optar por “não ser mais uma mulher”. Essa concepção provoca a reflexão de que nem sempre gênero é compreendido como uma condição social imposta, ou seja, como opressão, pois, aparentemente, poderia ser negada, está, então, no campo da identidade. O relato da dirigente da AMNB demonstra o entendimento do gênero de forma ainda mais subjetiva, pois refere-se ao sentimento.

Gênero para mim é a condição de como a pessoa se sente. Eu acho que antes gênero era coisa de ser homem e ser mulher. Acho que hoje a gente tem uma ideia maior do que é gênero, tem uma noção maior, um conhecimento maior de pessoas LGBTQIA+. E isso sim é a representação de gênero (AMNB).

Há então uma compreensão deslocada da raiz sexual em torno das classificações sociais binárias. Como Scott ([1988] 1995) explica, gênero como categoria descritiva refere-se a um sistema de relações que não necessariamente inclui o sexo e não seria também determinado por ele, pois diz respeito exclusivamente ao estabelecimento social das identidades de mulheres e homens. A apropriação do gênero enquanto sentimento justifica o fato de ela ter citado os grupos LGBTQIA+, pois essa sigla costuma representar orientações sexuais e afetivas que desafiam a lógica heterossexista (como lésbicas, gays, bissexuais e assexuais) mas também representa identidades dissonantes, tais como transexuais e pessoas não-binárias⁴⁵. Isso reafirma o entendimento hegemônico do gênero enquanto categoria descritiva assim como um esforço contemporâneo de considerar as categorias binárias ultrapassadas. Esse posicionamento relembra a definição de gênero proposta por Butler ([1990] 2016), quando ela ressalta que ele é uma “estilização” para produzir aparência, através da performance.

Outro elemento importante no discurso da militante da AMNB, quando questionada sobre a disputa em torno da concepção de mulher, é que ela afirma que para o movimento, a denominação utilizada é a de mulheres cis e mulheres trans. Mulheres cis seriam aquelas que se “identificam” com o gênero que foi atribuído a elas no momento em que foram identificadas como do sexo feminino. Seria, então, quase que uma concordância com as delimitações comportamentais impostas ao gênero feminino. Algo como “gostar de ser mulher”. A utilização do termo “cis” é inclusiva às mulheres trans, pois não necessariamente as coloca como diferentes. Não seriam as mulheres e as mulheres **trans**. Entretanto, acaba por fortalecer o gênero enquanto algo descritivo e identitário e “dá margem” para interpretar que as mulheres (cis) podem, em alguma medida, “gostarem” ou “concordarem” com a sua condição de opressão, causada justamente pelo gênero, enquanto instrumento patriarcal. A dirigente da AMB também discute sobre essas identidades subversivas.

No nosso caso essas identidades de gênero que estão colocadas, podem ser subvertidas e têm sido subvertidas. Ao longo da história, acho que não só contemporaneamente, isso tem sido subvertido. E isso é absolutamente fundamental, mas **entendo que a subversão do gênero não significa a subversão das relações sociais que produzem essa categorização da humanidade**. E essa construção até de elementos identitários relacionados ao gênero, eu entendo como um dos fundamentos. Se fosse citar uma autora citaria a Anne-Marie Devreux. Acho que tem uma construção social mesmo nessas relações sociais, uma categorização da humanidade em homens e mulheres e a partir daí se constituem identidades. A nossa ordem societária ainda é muito

⁴⁵ Pessoas não-binárias são as que não se identificam com as classificações binárias da humanidade: homens e mulheres. Esse é um conceito que compreende gênero exclusivamente como categoria identitária e necessariamente performativa.

fortemente marcada por essa binaridade, é reiterada permanentemente, [mas] com a superação dessa ordem patriarcal podem ser libertadas (AMB).

Para a representante da AMB, gênero é fruto das relações sociais que categorizam a humanidade. Ressalta-se especialmente o entendimento dela de que, apesar das “identidades de gênero” estarem sendo subvertidas, quando analisadas de forma exclusivamente individual, não significa que estão subvertendo, em consequência, aquela que é responsável por as defini-las, a estrutura patriarcal. Portanto, nesse relato, verifica-se a hipótese de que gênero enquanto categoria descritiva acaba por confundir a análise feminista das relações patriarcais de sexo, pois foca demasiadamente na aparência dos fenômenos, sem considerar a sua totalidade, dificultando uma atuação materialista de superação do patriarcado. Como ela mesma conclui, só será possível a subversão dessas identidades, quando houver a superação dessa estrutura, pois é ela quem as produz e estrategicamente as mantém. Portanto, gênero parece ser a construção patriarcal das mulheres identificada através de uma experiência de opressão compartilhada por esse grupo. Quando questionada sobre o que seria para ela a concepção de mulher, a militante da AMB declarou

Entendo mulheres como uma categoria social e histórica. Com esse termo mulheres a gente nomeia uma experiência de uma parte da humanidade, que é uma experiência de dominação, exploração e opressão histórica construída permanentemente por relações sociais. Se mantém de pé fundado no poder dos homens, como grupo social, sobre as mulheres, como o outro grupo social, tendo elementos que se mantém, a divisão do trabalho, o controle do corpo, a violência, a interdição à política, ao conhecimento, enfim (AMB).

Quando ela comenta que com “mulheres” está se nomeando uma experiência de dominação, exploração e opressão, pode-se reafirmar o papel fundamental do patriarcado na construção da identidade feminina. Aqui, é interessante lembrar das críticas realizadas por Saffioti ([2004] 2015) à concepção de Scott ([1988] 1995) de que colocar em questão ou alterar os aspectos do gênero seria também fazer isso com o poder, pois o processo das relações sociais de gênero seriam parte do seu próprio significado. Entretanto, Saffioti ([2004] 2015) coloca em xeque gênero e patriarcado, quando afirma que gênero poderia nomear experiências, inclusive, igualitárias e, portanto, o mais adequado seria a utilização do termo patriarcado, considerando que o contexto histórico que as mulheres estão vivenciando é o de sujeição a uma hierarquia de poder masculino. Como comenta a dirigente da AMNB “Eu entendo [o patriarcado] como a aquela condição social do lugar do homem como determinante ou determinador. Como o lugar do masculino determinar a sociedade, as relações, o funcionamento das instituições”. Para a representante da AMB

Entendo o patriarcado como esse sistema, como uma ordem historicamente vigente que **organiza e determina a forma das relações sociais de sexo como relações de opressão, dominação e exploração e que por ser um sistema, organiza tudo. Quer dizer, desde as instituições, desde as relações sociais macro, até a nossa própria construção subjetiva. Nossos medos, nossos sentimentos, nossa forma de nos pensar no mundo, o fato de eu sei lá, falar uma coisa e já me perguntar: “Mas será que tá bom mesmo?”**. Tudo isso para mim é esse sistema complexo, constitutivo e tramado também dentro de nós. Então é assim que eu compreendo, do ponto de vista histórico, do ponto de vista da determinação de uma totalidade e das suas mediações e implicações profundas. É um sistema que não pode também ser entendido isolado, mas como parte de uma totalidade que é capitalista, no caso nossa formação social e desse período histórico, que já tem cinco séculos, colonial e racista. Entendo como essa imbricação (AMB).

Nesse discurso encontra-se um elemento importantíssimo que demanda uma atenção específica: a questão da construção subjetiva da experiência compartilhada entre as mulheres. Há quem diga que “ser mulher não é um sentimento”, em protesto às pessoas que se identificam como mulheres, ainda que não tenham sido assim determinadas desde o nascimento, com base em seu sexo. Entretanto, ao que parece, ser mulher não é **só** um sentimento. Quando ela se pergunta “Mas será que tá bom mesmo?” e entende que essa dúvida é fruto dos efeitos patriarcais na subjetividade das mulheres, sugere que ser mulher é, também, estar sempre em dúvida. É ter seu posicionamento e seu conhecimento questionado. É constantemente se colocar em hesitação. Conforme comenta a militante do MMC, ser mulher, para ela, também é ser a única responsável pelo cuidado e, conseqüentemente, é não o receber.

Que bom que a gente pode de alguma forma contribuir com esse debate porque ele é fundamental. Muitas vezes não se para para olhar enquanto ser mulher. É aquela coisa, cuidando dos outros. Ela está sempre fazendo pelos outros. Na pandemia, por exemplo, a gente dizia “Quem cuida de quem cuida?”, porque é isso, a mulher como serviçal (MMC).

Ela também relembra que há 40 anos surgia o MMC. Nessa época, ela tinha 2 anos e as mulheres tinham conquistado muito menos direitos. “E o que essas mulheres passaram para poder sair de casa! Enfrentaram as mais diversas adversidades” (MMC). Esse relato demonstra que ser mulher é precisar enfrentar as opressões do patriarcado, inclusive, as advinda do esposo, marido ou “companheiro”, para poder lutar por seus direitos, inclusive pelo reconhecimento do seu trabalho, majoritariamente doméstico (especialmente na época), assim como os homens recebiam pelo seu. Nesse sentido, ela explica

Teve uma companheira nossa que socializou que um dia ela tava no ônibus e ficou escutando a conversa de duas pessoas do banco de trás. E aí tinha uma mulher camponesa com 10 filhos, morou na roça a vida inteira e aí foi morar para cidade. Aí ela disse assim para outra: “Nunca imaginei que agora, depois de velha, eu ia trabalhar”. **Qual que era o conceito de trabalho dela? O trabalho assalariado.**

Então ela foi trabalhar em algum lugar de carteira assinada ou foi paga pelo trabalho, porque o trabalho das mulheres no campo muitas vezes não é valorizado, não é reconhecido e não é valorado. Então pensa uma mulher que trabalhou a vida inteira no campo, trabalho pesado! Criou tantos filhos, tudo isso e não trabalhou?! Então **eu acho que é bem importante** [esse debate], **para as mulheres também se entenderem como sujeito**. Precisamos também avançar nessa coisa da academia porque historicamente era uma coisa só das pessoas da cidade então para as camponesas acessar foi uma luta bem intensa (MMC).

A não valoração do trabalho doméstico é profundamente trabalhada pela escritora e militante feminista italiana Silvia Federici. Em sua obra *O patriarcado do salário*, publicada em 2021, ela ressalta que inclusive os movimentos de esquerda interpretam o trabalho das mulheres como “uma assistência pessoal” (FEDERICI, 2021, p. 23). Há muito o que se dissertar acerca da problemática em torno da categoria trabalho, tanto para o marxismo, quanto para o feminismo. Entretanto, o que concerne aqui é a alienação sobre o seu trabalho e a consequente dificuldade das mulheres se entenderem como sujeito.

Até aqui analisou-se a experiência corporificada e a construção social e histórica das mulheres. Ao que parece, muito além de predefinições ou de concepções individuais e específicas, ser mulher não possui um significado vertical, localizado em cada uma delas. Mas é sobre o que é horizontal, ou seja, sobre aquilo que é compartilhado coletivamente: ser objeto da opressão. Ser mulher, como já visto, é ser oprimida em decorrência de seu sexo, de seu corpo, mas é também ser subordinada a uma lógica opressora de gênero, afinal, as mulheres não possuem a sua identidade, pois quando se trata de gênero, a definição do que é uma mulher é posse do patriarcado. Portanto, o exercício de se pensar a concepção de mulher, se é sobre ser ou estar, é reivindicar a própria identificação e definição enquanto sujeito.

4.2.3 Militância: Resistência Feminista Compartilhada

A terceira e última categoria de análise que se inferiu através do exame das entrevistas foi a de militância. Essa categoria possui algumas especificidades que a diferem das duas primeiras. Inicialmente por ela ter se apresentado, no processo de elaboração dessa dissertação, através da necessidade em abordar as problemáticas neoliberais (WOOD, 1995; HARVEY, 2004) e pós-modernas (SIMIONATTO, 2009; CASTELLS, 1999) com relação as questões identitárias (FRASER, [1997] 2022; HAIDER, 2018). O feminismo, enquanto movimento social, seria uma forma de contrapor-se às apropriações das demandas das mulheres enquanto algo individual e específico. Surgiu, portanto, como um cuidado para não situar essa

pesquisa no campo identitário. Segundamente, por ter se apresentado com maior incidência no discurso das entrevistadas, conforme sistematização abaixo:

<i>Categoria de Análise</i>	Laudas Sistematizadas	Menções
<i>Militância</i>	8	44

A resistência feminista, através da militância e do ativismo das dirigentes dos movimentos, demonstrou-se compor um elemento essencial em suas autoconcepções como mulher. Foi a categoria que apareceu de forma mais transversal em todas as entrevistas. Para analisar a categoria militância, foram articulados, especialmente, três conceitos: o de militância, o de feminismo e o de patriarcado. No Brasil, militância e ativismo são popularmente utilizados como sinônimos, ainda que, para alguns autores, não o sejam, especialmente quando compreendidos enquanto metodologias de ação coletiva (SALES; FONTES; YASUI, 2018). Para este trabalho, utilizou-se, principalmente, o conceito de militância, entretanto, nas falas das entrevistadas, percebeu-se que não havia uma diferenciação consciente e/ou intencional a respeito do uso dessas palavras. Dessa forma, para a análise que aqui será desenvolvida, optou-se por compreendê-las como sinônimos.

Entende-se que a conjuntura patriarcal provoca a necessidade da militância enquanto processo de resistência, que encontra no feminismo essa possibilidade de mobilização e transformação. Com relação a consciência militante, Cisne (2013, p. 277 e 279) comenta

Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente, a percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente, a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas, assim podemos chegar a dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é expressa na formação de movimentos de mulheres. [...] Assim, nesse movimento de formação da consciência militante feminista, as mulheres se percebem e se constituem como sujeito político em prol da transformação radical das relações sociais desiguais de sexo e “raça” e pelo fim das relações de classe.

Tendo compreendido que a consciência militante surge ainda individualmente, através do rompimento de diversas amarras patriarcais, inclusive no âmbito doméstico, a partir de agora será analisada a dimensão coletiva da militância, quando ela toma forma enquanto movimento feminista. Entretanto, para seguir, é relevante apresentar o posicionamento da entrevistada da AMB, que explica como, para ela, a questão individual desemboca na mobilização coletiva

Ser feminista implica um compromisso com o enfrentamento do patriarcado em todas as dimensões. É um compromisso porque, por exemplo, do ponto de vista da vida individual, ser feminista não me livra de cair nas armadilhas da dominação patriarcal e viver uma situação, por exemplo, de violência. Não tô livre de viver isso porque sou feminista. Esse enunciado não vai me livrar da condição concreta que vivem as mulheres no patriarcado, mas implica um compromisso de ir reconhecendo os sinais, atuar de alguma maneira para salvar a si mesma ou reconhecendo sinais de outras possíveis contradições e agir contra elas em outros planos da vida, mas **sobretudo, implica um compromisso coletivo**. A prática de construção de projetos coletivos de transformação. Para mim, ser feminista implica isso: a atitude individual, visão crítica diante do mundo, a partir da perspectiva do feminismo e o compromisso coletivo pela superação (AMB).

Como pode-se notar, para ela, é necessária uma articulação individual mas com um horizonte coletivo, pois para alcançar a superação das condições de subordinação, é necessário construir projetos coletivos. Isso se mostra especialmente quando ela comenta que não está livre de sofrer com as “armadilhas do patriarcado” por ser feminista. Destarte, é necessário, primeiramente, conscientizar-se do lugar social em que se é colocada para mobilizar-se em coletivos para superar essa estrutura que sistematiza a violência contra as mulheres. Portanto, o despertar militante das três entrevistadas possui um ponto em comum: a relação com outras mulheres. Uma delas teve o primeiro contato com a militância através da participação em um evento proposto pelo movimento do qual faz parte atualmente, ainda que na época não o compusesse. Outra, iniciou seu processo através do movimento estudantil, sobretudo nas lutas pelo fim da violência contra as mulheres. A terceira, teve seu primeiro contato através de um convite de uma amiga que já compunha o movimento, para atuar através da sua formação profissional no movimento. Como comenta a dirigente do MMC, com relação a necessidade de espaços organizativos exclusivos de e para mulheres, como movimentos feministas

[...] as mulheres participavam dessas lutas [pela produção de alimentos saudáveis e diversificados], mas elas percebiam que não tinham direito a votar [nas assembleias do Movimento], elas não tinham direito a decidir, elas não tinham direito a falar, muitas vezes. Elas ficavam nos trabalhos mais práticos. Então esse processo fez com que elas entendessem que era preciso construir espaços autônomos de mulheres (MMC).

Ainda no bojo dos movimentos de esquerda, como já comentado, a participação das mulheres, especificamente quando reivindicavam pautas relacionadas as suas condições sociais, não era bem-vinda. Ela descreve a forma que os homens reagiam, quando as mulheres decidiram criar o MMC: “Para que vocês vão construir um movimento só de mulheres camponesas, se já tem os coletivos de gênero nos movimentos mistos?” e conclui “Não basta só os coletivos de gênero, é preciso um movimento que olhe de fato para a realidade das mulheres”.

A gente sempre tem debatido que, além da opressão que as mulheres sofrem nessa relação do patriarcado, muitas políticas públicas centralmente da agricultura familiar camponesa, esse processo todo é regulamentado num regime de chefe da família. Por ser chefe da família, consequentemente, em muitos casos, o chefe da família é o homem. Nessa sociedade patriarcal é o homem. Então, por isso, muitas vezes as mulheres têm muita dificuldade de acessar um crédito específico voltado para a realidade das mulheres. Eu entendo que o patriarcado para nós é essa opressão, essa dominação do ser masculino como superior, que se considera superior sobre as mulheres. E aí por isso que a gente entende que essa é uma luta que o movimento feminista, as mulheres camponesas, tem muito forte. **O movimento feminista, a gente, não vai mudar a sociedade pensando só na transformação [superação] da classe enquanto classe trabalhadora se a gente não considerar a opressão das mulheres e a discriminação de raça e etnia.** Então isso precisa caminhar junto (MMC).

Nessa fala é possível verificar a clareza que a entrevistada apresenta da insuficiência dos movimentos em defesa da classe trabalhadora que não considerem as articulações do capitalismo com o patriarcado e com o racismo. Inclusive quando cita o exemplo da configuração majoritária das famílias camponesas, que os homens são, comumente, os “chefes da família”⁴⁶ e isso prejudica o acesso das mulheres rurais a diversos recursos. As condições de opressão, subordinação e exploração deixam poucas alternativas às mulheres, se não a de se mobilizar para superar essa realidade. Nessa direção, a dirigente da AMB se posiciona sobre ser feminista

Significa lutar permanentemente, em todos os planos, no plano da vida individual mas no plano da nossa situação coletiva, da nossa organização coletiva para implodir a situação das mulheres forjada pelo patriarcado, capitalista e racista, como uma situação social e histórica de opressão, dominação e exploração. Então acho que para mim ser feminista, na minha acepção, tem esse sentido de transformar e buscar na minha vida cotidiana ter uma atitude permanente de enfrentamento ao patriarcado sempre que ele se apresentar... e ele se apresenta o tempo todo! Até na nossa própria constituição subjetiva. Então é transformar a si mesma e isso significa se organizar para transformar o mundo a partir de um projeto político, que no meu caso é um projeto político que nega completamente a possibilidade de viver de fato bem nessa ordem capitalista patriarcal e racista, que implica a superação dessa ordem. **Implica uma perspectiva emancipatória e implica, portanto, acabar essa experiência social e histórica de opressão e dominação.** A gente se afirma para poder implodir esse lugar que foi construído para nós (AMB).

A militante do MMC reforça essa perspectiva, especialmente quando se refere à construção do feminismo como algo feito em grupo, ao mencionar “a gente” e “nosso feminismo”

Eu sou feminista! **Eu aprendi que ser feminista é quando eu enfrento o padre, quando eu enfrento o marido, quando eu luto por um pedacinho de terra para**

⁴⁶ Aqui incide o debate em torno do que Carole Pateman (1988) dedicou-se profundamente: o contrato “invisível” do casamento.

plantar minha biodiversidade, quando eu construo um projeto de agricultura camponesa agroecológica, quando eu construo novas relações da família. [...] A gente vai construindo esse nosso feminismo, que não está acabado, a gente tá sempre formulando, construindo, debatendo, conversando sobre. É o que a gente vem construindo a partir das nossas lutas concretas, das nossas ações (MMC).

A mobilização feminista das entrevistadas acontece, majoritariamente, em torno da conquista de direitos, através da luta por políticas públicas que considerem a condição social e histórica das mulheres. O MMC, por exemplo, de acordo com a entrevistada, é um Movimento que busca constantemente pela emancipação e pela autonomia das mulheres através de reivindicações políticas. Como ela apresenta

A luta pela geração de renda, a partir do momento que você gera renda, você possibilita que as mulheres consigam se emancipar e consigam muitas vezes se libertar de situações de violência. Porque é nos debates que elas vão tomando consciência de que são mulheres, que tem direitos e capacidades. [...] Quando as mulheres, lá em início de 80 fizeram uma luta pela aposentadoria rural elas ouviam toda hora “Nossa, vocês tão loucas! Capaz que agricultoras vão conseguir uma aposentadoria, onde já se viu”, uma coisa assim bem considerando a incapacidade. Mas as mulheres foram lá provaram e fizeram [conquistaram a aposentadoria]. Hoje todo mundo fala em soberania alimentar, todos os movimentos falam na necessidade da produção de alimentos saudáveis diversificados, todo esse processo, mas as mulheres lá já viam que era preciso avançar com a produção de alimentos saudáveis para que de fato as pessoas tivessem acesso. Então eu vejo a mulher com uma capacidade incrível de olhar o seu entorno, de compreender esse entorno, de pensar coletivamente. Daí falando da mulher organizada em coletivo, de pensar coletivamente e construir propostas (MMC).

Com relação a necessidade de se lutar por condições dignas de vida, a entrevistada da AMB argumenta que, de forma dialética, é necessário ter direitos para se poder viver e, ao mesmo tempo, estar viva para poder reivindicá-los.

A gente entende que é preciso lutar por direitos como uma condição, primeiro para salvar nossas vidas, porque a gente precisa ter política pública, ter direitos, para ter condições de viver, condições de lutar e ao mesmo tempo conquistar direitos. Entendendo que os direitos geram novas contradições a partir das quais também as lutas vão avançando. Então lutar por políticas públicas que democratizem o estado brasileiro e que suprimem as condições brutais de vida das mulheres brasileiras. [...] Para levar adiante lutas estruturais capazes realmente de romper com as estruturas do patriarcado capitalista, do racismo, a gente precisa ampliar a força política das mulheres. Então fazer alianças, construir frente, para ampliar nossa força política e manter viva a força política do movimento feminista no país e na América Latina também. [...] A conjuntura agora [2023] vai exigir muita acumulação de força, não só para superar os retrocessos, mas também para avançar que também deve ser o nosso horizonte sempre. [...] Outro desafio é o enfrentamento dos nossos inimigos, a gente está enfrentando uma ofensiva patriarcal com relação às conquistas do próprio movimento que não cessou (AMB).

Essa ofensiva patriarcal demanda das mulheres uma mobilização feminista estratégica, que considere, inclusive, a exposição a novas violências, que acontecem como respostas às lutas feministas. Nesse sentido, a dirigente da AMNB comenta

Eu conheci Raquel⁴⁷ e ela me propôs de a gente fazer um encontro sobre autocuidado de ativistas. Porque na verdade surgiu a ideia de ela fazer esse encontro também por conta da Marcha das Vadias, que tinha acontecido no Rio de Janeiro e que algumas companheiras tinham sofrido ataques, só que não tinham identificado nenhum espaço dentro do movimento feminista para acolhimento, algum espaço que pudesse garantir proteção para essas mulheres. [...] A gente começou a facilitar encontros de ativistas, fizemos uma imersão de autocuidado entre nós e periodicamente a gente segue fazendo isso. A gente tem o propósito de fazer imersões para ativistas e há dois anos atrás a gente conseguiu criar a nossa “casa do respiro”, em que a gente a gente acolhe ativistas para intervenções de autocuidado (AMBN).

Além da questão do patriarcado, o contexto neoliberal intensifica a resistência coletiva desses movimentos, especialmente por se posicionarem na direção da superação das explorações capitalistas. Como discutido no subcapítulo 3.3, o neoliberalismo intensifica a exploração do trabalho e fragmenta demandas coletivas. Nesse sentido, a militante da AMB reforça

A construção das lutas em relação ao enfrentamento do neoliberalismo, que ainda permanece muito candente, especialmente nas questões relacionadas ao trabalho das mulheres, é uma luta que eu me inseri fortemente e constitui o campo de luta em que eu me integro mais. Na AMB é a luta por previdência social universal e a luta por proteção social ao trabalho das mulheres. A gente construiu mobilizações muito importantes na AMB no período do primeiro governo Lula, defendendo o enfrentamento da proteção social pelo sistema de previdência contributiva que se agravou com as reformas da previdência do FHC. Então durante os momentos de debate da reforma da previdência desses governos, a gente construiu mobilizações para pautar a necessidade de proteção universal, porque nós, mulheres, somos a maioria na situação de precariedade e na realização do trabalho doméstico não remunerado. Lutamos pelo reconhecimento também desse trabalho para fins de proteção social (AMB).

A entrevistada da AMB inclusive relata que foi uma das responsáveis pela conquista da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, através da militância na Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas. Essa normativa “estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. A norma estabeleceu garantias como salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-

⁴⁷ Para proteção da identidade das pessoas envolvidas, em consonância com os cuidados éticos tomados nessa pesquisa, o nome da ativista foi intencionalmente substituído por outro fictício.

acidente, pensão por morte e aposentadoria” (Fonte: Agência Senado⁴⁸) e representou um marco histórico na vida das trabalhadoras domésticas, especialmente das mulheres negras, pois representam 65%⁴⁹ desse público. Como relembra a dirigente da AMNB

Nunca foi confortável para nós, mulheres negras. Eu acho que para a população geral, mas falando desse lugar de movimento de mulheres negras, nunca foi confortável. Então assim, nunca. Como é que eu posso te dizer... a gente sempre teve uma agenda, essa agenda não deixou de existir quando estava o governo de esquerda, desde 2003, nunca deixou de existir. Então as nossas demandas sempre estiveram presentes, quando a gente confronta os dados a gente vê que podem até se modificar, mas a gente acaba sempre em desvantagem (AMNB).

O patriarcado, portanto, se intensifica quando se articula com o capitalismo e com o racismo. A questão das trabalhadoras domésticas negras é um exemplo material de como essa articulação afeta a vida das mulheres. Ser feminista, para as mulheres negras, é uma tripla resistência, como a militante da AMNB comenta

Eu me considero uma feminista negra. Eu acho que tem um diferencial assim, ser uma feminista e ser uma feminista negra. Se eu te disser o que é o feminismo negro, acho que é enfrentar o racismo. **Eu acho que o enfrentamento do racismo é o que o diferencia do feminismo não negro.** Eu acho que o enfrentamento do racismo, do lugar que a gente vive enquanto mulher, [enquanto] mulher negra, é o que diferencia. Para mim é para além da questão de gênero, eu vejo como uma coisa de carregar outras pessoas, então eu não falo só do meu lugar, eu falo do lugar de mulheres negras, não é só o meu caso (AMNB).

Assim como o enfrentamento do patriarcado produz uma **identidade coletiva** de resistência, o enfrentamento também ao racismo, que é uma condição para a **existência digna** das mulheres negras, produz outra identidade, que também é caracterizada pela questão coletiva. Nesse sentido, aqui é possível verificar a solução proposta por Fraser ([1997] 2022), quando comenta que as políticas de reconhecimento e de redistribuição precisam andar juntas. O enfrentamento ao racismo é uma pauta que está, inicialmente, relacionada a questão de reconhecimento étnico, mas também social e político. Entretanto, quando o racismo se articula com o capitalismo, não há como desconsiderar a relevância das políticas de redistribuição, como visto com relação às trabalhadoras domésticas, para a sobrevivência das pessoas negras, historicamente exploradas e marginalizadas.

⁴⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/04/emenda-das-domesticas-completou-dez-anos>. Acesso em: 22 de out. de 2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em 22 de out. de 2023.

A organização militante das mulheres negras é especialmente intensificada pelas opressões de raça e etnia, contudo, as que militam na AMNB, seguem se considerando feministas. A representante da AMB reflete sobre a diversidade de mulheres que compõe a Articulação, ao abordar as questões particularizadas, como a exemplo das mulheres negras e das mulheres trans, mas reforçando a importância de se entender enquanto um grupo que se reconhece através de questões partilhadas.

Nenhuma mulher que queira chegar para fazer a luta feminista na AMB vai ser impedida de fazer essa luta porque ela é uma mulher trans, não importa a forma dela ser mulher, se você quer fazer a luta feminista e a luta das mulheres, pode chegar junto. Então a gente se faz na luta e a luta é o critério fundamental, querer fazer a luta. Nós somos essa diversidade mas que tem uma leitura de que o patriarcado cria uma condição comum, ainda que desigual para todas nós. **E a capacidade de dizer nós é fundamental para levar uma luta adiante.** Isso me parece muito importante e estratégico. Me parece um cimento, um chão que a gente tem mantido. Porque algumas vertentes meio que já não acreditam nessa capacidade de dizer nós e isso acaba gerando uma certa dificuldade de a gente construir lutas comuns, já que, enfim, nós somos uma pluralidade. Então como construir lutas para superar aquilo que nos define, que marca a nossa condição? Não sei se eu tô me fazendo entender, mas é preciso dizer nós. E dizer esse nós sabendo que nós estamos falando de um nós diverso, plural, mas que tem uma experiência comum, partilhada, particularizada mas partilhada e que tem, sobretudo como movimento, um projeto político comum. A categoria mulheres é fundamental nas definições da AMB como movimento e como sujeito político. Não somos nada convencidas de que precisamos abolir ela, pelo contrário. [...] **As mulheres são atravessadas por uma experiência comum, mas absolutamente particularizada, essa é a dialética da coisa. Nós somos mulheres, mas somos atravessadas por outras relações que particularizam a nossa experiência no mundo. Lésbicas, negras, as diferentes gerações, enfim, mulheres cis, mulheres trans, mas os elementos comuns da nossa experiência permanecem (AMB).**

Esse relato reforça novamente que a militância feminista produz uma identidade coletiva e que essa depende da possibilidade de dizer “nós”, apesar de suas diferenças. Para isso, é necessário compreender o que as mulheres têm em comum, sem desconsiderar suas particularidades, que através dessa pesquisa, pode-se concluir que partilham da condição posta pela opressão patriarcal, que é intensificada ao se articular com o racismo, com o capitalismo e com o heterossexismo. Mas essa percepção, essa consciência militante (CISNE, 2013), é justamente algo perceptível especialmente através da organização, do impulso de luta por um projeto político comum, como ela mesmo ressalta. A dirigente da AMB também comentou, a respeito da disputa teórica e política em torno do conceito de “mulher”, sobre a importância de discutir e se posicionar frente a esse debate, que ela tem percebido cada vez mais, principalmente nas redes sociais digitais.

Nós precisamos discutir a categoria mulheres para a gente se posicionar a frente ao debate que está muito vivo, muito intenso no movimento feminista, sobretudo no feminismo das redes, da internet. Então tem todo um debate aí muito forte na América Latina, com relação ao que se chama de “radfems”. E eu inclusive vou defender, na verdade, que isso seja um dos pontos prioritários na nossa formação feminista para o futuro imediato, na Articulação Feminista Marcosur **nós temos nos colocado o desafio de debater também, não para rever nosso princípio, mas para nos posicionarmos frente ao debate feminista que está colocado e a essas disputas.**

Como pôde se verificar até aqui, as estruturas de opressão incansavelmente mencionadas, produzem violência, mas como consequência, produzem uma resposta combativa. As dirigentes do MMC e da AMB, respectivamente, apresentaram um posicionamento comum, com relação à importância da auto-organização das mulheres. Elas citam a importância de se posicionar no âmbito individual, tal como comentado anteriormente, através da análise proposta por Cisne (2013), reafirmando que a consciência enquanto militantes surge através de ações cotidianas, mas não se encerra nelas, como segue

E aí tu percebe uma diferença muito grande das mulheres que são organizadas e das mulheres que não são organizadas. Porque a visão dessas mulheres é aquela “Ah, eu ajudo o marido. Ah, o trabalho de casa é toda tarefa minha. Nossa eu pedi ajuda para o meu filho lavar a louça”. Não é uma questão de pedir ajuda, todo mundo suja, todo mundo usa. Então deve ser um trabalho coletivo. Mas aí eu vejo nesse processo que há uma diferença de se entender enquanto mulher organizada (MMC).

Então esse é um objetivo, ampliar força política do movimento feminista, construindo essas ações de luta e uma política forte de alianças. [...] Esse desafio organizativo, especialmente numa conjuntura em que a gente tá enfrentando um caldo de cultura neoliberal muito forte e uma influência de perspectivas muito individualistas de fazer o feminismo... **Então há uma certa hegemonia de que cada uma com seu feminismo basta, tendo sua atitude na vida cotidiana.** Lógico que o feminismo deve ser uma atitude nossa na vida cotidiana, se não a gente tá lutando e na nossa própria vida a gente não tá realizando. **Mas cada uma com seu feminismo não vai bastar, não vai ser suficiente para alterar a condição de vida do conjunto das mulheres.** Então a gente tem que fazer luta coletiva organizada (AMB).

A hegemonia individualista citada nesse relato da militante da AMB, é justamente a que foi problematizada no item 3.3 desse trabalho, quando se refletiu acerca das consequências da apropriação das demandas de diversos movimentos sociais, tal como o feminista, pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade, produzindo e reforçando políticas identitárias, que focam no reconhecimento, mas desconsideram a redistribuição (FRASER, [1997] 2022). A consciência que as entrevistadas demonstraram, sobre a insuficiência das mobilizações individuais e a consequente necessidade da luta coletiva organizada, demonstra que o feminismo construído por elas está comprometido com a superação das estruturas hierárquicas de poder. Mas para isso, a dirigente da AMB reforça que é necessário reivindicar

a categoria mulheres, para poder delimitar, enfrentar e superar a experiência social e histórica a qual as mulheres vivem.

A capacidade de afirmar NÓS, MULHERES, para delimitar essa experiência social e histórica na qual nós ainda vivemos né, produzida pela binaridade, pela divisão social do trabalho, pelas relações sociais de um sistema que mantém dois grupos sociais divididos e subordinados um ao outro... a gente precisa dessa afirmação! Eu acho absolutamente incorreto a crítica da categoria mulheres, como se ela fosse uma categoria superada. **Eu acho que a gente tem que sempre estar atenta a quem somos: as mulheres. E é isso que nos permite dizer nós ou nos articularmos entre nós, em lutas comuns, para superar as estruturas que mantém essa situação.** Não tenho nenhuma dúvida de que a AMB reivindica também. Nós somos a articulação de MULHERES brasileiras, inclusive, nós não tiramos mulheres do nosso nome pois somos mulheres. A AMB se caracteriza por isso (AMB).

De acordo com André Sales, Flávio Fontes e Silvio Yasui (2018), ainda que para esse trabalho considerou-se o termo militância como sinônimo de ativismo, existem diferenças interessantes a serem delineadas entre eles. No discurso das entrevistadas da AMB e do MMC a militância foi predominantemente utilizada. Já para a entrevistada da AMNB, ela foi denominada enquanto ativismo. Desse modo, pode-se perceber que para ela, quando se mencionou militância, se referia ao ativismo. Portanto, como comentado anteriormente, para essa categoria de análise, esses termos foram agrupados, para possibilitar a compreensão acerca de suas trajetórias enquanto militantes/ativistas. Entretanto, a diferenciação realizada pelos autores provoca a reflexão em torno das aproximações e distanciamentos desses dois conceitos. Para ele, militância estaria ligada a uma questão mais tradicional de mobilização social, atrelada a movimentos clássicos como o da classe trabalhadora, que possuem uma organização específica. Já o ativismo se apresenta de forma mais contemporânea, como uma alternativa que se distancia dos “tradicionais” movimentos sociais. Está mais conectada com uma atuação individual e inclui, também, a atuação no âmbito online, não apenas no núcleo duro de articulações e movimentos consolidados. Dessa forma, pode-se perceber que a questão da organização, que para o autor, está mais próxima da militância, compôs um processo essencial no reconhecimento da consciência enquanto pessoas oprimidas pelo patriarcado, ou seja, enquanto mulheres. Como comenta a entrevistada do MMC: “Quando a gente é organizada, é consciente da nossa condição.” Já o ativismo, quando compreendido enquanto atuação individual e cotidiana, também se mostrou importante. Não seriam, portanto, atuações que se substituem, mas que se complementam, se realizando em âmbitos tanto coletivos quanto privados, respectivamente.

Essa terceira e última categoria de análise possibilitou concluir que se identificar enquanto mulher não é o mesmo que se identificar enquanto feminista. Inclusive a identidade “mulher” é muito mais complexa de ser compreendida, como visto em todas as discussões aqui propostas. Já a identidade feminista, enquanto resistência ao patriarcado, parece ser a única definição de mulher que as pertence, pois essa característica é justamente uma consequência, uma reação, da apropriação do sujeito mulher pelo patriarcado. Ou seja, quando cotidianamente se pronuncia a pergunta “O que é uma mulher?”, as respostas que primeiramente costumam surgir, referem-se a uma delimitação comportamental que é criada pelo patriarcado, através da apropriação da divisão binária dos sexos, tais como ser mãe, cuidar da casa, amamentar, cuidar das pessoas, etc. Contudo, as entrevistadas, quando questionadas sobre as suas concepções sobre o que é uma mulher, não apresentaram esse tipo de resposta. Desse modo, acredita-se que a consciência militante e a autoidentificação enquanto feministas, as possibilitou se desprenderem das definições patriarcais sobre si mesmas, construindo uma própria identidade através da organização coletiva. Ser mulher, para as entrevistadas, demonstrou ser muito mais do que parte de um grupo oprimido, mas, justamente, se contrapor a essa condição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face de um patrão, há uma “mulher”, em face de um político, há uma “mulher”, em face de um operário, há uma “mulher”. Somos mulheres, e este não é um predicado entre outros, é nossa definição social (Colette GUILLAUMIN, [1978] 2014, p. 29).

E o barco que se navegou até aqui, finalmente, chegou ao seu destino. Após dois anos e meio, o processo de investigação científica foi mesmo um velejar. A hipótese definida no começo foi como uma ilha da qual não se tinha a certeza se iria encontrar e, na verdade, como verificado, chegou-se, então, em um novo lugar, ainda não “habitado”, pelo menos pela pesquisadora que vos escreve. As motivações que levaram ao desenvolvimento dessa pesquisa, possuem significado social e pessoal: referem-se a questões que são vivenciadas pela autora, mas, também, por todas as mulheres que são assim classificadas pelo patriarcado: o que é, afinal, uma mulher?

Para tornar essa questão social passível de investigação científica, delineou-se um problema: qual é a atual concepção de mulher em movimentos feministas brasileiros que se articulam nacionalmente? Essa pergunta foi respondida no capítulo 4, de acordo com o objetivo de investigar a concepção de mulher nesses movimentos, dos quais aqui, contribuíram, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB. Já o primeiro objetivo específico, de discutir teoricamente acerca dos conceitos de sexo, gênero e identidade, foi realizado no capítulo 3, em que se desenvolveu o debate acerca da influência das categorias sexo, gênero e identidade na concepção de mulher. O segundo objetivo específico, o de estruturar o debate proposto através da problematização da estrutura capitalista, racista e patriarcal, perpassou todas as análises teóricas e empíricas, quando na pesquisa bibliográfica e documental, manteve-se o pano de fundo das raízes estruturais das problemáticas consequentes das articulações entre essas estruturas. O terceiro e último objetivo específico, entrevistar lideranças de movimentos feministas brasileiros com articulação nacional, para compreender suas perspectivas sobre a concepção de mulher, foi alcançado pelo contato com as militantes entrevistadas que, gentilmente, se disponibilizaram a contribuir com essa pesquisa.

Para obtenção da resposta que o problema dessa pesquisa demandou, estruturou-se um conjunto de método e procedimentos metodológicos científicos. No capítulo metodológico, argumentou-se sobre essas escolhas, articulando as possibilidades oferecidas pelo materialismo histórico-dialético e os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos definidos. O fio condutor de toda a análise, tanto do teórico quanto do empírico, foi o materialismo histórico-

dialético, de referência marxista. Já para a coleta dos dados empíricos, adotou-se a entrevista semiestruturada. Com relação a análise do material encontrado através das entrevistas, utilizou-se duas técnicas: a análise de conteúdo (AC), para a sistematização, tratamento, quantificação e definição das categorias de análise; e a análise de discurso (AD), para compreender os relatos através de seu contexto histórico, político e social.

Já no capítulo 3, discutiu-se acerca das aproximações e dos distanciamentos entre sexo, gênero e identidade, conceitos frequentemente confundidos e até intercambiados. Apresentou-se, então, referências teóricas a fim de embasar a análise dos dados empíricos. Concluiu-se, então, que sexo é um conceito que deriva de diferenças anatômicas, mas que possui um significado social impreterível. Esse significado não foi dado pelas mulheres, muito menos pelas feministas. Ele é, inclusive, objeto de crítica delas. Entretanto, possui um papel definitivo na divisão binária da humanidade, feita pelo patriarcado, e toca absolutamente as relações sociais, as transformando em produto dessa estrutura que, por conta disso, optou-se por denominar essas relações como patriarcais. Sexo é, portanto, apropriado pelo patriarcado. Destarte, a análise sobre o conceito de gênero, possibilitou compreendê-lo de duas formas: como um instrumento de estudo das relações entre homens e mulheres, ou seja, enquanto categoria analítica, mas também como o que Scott (1995) chama de categoria descritiva (dos comportamentos sociais), ou seja, como representação das identidades, não necessariamente alocadas em um corpo sexuado. Para as mulheres, o gênero se apresenta paradoxalmente como identidade e como opressão, pois é uma estratégia patriarcal de delimitação do seu comportamento e, conseqüentemente, da sua identificação enquanto sujeito. A questão da identidade, também discutida no capítulo 3, foi investigada através da sua utilidade para a pós-modernidade e para o neoliberalismo. Dissertou-se acerca de suas armadilhas (HAIDER, 2018) nesse contexto, pois pode se apresentar como uma alternativa para substituir às históricas reivindicações estruturais por redistribuição, dando demasiado enfoque nas lutas por reconhecimento de demandas “individuais”.

O 4 e último capítulo versou sobre as análises dos dados empíricos, ou seja, sobre os resultados encontrados nas entrevistas realizadas. Para isso, inicialmente, apresentou-se os sujeitos coletivos que contribuíram com a pesquisa, a AMB, o MMC e a AMNB, seus objetivos e atuais desafios. Os três movimentos possuem características comuns: atuam de forma interseccional e estrutural, ou seja, não focam apenas em pautas específicas, mas compreendem as articulações entre as estruturas hierárquicas de poder; e possuem alcance nacional, estando presente em diversos estados brasileiros. Todos tem um perfil na rede social Instagram e um

site institucional, entretanto, estruturam principalmente a sua atuação no “mundo offline”, através de encontros e formações presenciais. Para responder o problema de pesquisa, definiu-se três categorias de análise com a AC: (1) a experiência corporificada, através das influências biológicas do corpo de fêmea humana; (2) a construção social e histórica da mulher compreendida como gênero e (3) a identidade feminista fruto da militância. Cada uma das categorias foi representada através da quantificação de palavras-chaves, respectivamente: sexo, gênero e militância.

A primeira categoria possibilitou concluir que ser mulher não é uma projeção biológica. Não é um destino imutável definido pela anatomia do corpo de fêmea humana. O sexo se apresenta como um conceito que é “esticado” pelo patriarcado, assim como um elástico, a fim de definir um início, um meio e um fim específico à vida das mulheres. Ainda que o feminismo historicamente tenha tentado suprimir as justificativas biológicas da subordinação da mulher, o patriarcado não permite que esse conceito seja superado, pois está constantemente o utilizando para descrever e localizar a identidade feminina. A segunda categoria de análise relaciona-se diretamente com a primeira. O gênero foi compreendido pelas entrevistadas como a definição social da concepção de mulher. O que incide aqui é que essa definição não é posse das mulheres, mas sim uma estratégia patriarcal de definir o “meio” da história da vida das mulheres, ou seja, o seu comportamento, as suas relações, as suas ocupações, etc. O que e como farão, com quem vão se relacionar, quais profissões terão ou, inclusive, se vão ter alguma profissão. O sexo e o gênero se apresentaram enquanto categorias apropriadas e produzidas pelo patriarcado, que destitui, assim, o poder das mulheres de se autodefinirem. Quem define o que é uma mulher, são aqueles que não as são.

Por fim, a terceira e última categoria de análise permitiu inferir que a organização feminista, a consciência militante e a mobilização coletiva das mulheres entrevistadas, foi justamente a forma que elas encontraram de “tomar para si” a sua identidade. A definição de ser mulher que as pertence, é a de resistência a definição que o patriarcado as impõe. É, portanto, a de ser feminista. Se é o patriarcado o proprietário da concepção de mulher, é também dele a necessidade dessa classificação, logo, não é um corpo que a define. Essa é uma definição localizada em um tempo histórico específico: o de vigência patriarcal, então, não é estanque, está sob disputa e, como visto, o feminismo luta arduamente para a sua conquista.

Cada vez mais o significado da palavra mulher tem sido disputado, como abordado na introdução a essa pesquisa. Uma das grandes preocupações em torno da dúvida causada ao se perguntar “quem são as mulheres?” ou “o que é uma mulher?” é, além do apagamento do

sujeito político, social e histórico da mulher, a confusão causada na definição do público-alvo de políticas públicas (quando essas objetivam ser, ironicamente, para as mulheres). Conforme o Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023 do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, simbolicamente divulgado no Dia Internacional das Mulheres, o público-alvo é, agora, pessoas que menstruam. Ironicamente, a justificativa dos movimentos sociais que reivindicam essa “nova terminologia”, é que ela vem, justamente, como alternativa ao sexo como impulsionador ou base histórica e social para a construção de gênero. Entretanto, acaba justamente por reafirmar a perspectiva biológica, ao se utilizar de uma condição imposta às fêmeas humanas para descrever a quem esse direito social se destina.

Portanto, a pergunta feita ainda no século passado por Simone de Beauvoir segue sem uma resposta. Ou melhor, segue sendo respondida por aqueles que historicamente tomaram o poder para respondê-la: os homens. Desse modo, a discussão aqui proposta não está concluída, pelo contrário, está apenas começando e demanda das mulheres forte mobilização coletiva, teórica e política. A teimosia feminista em não aceitar uma delimitação patriarcal para definir o que é uma mulher é justamente aquela que as possibilita construir a sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

ALMEIDA, Janaiky. **Organismos internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2017. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23974/1/2017>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENHABIB, Seyla. Feminismo e pós-modernismo: uma aliança complicada. *In*: BENHABIB, Seyla *et al.* **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: UNESP, 2018. p. 35-60.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, v. 11, jan.-jul./2005, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei do Femicídio**, nº 13.104, de 09 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 28 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 de out. de 2023.

BRASIL. **Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual**, nº 14.214 de 06 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114214.htm. Acesso em: 30 de jan. De 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: **Texto Contexto Enfermagem**, ano 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 410 p. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15881>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília (DF): **Temporalis**, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886/6149>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CORNELL, Drucilla. O que é feminismo ético? *In*: BENHABIB, Seyla *et al.* **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: UNESP, 2018. p. 117-162.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

DEVREUX, Anne Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 561–584, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5182>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: crocodilo/Ubu Editora, 2021.

FALQUET, Jules. Lesbianismo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 122-128. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2023.

FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo. v. 18 n. 32, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25688/18324>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 144-148. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25688/18324>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição pós-socialista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMES, Mariana; CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: Um estudo bibliométrico. **Revista CS**, 29 ed., p. 47-72, 2019. Disponível em: https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/3186/3736. Acesso em: 28 de out. de 2023.

GOUGES, Olympe de. **Declaração dos direitos da mulher e cidadã**. 1871. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218052/001121295.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. *In*: FERREIRA, Verônica *et al.* (org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contras-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Editora Veneta. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 ago. 2022.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73. Jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 2, p. 238-248, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLOGfHFfF85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LILLA, Mark. **De esquerda, agora e sempre: para além das políticas identitárias**. 1 ed. Brasil, Tinta da China Edições, 2018.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 15-38, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635360>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASSON, Gisele. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105-114, jul./dez. 2007. Disponível em: https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/428/ARTIGO_MaterialismoHistorioDia%c3%a9tico.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 de out. de 2023.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 222-230. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25688/18324>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria (org.). O desafio da pesquisa social. *In*: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In*: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed., São Paulo: Hucitec, p. 261-297, 2010.

MORAES, Maria Lygia. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *In*: **Margem Esquerda 2**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. p. 95-111.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo, Cortez Editora, 2003, p. 101-142.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSVITZ, Maria. **Quem diz #elenão?** Perfil e perspectivas de quem participou do movimento. 2019. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos de Gênero) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21080/TCCE_EG_2021_NOSVITZ_MARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 de out. de 2023.

NOSVITZ, Maria; PEREIRA, Larissa. Os feminismos diante da ofensiva neoliberal e neoconservadora no Brasil: Horizontes de perspectivas para as mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, v. 34, n. 2, p. 82-102, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/65092>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso - AAD. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed., Campinas: Editora Unicamp, 1997, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed., Campinas: Editora Unicamp, 1997, p. 163-252.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de nov. 2023.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALES, André; FONTES, Flávio; YASUI, Silvio. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, vol. 26, n. 2, p. 565-577, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/Q7WjRTKrHrns5RKsmsckLfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 de nov. 2023.

SARDENBERG, Cecilia. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, p. 89-120, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Daiara; NASCIMENTO, Francisleile. Ensino Remoto: O uso do Google Meet na pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 19, p. 44-61, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/374>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TRAT, Josette. Movimentos sociais. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 149-153. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25688/18324>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WOOD, Ellen. Em defesa da história: O marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, p. 118-127, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo262Art1.8.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2023.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. 2007. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS

Perfil

Idade:

Raça/etnia:

Identificação de gênero:

Orientação sexual:

Perguntas

1. Com relação ao movimento que você faz parte, quais são os principais objetivos?
2. Quais são os principais desafios do movimento que você representa, atualmente?
3. O movimento se considera feminista?
4. Você se considera feminista? E o que seria ser feminista para você?
5. O que é gênero, para você? Esse entendimento pode ser considerado representativo do movimento que você está representando? Se não, por quê?
6. O que você entende pela palavra mulher?
7. O que você entende como sexo biológico? Você considera relevante a utilização científica e política desse conceito?
8. O que você entende por patriarcado?
9. Você percebe, atualmente, uma disputa política em torno da identidade feminina?